

Veículo: TV Bahia	
Data: 06/03/2021	Programa: BATV
Assunto: Matéria sobre os gastos do Governo e da Prefeitura com a pandemia. Sonora do <u>secretário Manoel Vitória.</u>	

Data: 06/03/2021

Hora: 19:12:50

Emissora: TV BAHIA

Programa: BA TV

Apresentador (a): FERNANDO SODAKE

Citação Direta: Sim

Impacto: NEUTRO

Sinopse: Matéria sobre os gastos do Governo e da Prefeitura com a pandemia.

Sonora do **secretário Manoel Vitória.**

Veículo: G1	
Data: 06/03/2021	<u>Cita Secretário</u>



Gastos do governo da Bahia com a pandemia da Covid-19 somaram mais de R\$ 1,8 bilhão em 2020

Já a prefeitura de Salvador tem custo mensal de R\$ 60 milhões. Valor deve aumentar com a abertura de novos leitos e contratação de pessoal.

Por G1 BA

06/03/2021 20h30 Atualizado há um dia

Os gastos do governo da Bahia com a pandemia da Covid-19 somaram R\$ 1,85 bilhão só no ano de 2020. Já a prefeitura de Salvador tem o custo de R\$ 60 milhões com medidas para enfrentar a doença. Os gastos devem aumentar com a abertura de novos leitos e contratação de pessoal.

O dinheiro investido no combate à doença inclui auxílios emergenciais, montagem de leitos, abertura de hospitais de campanha, contratação de equipes, estrutura para vacinação, entre outros.

De R\$ 1,85 bilhão desembolsado pelo governo do estado, R\$ 1,5 bilhão foi referente a montagem de leitos, equipes de profissionais e medicamentos. Os outros R\$ 350 milhões foram gastos com cestas básicas para estudantes e centro de acolhimento.

Os grandes valores gastos estão ocorrendo durante um período em que a arrecadação pública diminuiu. O secretário da Fazenda de Bahia, Manoel Vitório, explica que não há como prever quando a situação da arrecadação irá melhorar.

"Essa é uma crise sanitária, onde a economia é um desdobramento. Fica muito difícil fazer uma previsão, já que não temos certeza de quando essa segunda onda vai passar, até porque o processo de vacinação está acontecendo muito aquém do desejado", disse.

Já em Salvador, os R\$ 60 milhões gastos mensalmente são divididos da seguinte forma: R\$ 26 milhões com leitos (saúde e vacinação), R\$ 14 milhões com transporte urbano, R\$ 7 milhões com cestas básicas, R\$ 6 milhões com assistência social (auxílios, por exemplo) e R\$ 8 milhões em operações da Guarda Civil, campanhas publicitárias e outros gastos.



Secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitório — Foto: Reprodução/TV Bahia

Em uma coletiva, o prefeito de Salvador, Bruno Reis, contou que o rombo no orçamento da Saúde, para este anos, é de R\$ 400 milhões, e que a despesa mensal vai aumentar.

Além disso, sem carnaval, shows, eventos e com poucos turistas, a capital baiana teve uma queda de 56% de arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) nos dois primeiros meses deste ano, comparado aos dois primeiros meses de 2020.

"A prefeitura vive dos recursos que arrecada com os impostos. A partir do momento em que as atividades econômicas ficam mais prejudicadas por causa da pandemia, para que a gente possa salvar as vidas, de fato a gente precisa ter uma atenção muito maior, uma preocupação em compatibilizar essa nossa receita, que é o que temos para gastar, com todas essas pressões na despesa", falou Giovanna Victer, secretária da Fazenda de Salvador.



Giovanna Victer, secretária da Fazenda de Salvador. — Foto: Reprodução/TV Bahia

O secretário de Saúde da capital baiana, Leo Prates, exemplificou o aumento de gastos.

"Tínhamos três hospitais de campanha no auge da pandemia, e vamos para cinco na próxima semana. Tínhamos seis gripários, e agora temos seis gripários e duas tendas dando apoio em UPAs, fora manobras que nós fizemos, como o P.A. do Marback, onde aumentamos cinco leitos, um de sala vermelha e quatro clínicos. Isso tudo a gente fez aditivos a contratos. Essa equação que é difícil de fechar: queda brutal de arrecadação e aumento brutal em investimento", falou.

Confira mais notícias do estado no [G1 Bahia](#).

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 08/03/21	



COVID-19: GASTOS DO GOVERNO DA BAHIA COM A PANDEMIA SOMARAM MAIS DE R\$ 1,8 BILHÃO EM 2020



admin 8 Março, 2021

Os gastos do governo da Bahia com a pandemia da Covid-19 somaram R\$ 1,85 bilhão só no ano de 2020. Já em relação a capital baiana, a prefeitura tem o custo de R\$ 60 milhões com medidas para enfrentar a doença. A expectativa é de que os gastos aumentem, com a abertura de novos leitos e contratação de profissionais. O dinheiro investido no combate à doença inclui auxílios emergenciais, montagem de leitos, abertura de hospitais de campanha, contratação de equipes, estrutura para vacinação, entre outros. Os grandes valores gastos estão ocorrendo durante um período em que a arrecadação pública diminuiu. O prefeito de Salvador, Bruno Reis, afirmou, em coletiva, que o rombo no orçamento da Saúde, para este anos, é de R\$ 400 milhões, e que a despesa mensal vai aumentar.

Foto : Reprodução/Instagram



COVID-19

Publicado em 08/03/2021 às 07h41.

Rui: Bahia voltará a pagar vale-alimentação para 800 mil alunos da rede pública de ensino

Governador disse ainda que estado tem 390 pacientes esperando regulação no sistema de saúde

Matheus Moraes



Foto: Matheus Moraes/bahia.ba

O governador Rui Costa (PT) afirmou na manhã desta segunda-feira (8) que a Bahia tem 390 pacientes esperando para serem regulados no sistema de saúde. “A prefeitura de Salvador está abrindo leitos, nós abrimos a Fonte Nova, vamos abrir o Hospital Metropolitano. Autorizamos abrir mais 10 leitos em Juazeiro e Senhor do Bonfim, mais dez leitos em Caetité, para diminuir a lista de espera. Eu conversava com o secretário de Saúde de Salvador, Leo Prates, mesmo pacientes com plano de saúde não estão conseguindo vagas, nós do estado estamos absorvendo”, disse em entrevista ao Jornal da Manhã, da TV Bahia.

O petista informou ainda que o governo estadual pagará novamente o vale-alimentação para 800 mil alunos da rede pública de ensino da Bahia. “Quero realizar esse pagamento, que garante pelo menos, uma cesta básica. É R\$ 55, o valor de uma cesta básica. Vamos voltar a fazer esse pagamento ainda no mês de março”, ressaltou.



/ Página Principal



Ministério da Saúde acerta entrega de 14 milhões de vacinas da Pfizer para o 1º semestre

Novo acordo prevê a antecipação de 5 milhões de doses que seriam entregues somente no segundo semestre

PUBLICIDADE

Últimas Notícias

Zezé Di Camargo lança música inédita em homenagem ao pai

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 08/03/2021	Caderno: Notícias



Segunda, 08 de Março de 2021 - 08:00

Rui Costa anuncia retorno do auxílio-alimentação para estudantes da rede estadual



Com o retorno das aulas da rede estadual na próxima segunda-feira (15), o governador Rui Costa (PT) disse que o auxílio-alimentação para os alunos também será retomado. "Nós vamos voltar esse mês com aquele auxílio-alimentação que nós damos aos 800 estudantes da rede estadual. Hoje vamos definir a data", anunciou o governador.

A declaração foi dada em entrevista ao Jornal da Manhã, da TV Bahia, nesta segunda-feira (8). Na ocasião, Rui disse que ia ajustar os detalhes com o **secretário da Fazenda, Manoel Vitória**.

O pagamento será efetuado no mesmo cartão que os alunos utilizaram para receber o benefício ano passado, de forma a garantir "pelo menos uma cesta básica" para esses jovens. Em 2020, o benefício ficou vigente por quatro parcelas, com o pagamento de R\$ 55 por mês.

Veículo: Varela Notícias	
Data: 05/03/21	<u>Cita Sefaz</u>



05/03/21 às 14h03 - Atualizado em 05/03/21 às 14h04

Bahia recebeu R\$ 3 bilhões de Bolsonaro; governo federal fala em R\$ 60 bi

Sefaz desmentiu informações divulgadas pelo Portal da Transparência



Foto: Reprodução/Redes Sociais

Redação VN

O governo federal transferiu à Bahia em 2020, R\$ 3,423 bilhões a título de recursos extras. Os recursos foram repassados por meio do pacote proposto pelo Congresso Nacional para compensar as perdas de arrecadação dos estados e apoiar os gastos emergenciais no combate à pandemia da Covid-19.

O montante oficial foi revelado pela Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz-BA) nesta sexta-feira (5) e vai de encontro com o divulgado pelo presidente Jair Bolsonaro.

No domingo (28), o presidente divulgou um repasse de R\$ 67,2 bilhões.

A Sefaz-BA afirma que Bolsonaro apresentou dados falsos.

“Se esta cifra fosse verdadeira, a Bahia teria sido beneficiada em um único ano com uma vez e meia o seu orçamento”.

“Na ausência de qualquer explicação lógica, depreende-se que se trata de um exercício delirante de contabilidade criativa”, concluiu a assessoria da Sefaz-BA.

“A conta errada e a confusão que está causando revela, no mínimo, total desconhecimento por parte da principal autoridade do país, a respeito de questões elementares sobre finanças públicas. O erro, no entanto, é tão desproporcional com relação aos números reais que não é possível ter sido cometido de boa fé”, criticou a Sefaz-BA.

Os governos da Bahia e do Maranhão entraram com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), na última terça-feira (2), pedindo a remoção ou correção de informações consideradas falsas, divulgadas pelo governo federal em canais oficiais, sobre repasses de recursos feitos pela União aos estados.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 05/03/2021	



Ganhadores de 2020 da Nota Premiada devem receber comprovante de rendimentos do IRPF

5 março 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Os participantes da campanha Nota Premiada Bahia que receberam o pagamento do prêmio ao longo do ano de 2020 devem verificar, no e-mail cadastrado na campanha, o recebimento do Comprovante de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte. O documento, necessário para a declaração de Imposto de Renda (IRPF) de 2021, foi enviado pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba)**, responsável pela campanha de cidadania fiscal.

Quem se enquadra neste caso, mas não recebeu o documento por e-mail, deve entrar em contato com a Coordenação de Educação Fiscal da **Sefaz-Ba** pelo telefone (71) 3115-2518 ou pelo e-mail notapremiadabahia@sefaz.ba.gov.br.

“Todos os contemplados cujos pagamentos ocorreram no exercício de 2020 devem receber o comprovante por meio do e-mail cadastrado na Nota Premiada Bahia. O documento precisa constar na Declaração do Imposto de Renda deste ano”, explica o coordenador de Educação da **Sefaz-Ba**, André Aguiar.

Fonte: Ascom/Sefaz

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 06 e 07/03/2021	Página: 02

Tribuna

Nota premiada

Os participantes da campanha Nota Premiada Bahia que receberam o pagamento do prêmio ao longo do ano de 2020 devem verificar, no e-mail cadastrado na campanha, o recebimento do Comprovante de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte. O documento, necessário para a declaração de Imposto de Renda (IRPF) de 2021, foi enviado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba), responsável pela campanha de cidadania fiscal. Quem se enquadra neste caso mas não recebeu o documento por e-mail deve entrar em contato com a Coordenação de Educação Fiscal da Sefaz-Ba pelo telefone (71) 3115-2518 ou pelo e-mail notapremiadaBahia@sefaz.ba.gov.br.

EFEITO DOMINÓ Com subida de demanda e entressafra, álcool acumula alta de 21% desde janeiro

Seguidos aumentos da gasolina já causam impacto no preço do etanol

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

O consumidor, afetado pelo preço da gasolina, também está tendo dificuldades para recorrer ao substituto imediato nos veículos com motor flex. Motivado por uma combinação de entressafra e aumento de demanda, o preço do etanol hidratado acumula aumento de 21,1% desde janeiro, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O preço médio do litro do combustível saltou de R\$ 3,221 para R\$ 3,901, conforme o levantamento semanal da ANP. Apesar de ser mais cara que o etanol, a gasolina comum subiu menos: 14,6% de janeiro a março. O preço médio do litro da gasolina no país passou de R\$ 4,622 para R\$ 5,299.

No atacado, o aumento é ainda maior. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepa), o etanol acumula alta de 35% nas usinas do Centro-Sul, a principal região produtora do país.

Dependendo do modelo do veículo, o etanol torna-se vantajoso quando custa até ou menos que 75% do valor da gasolina. Segundo o levantamento da ANP, somente seis estados atingiram essa proporção na primeira semana de março: Goiás (68,9%), Mato Grosso (69,3%), Minas Gerais (72,8%), Amazonas (74,4%), Mato Grosso do Sul (74,7%) e Sergipe (74,9%).

Em alguns estados, o preço do etanol quase se iguala



Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE / 3.8.2020

Apesar dos aumentos, consumo do etanol já subiu 6,1% sobre o ano passado

Segundo levantamento feito pela ANP, etanol só é vantajoso em seis estados

No atacado, alta é ainda maior: 35% nas usinas do Centro-Sul, principal região produtora

ao da gasolina. As maiores proporções foram registradas no Amapá (93,9%), Rio Grande do Sul (91%), em Santa Catarina (85,9%) e no Pará (83%).

Demanda e oferta
Mesmo com o etanol sendo desvantajoso na maioria dos estados, a demanda pelo

substituto da gasolina está aumentando. De acordo com a edição mais recente do Boletim de Monitoramento Covid-19, do Ministério de Minas e Energia, o consumo de gasolina em 2021, até 23 de fevereiro, tinha caído 4,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Em contrapartida, o consumo de etanol hidratado subiu 6,1% na mesma comparação.

A demanda maior do etanol, somam-se fatores ligados à safra de cana-de-açúcar. A tradicional entressafra, no início do ano, encaixa o etanol no primeiro quadrimestre. Neste ano, porém, a oferta continuará baixa por mais tempo.

Segundo a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Única), a safra deste ano deve atrasar por causa da estiagem no segundo semestre do ano passado no Centro-Sul. Com menos chuva na primavera, as plantações de cana estão levando mais tempo para se desenvolver, fazendo parte das usinas adiar a colheita que costuma ocorrer no início de abril.

Durante a entressafra, a produção de etanol de milho costuma substituir o combustível proveniente da cana-de-açúcar. O ritmo, no entanto, é insuficiente para repor a oferta. Até a metade de fevereiro, conforme o levantamento mais recente da Única, a produção de etanol acumulava 29,68 bilhões de litros, queda de 8,54% sobre os 32,45 bilhões de litros obtidos no mesmo período na safra 2019/2020.

DIA DA MULHER

Sebrae promove evento virtual hoje sobre empreendedoras

AGÊNCIA BRASIL
Brasília

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) realiza hoje um evento virtual em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Serão três painéis focados em temas relacionados à digitalização dos micro e pequenos negócios e ao empreendedorismo feminino. A transmissão começa às 10h no canal do Sebrae no YouTube.

A abertura contará com a presença da representante da ONU Mulheres no Brasil, Anastasia Divinskaya, e da diretora executiva da Maurício de Sousa Produções, Mônica Sousa, além do presidente do Sebrae, Carlos Melles.

“Como me Comunicar com meus Clientes? Linguagem e Redes Sociais para Aumentar Vendas” será o tema do primeiro painel, às 10h20. O segundo painel, que terá início às 11h30, vai abordar o tema “Seu Negócio Digital: Da Ideia ao Primeiro Investimento”. E o último encontro, previsto para as 14h30, será sobre “Comércio Eletrônico Descomplicado e Redes de Mulheres na Tecnologia”.

Além disso, o Sebrae lança hoje a segunda temporada da websérie Sebrae Delas. O material, no modelo minidocumentário, traz histórias de mulheres empreendedoras de norte a sul do país. De acordo com a entidade, no vídeo, as mulheres contam como têm enfrentado a crise e reinventado seus negócios diante da pandemia de covid-19.

Que as mulheres façam mais aquelas coisas que disseram que elas não deveriam fazer SÓ POR SEREM MULHERES.

Quanto mais mulheres assumem seus papéis de protagonistas, mais a gente aplaude. Por isso, o nosso desejo é que a cada ano as mulheres tenham novas conquistas para celebrar o dia de hoje.

8 de março. Dia Internacional da Mulher.



FINANÇAS
Estudo mostra que 94% dos usuários estão satisfeitos ou muito satisfeitos

77% dos brasileiros já estão cadastrados no Pix

SARAH CARDOSO*

O Pix já não é mais novidade, mas continua sendo tendência. Lançado em novembro de 2020, o sistema de pagamento instantâneo do Banco Central já chegou a 159,38 milhões de chaves cadastradas em janeiro. O sistema ainda está em franca expansão e aponta para a digitalização da vida financeira dos brasileiros.

Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com a empresa Toluna, 77% das pessoas, desde o lançamento da plataforma, já se cadastraram para usar o novo meio de pagamento e 19% pretendem se cadastrar depois. Além disso, o estudo mostra que 94% dos usuários estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o Pix e 80% acreditam que ele é seguro.

As transferências pelo sistema também crescem em escalada. De acordo com dados do Banco Central, o número de transações com o Pix saltou de um total de 33 milhões em novembro de 2020 para 144 milhões em dezembro e 200 milhões em janeiro deste ano. Já o valor das transações, que foi de R\$ 29,58 bilhões em novembro para R\$ 121,47 bilhões no fim do ano, chegou a R\$ 160,01 bilhões no primeiro mês de 2021.

Facilidade do sistema

A adesão expressiva em poucos meses é reflexo, principalmente, do processo de facilitação proporcionado pelo sistema aos seus usuários. Além da comodidade de realizar as transferências pelo celular, até mesmo com um leitor de QR Code, as transações ocorrem imediatamente, em até dez segundos.

A disponibilidade é uma outra vantagem que diferencia a tecnologia das demais formas de pagamento. Com o Pix, é possível efetuar pagamentos a qualquer hora do dia, até mesmo de madrugada, e todos os dias da semana, incluindo feriados, e a quantia é compensada no mesmo instante, diferente do DOC e TED.

O principal advento do Pix é, no entanto, a sua gratuidade. O sistema não tem custo para as transações online entre bancos diferentes e entre pessoas físicas. Segundo a consultora financeira Paula Coelho, isso torna todo o processo mais acessível e democrático, promovendo a inclusão financeira.

“O Pix faz sucesso justamente por ser acessível e não ter valor mínimo nas transferências. O valor mínimo é um centavo, então, é possível pagar até um lanche, por exemplo. O Pix veio também para incluir as pessoas que não tinham condições de pagar as tarifas de transferências, porque, para a maior

Gabriela diz que o Pix tornou os pagamentos mais práticos



Shirley Stolze / Ag. A TARDE



Fabiana Vilas Boas / Divulgação

“Fraudes e golpes existem com qualquer meio de pagamento”

PAULA COELHO, consultora

parte da população, R\$ 10 faz muita diferença”, afirma a consultora.

A segurança do processo de transação tem sido questionada desde a aparição de novos golpes e fraudes. Em nota, o Banco Central explicou que o Pix conta com os mesmos protocolos de segurança do Sistema Financeiro

Nacional que também servem para TEDs e DOCs. O Banco Central acrescentou que as transações contam ainda com as camadas de segurança oferecidas pelas próprias instituições financeiras por meio dos celulares, como biometria, reconhecimento facial e outras.

Para Paula Coelho, é importante que o consumidor esteja sempre atento às movimentações e, se estiver inseguro, pode evitar compartilhar seus dados. “Fraudes e golpes existem com qualquer meio de pagamento. O que a gente pode fazer é, em vez de utilizar os dados, como CPF e e-mail, quem estiver com medo ainda, pode usar a chave aleatória, que não gera nenhum dado disponível, e sempre ter cuidado”.

Experiência do usuário

O alto índice de satisfação dos usuários é fruto também da comparação entre o Pix e as modalidades de transferências tradicionais, que, além de cobrarem taxas adicionais em alguns casos, também podem demorar de horas a dias. “O Pix foi uma coisa mágica. Transferências deveriam ser super simples, mas toda a burocracia tornava tudo uma dor de cabeça”, diz o estudante Felipe Aguiar.

O estudante é colecionador de filmes e tem usado o Pix para vender e comprar novos filmes para sua coleção. “Era uma grande dificuldade para comprar, porque, se a pessoa não tinha o mesmo banco que eu, isso tornava as coisas mais complicadas, por conta das tarifas bancárias que são absurdas. Nesse sentido, para mim, o Pix foi um extremo facilitador. Já cheguei a deixar de comprar vários filmes que queria na minha coleção, porque, além do preço, ainda tinha o frete mais uma taxa de banco. Já desisti de várias compras assim”, conta Felipe.

Para a advogada Gabriela Sepúlveda, o Pix tornou os pagamentos mais fáceis e práticos, otimizando o tempo produtivo no escritório. “Todo esse processo de pagamento muitas vezes era complicado e gastava nosso tempo com uma atividade que não é nossa atividade de fim. O Pix nos trouxe essa praticidade, de só dar o número e o cliente registrar e pagar. O cliente recorrente já tem nosso Pix salvo e já faz a transferência mensalmente, não preciso ficar mandando um boleto sempre, nem o cliente precisa gastar todo mês com TED e

DOC. É um facilitador no sentido de não precisar gerar boleto e a gente economizar tempo em outras atividades que agregam mais valor ao nosso negócio”, explica Gabriela.

Adepta do sistema, a advogada usa o Pix no escritório e em casa também. Em meio a uma reforma, a tecnologia tem facilitado os pagamentos a prestadores de serviços, como pedreiros e gesseiros. “Muitas vezes os prestadores de serviços têm contas em bancos diferentes. Um é Banco do Brasil, outro é Itaú, outro é Bradesco, e eu só tenho conta no Banco do Brasil, então, para mim, é muito bom fazer o Pix porque não ultrapasso a quantidade de transferências por meio de TED e DOC. Às vezes acabo me passando ao pagar ao engenheiro para ele repassar esses valores, então o Pix é uma mão na roda porque eu não deixo os prestadores de serviços na mão. Se esqueço, eles já mandam mensagem para avisar. Na mesma hora faço o Pix e já está tudo resolvido, porque sei como é importante ter o dinheiro naquele momento”.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

A primazia do direito à vida inspira a proteção à maternidade



Direito previdenciário Luciano Martinez

Juiz do Trabalho, professor de Direito do Trabalho e Previdenciário da UFBA
lucianomartinez.ba@gmail.com
@lucianomartinez10

Uma pessoa que frui de licença-maternidade e que recebe o salário-maternidade pode decidir, por conta própria ou por exigência patronal, retornar ao tra-

balho antes do seu termo final? MARIA

Resposta: Isso não deve ocorrer. Se houver retorno espontâneo do (a) segurado (a) ao trabalho durante o transcurso do salário-maternidade, isso pode implicar a suspensão do benefício ou, em alguns casos, até mesmo a determinação de devolução dos valores recebidos. Isso é constatável no texto dos §§ 2º e 3º do art. 353 da Instrução Normativa 77, de 2015, segundo os quais “o pagamento do salário-maternidade está condicionado ao

afastamento do trabalho ou atividade desempenhada, sob pena de suspensão do benefício” e “caso seja identificado o exercício de atividade concomitante durante todo o período do salário-maternidade, caberá a devolução dos valores recebidos no benefício”. Mas por que isso acontece? Isso ocorre porque o sistema jurídico, em atenção aos princípios constitucionais sociais (art. 6º da CF-88) tem a clara intenção de proteger o direito fundamental à maternidade, e não seria razoável aceitar que o próprio segurado,

Nunca será ociosa a lembrança de que o Direito se ocupa em disciplinar o oferecimento de especial proteção à mulher gestante

por conta própria, contribuiu para essa desproteção. Tanto pior ocorrerá quando o empregador seja o responsável pela ordem de retorno, pois isso, além de prejudicar o (a) próprio (a) segurado (a), seria fato jurídico suficiente para determinar a responsabilidade civil do patrão, imputando-lhe o ônus de pagar uma indenização por violação ao patrimônio imaterial do (a) segurado (a), que durante a licença-maternidade e durante a percepção do salário-maternidade, teria de afastar-se do seio da família. Nunca se-

rá ociosa a lembrança de que, para além da justa guarida à maternidade afetiva, o Direito se ocupa em disciplinar o oferecimento de especial proteção à mulher gestante não apenas como um ato de amparo ao gênero feminino, mas, especialmente, de garantia da salvaguarda da própria espécie. A primazia do direito à vida inspira, portanto, a proteção à maternidade, pois não há vida sem que se aparem as matrizes nos processos reprodutivos. Registra-se isso em homenagem ao Dia Internacional das Mulheres, 08 de março.

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

Refinanciar dívidas dos agricultores com o Funrural é justo

O elo mais frágil das cadeias produtivas do agronegócio são os agricultores, as famílias agrícolas. Atuam com uma série de fatores incontroláveis (clima, pragas e doenças, instabilidades da moeda, incertezas políticas), não dão preço às mercadorias nem contam, ainda, com planejamento estratégico do setor, com insuficiente cobertura de seguro para acontecimentos fora de suas responsabilidades.

O agronegócio, envolvendo todo o sistema do antes, dentro e pós porteira das fazendas, movimenta cerca de R\$ 1.750 trilhão – a

agropecuária perto de 30% disto.

O que evidencia mais ainda ser justa a reivindicação que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) está fazendo, pelo presidente, João Martins, para um Programa Especial de Recuperação Fiscal (Refis).

Sem esses 30% não haveria os 70% de insumos, máquinas, tecnologia, setores financeiros, transporte, distribuição, agroindústria, comércio e varejo dos derivados do campo, águas e mares. E, também, não teríamos mais de US\$ 100 bilhões em exportações.

Houve muita confusão a respeito do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, com decisões favoráveis na Justiça sobre ser inconstitucional o Funrural recolhido

pelo empregador rural pessoa física. Mas o STF decidiu recentemente pela constitucionalidade do assunto.

Diz João Martins: “Nossa proposta é que o passivo seja

refinanciado sem juro e correção. O que não se pode, de uma hora para a outra, é estrangular a produção agrícola, que vai muito bem”.

Nossa agricultura não tem subsídios, é um setor de livre mercado. Chegamos a dizer que agro é câmbio. Os riscos por super oferta penalizam os agricultores, pois são milhões de propriedades agrícolas e tomam decisões sem uma planificação de volumes e de preços em nível nacional.

Na área da hortifruticultura, a instabilidade é total, são ciclos curtos e os produtores não têm estruturas

como as “comissões” nos EUA, verdadeiras agências de marketing de cada produto agrícola. Adicionalmente, a maior parte do valor agregado nos produtos não fica no bolso dos agricultores. Hora também para um “fair trade”.

Perante essas realidades, considero justo o Refis para os agricultores. É o mínimo que o País pode fazer para essa categoria de valor inestimável para a Nação.

A proposta está sendo avaliada entre a Confederação e o secretário de Acompanhamento Econômico da Fazenda, Mansueto Almeida.

A maior fragilidade no agronegócio está nas famílias agrícolas

O Refis é o mínimo que o País pode fazer para essa categoria de grande valor

MIRIAM HERMES

A venda de flores para o Dia Internacional da Mulher representa 8% do faturamento do setor no Brasil, estimado em R\$ 10 bilhões/ano. Em 2021 as vendas em torno da data foram duramente afetadas pela segunda onda da Covid-19, trazendo ainda mais insegurança para produtores e empresários e empresários do ramo.

“Ainda não calculamos todo prejuízo deste ano, mas já temos certeza que vivenciamos grandes perdas, principalmente quem apostou nas flores para o Dia da Mulher”, afirmou o floricultor Eugênio Vargas, reclamando de falta de apoio específico para o setor.

Sem dados no estado referentes ao ano passado, até 2019, a Bahia ocupava o 8º lugar na produção nacional de flores, com 361 empreendimentos cadastrados. O movimento anual era de R\$ 300 milhões e o setor empregava cerca de 10 mil trabalhadores em diferentes elos da cadeia produtiva, de acordo com o Instituto Brasileiro de Floricultura (Ibraflor).

Conforme levantamento da entidade, no início da pandemia 90% das flores programadas para comercialização no período foram jogadas no lixo. O prejuízo nacional do setor nos primeiros meses da pandemia foi estimado em R\$ 1,360 bilhão.

Para minimizar as perdas este ano o instituto, que defende os diferentes elos da cadeia produtiva, encaminhou correspondências para governadores e prefeitos dos principais mercados consumidores, solicitando a permissão para funcionamento de estabelecimentos de vendas em datas especiais.

“Trabalhamos com produtos vivos, perecíveis e estamos classificados como produtos agrícolas, assim como os hortifrutis. Uma vez que as floriculturas e *gardens centers* sigam rigorosamente as diretrizes de segurança sanitária estabelecidas pelos órgãos de Saúde, não há justificativa para fechá-las”, argumentou o presidente do Ibraflor, Kees Schoenmaker.

Datas especiais

A entidade continua na luta para que até o mês de maio o setor recupere o mercado para o Dia das Mães, que representa 16% do faturamento anual e é tão importante quanto o Dia dos Namorados para o negócio.

Com destaque para a produção de rosas, na Bahia o

AGRICULTURA Setor busca apoio para tentar reverter os prejuízos; já no início da pandemia, 90% da produção que seria comercializada foi jogada fora

Nem mesmo o Dia da Mulher anima os produtores de flores



Ibraflor / Divulgação

O principal polo produtor baiano de flores fica no município de Maracás, com destaque para o plantio de rosas

“Ainda não calculamos todo prejuízo, mas vivenciamos grandes perdas”

EUGÊNIO VARGAS, floricultor

“Não podemos repetir a tragédia que ocorreu no ano passado”

THOMÁS REEVES, da Ibraflor

principal polo é Maracás, 215 km de Salvador, onde em 2019 tinham 41 produtores cultivando flores e afins, representando uma das principais atividades econômicas locais.

Na semana passada os floricultores do município tentavam calcular prejuízos com o fechamento nos

últimos dias de comércios considerados não essenciais nos principais mercados consumidores e consequente cancelamento de pedidos por parte dos revendedores.

“No momento eu prefiro não falar do assunto, justamente porque está tão difícil, que me faltam palavras

para descrever o que realmente estamos vivenciando”, respondeu um empresário do setor para a reportagem.

Segundo a produtora e tesoieira da Associação Maracaense de Agentes Floricultores (Amaflor), Edvânia Santos, a atividade teve impulso com o Projeto Flores da Bahia. “Foi muito importante porque a maioria dos associados teve a oportunidade de seu primeiro trabalho, através desta produção”.

O projeto foi fomentado a partir do início da década de 2000 através do governo do estado com diversas parcerias e não está mais ativo. Na época incentivou o desenvolvimento da cadeia produtiva não só em Maracás, como em outras regiões a exemplo de Morro do Chapéu, Jacobina e Vitória da Conquista.

Secretária de Agricultura de Maracás, Queli Gonçalves disse que o município está incentivando a revitalização do projeto para os produtores locais, e, de forma emergencial, “apoando outras alternativas como a produção de hortaliças e frutas, dentre outras alternativas de renda”.

Época de incerteza

“Não podemos repetir a tragédia que ocorreu no ano passado”, afirmou o diretor para o Norte e Nordeste da Ibraflor, Thomás Reeves.

“Muitos estão em desespero, porque é uma situação de muita incerteza”, destacou, asseverando que existe um clima de insegurança e que o maior impacto recai na produção e revenda de flores de corte, mais usadas em eventos que estão proibidos. As plantas ornamentais e flores plantadas “reagiram bem no segundo semestre de 2020 e início de 2021, inclusive com exportações”.

Sobre a perda eminente de muitas flores produzidas para o Dia da Mulher, ele explicou que para uma flor estar apta para o comércio em determinada data, existe a necessidade de uma programação prévia, para ter o produto no tempo certo. Com um tempo de vida útil, se a flor não for vendida existe o prejuízo para toda a cadeia.

A venda virtual e entrega em domicílio ou *drive thru* foi uma das saídas utilizadas também por este segmento na maioria das cidades. No entanto, conforme Reeves, alguns empresários já tinham desmobilizado este sistema e com a segunda onda da Covid-19, vão precisar reorganizar suas equipes.

NEGÓCIOS

empregosenegocios@grupoatarde.com.br

& OPORTUNIDADES

INTERNET Leia mais sobre negócios e carreiras no Portal A TARDE


www.atarde.com.br/economia

PRISCILA DÓREA

As mulheres empreendedoras já somam mais de 30 milhões no Brasil, de acordo com a Global Entrepreneurship Monitor, o que representa 48,7% do mercado empreendedor, e na Bahia a porcentagem de mulheres donas de negócios é de 31%, segundo dados do Sebrae-BA. Alcançar tal número marcante deixa mais evidente o quanto amanhã, Dia Internacional da Mulher, deve ir além das homenagens. O 8 de março chega com inspirações e um lembrete para as mulheres que duvidam se devem investir em suas ideias. Elas devem e podem ir com tudo.

“Esses números mostram o papel importante que a mulher tem na economia. Cerca de 44% delas são chefes de família e 85% são responsáveis pela decisão de compra dentro do lar. Isso é força de trabalho e de consumo. O papel de coadjuvante na economia não nos cabe mais, já somos protagonistas, o que nos falta é representatividade dentro do governo para que mais políticas públicas sejam feitas a nosso favor”, explica Rosemma Maluf, vice-presidente da Associação Comercial da Bahia (ACB).

Só no último ano o empreendedorismo feminino cresceu em 40%, segundo dados da Rede Mulher Empreendedora. Porém esse crescimento durante a pandemia possui um lado negativo por ser, em grande parte, um empreendedorismo por necessidade e não oportunidade. A dupla jornada ainda está presente, então muitas mulheres abrem negócios menores que geram renda, mas que são conciliáveis com os cuidados de casa. Para Karine Oliveira, fundadora da Wakanda Educação Empreendedora (@wakanda_educacao), o aumento das empreendedoras por necessidade é resultado das demissões em massa, já que as mulheres são as primeiras a ser demitidas e as últimas a sair do desemprego.

“Gestoras naturais”

“Cerca de 90% de nosso quadro de clientes é composto por mulheres, em sua maioria negras, que precisam que o negócio dê certo, pois a família depende dessa renda, e isso só se agravou na pandemia. Por isso buscamos mostrar que elas, que cresceram aprendendo a lidar e a conduzir a família, são gestoras naturais. E quando empreendem, usam tudo isso a seu bel-prazer. Muitas já são empreendedoras, apenas nunca consideraram se intitular assim”, ela explica.

A Wakanda, uma empresa que traduz conteúdos do empreendedorismo tradicional para a linguagem informal e regional, permitindo o acesso e fortalecimento de negócios periféricos e por necessidade, funcionava apenas no modo presencial e a pandemia expôs a falta de presença online da empresa, que precisou entender a importância do digital e mostrar isso aos clientes, que também não tinham afinidade com o meio.

E essa mudança no modelo de negócio e na forma de atuação foram os principais pontos de destaque para as empresas lideradas por mulheres desde o início da pandemia, afirma Mariana Cruz, gestora de projeto de empreendedorismo feminino do Sebrae. “Elas estão sabendo se adaptar mais rapidamente e eficientemente aos novos contexto e comportamentos dos consumidores”. E quem bem sabe disso é a empreendedora Camila Reis, proprietária da Óleos da Mi (@oleosdami), empresa especializada em óleos e manteigas vegetais

DIA DA MULHER No último ano, pandemia impulsionou empreendedorismo feminino; a maioria delas abriu negócios por causa do desemprego

Número de mulheres que empreendem cresce 40%



Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE

“Estamos estruturando treinamentos onde as mulheres irão desenvolver habilidades que poderão usar para a vida”

CAMILA REIS, empreendedora



Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE

“Cerca de 90% de nosso quadro de clientes é composto por mulheres, em sua maioria negras”

KARINE OLIVEIRA, da Wakanda



“Passar pela pandemia é um processo doloroso, mas espero que este ano seja de caminhos abertos”

LANE SILVA, fotógrafa

Lane Silva / Divulgação



Uendel Galter / Ag. A TARDE / 27.2.2018

“O papel de coadjuvante na economia não nos cabe mais”

ROSEMMA MALUF, da ACB



Sebrae / Divulgação

“Elas estão sabendo se adaptar mais rapidamente e eficientemente”

MARIANA CRUZ, do Sebrae

criada em 2014.

A empresa nasceu sem grandes pretensões, mas hoje já possui loja física e virtual, atendendo a todo o país. A adaptação da produção e na logística foram rápidas na pandemia, mas Camila Reis explica que o faturamento não se deve apenas ao produto, mas também pela postura. A empreendedora se usava como exemplo para tentar atender às necessidades das clientes: mulheres que, assim como ela, estavam em casa, mas que gostariam de ter momentos de autocuidado.

“O momento, apesar de desfavorável financeiramente, não é de lucro, mas de procurar fornecer ajuda e compreensão. Criamos lives com uma psicóloga para auxiliar nas emoções, conversas livres para gerar diálogo e suporte para o uso dos produtos. O crescimento foi consequência da empatia, e, como a empresa contribuiu para minha renda, percebi que ela poderia fazer o mesmo por outras mulheres, principalmente as trans e mães solo. Por isso, agora em 2021, estamos estruturando treinamentos para um sistema de revenda onde essas mulheres irão desenvolver habilidades que poderão usar para a vida”, conta a empreendedora.

Rede de acolhimento

“Por isso acredito que essa rede de acolhimento feminino é uma das grandes responsáveis pelo crescimento de 40% de mulheres empreendedoras. E acontece de forma natural por quem já empreendia, entende e tem total empatia por aquelas que estão começando”, afirma a fotógrafa Lane Silva (@lanesilvafotografia), que precisou bolar um plano de ação não apenas para pagar as contas na pandemia, mas também para comprar um computador novo, em dos instrumentos essenciais em seu trabalho e que quebrou logo depois do coronavírus chegar ao país.

Com planejamento e divulgação, os trabalhos continuaram aparecendo, e Lane Silva conta que iniciou 2021 com atualizações em seus serviços – fotografia de estúdio, cobertura de eventos e até álbuns e revelações de fotos – e já começou a colocar em prática. “Passar pela pandemia é um processo doloroso, mas espero que este ano seja de caminhos abertos para todos que vivem de seu corre, dia após dia conquistando espaço e, claro, vivendo daquilo que gosta”, conta.

SEJA DONA DO SEU NEGÓCIO
CAPACITAÇÃO

Procure aprender, seja por cursos ou com pessoas que já estão no mercado, o máximo que puder sobre o funcionamento de um negócio, só assim poderá dar o pontapé inicial

ESTRUTURA Pense quais os serviços ou produtos que você vai ofertar, assim como e onde irá oferecer, dando vida e estrutura inicial ao seu negócio

DIVULGAÇÃO Os clientes precisam ver seu negócio, para que ele funcione, então invista nisso, de páginas nas redes sociais até o boca a boca

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

 jairo.junior@redebahia.com.br

 @satelite

•• Daremos, com o apoio de sempre dos meus pares, a celeridade necessária para votar e aprovar a matéria, pois temos ciência de nosso papel para a prevenção e combate a esse terrível vírus
Geraldo Júnior

Presidente da Câmara de Vereadores de Salvador, ao garantir apoio total ao pedido do Executivo para que o Legislativo autorize o ingresso de Salvador no megaconsórcio de prefeituras para compra de vacinas.

Seringa na mão

O prefeito Bruno Reis (DEM) vai enviar à Câmara de Vereadores nas próximas 48 horas o projeto de lei que autoriza Salvador a integrar o consórcio formado por mais de 1.700 prefeituras de todo o Brasil para compra de vacinas contra a covid diretamente com os laboratórios estrangeiros. Idealizado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), composta pelas 412 cidades acima de 80 mil habitantes, o consórcio surgiu após o Supremo autorizar, no último dia 23, que estados e municípios adquiram e distribuam imunizantes - decisão que tirou do governo federal a exclusividade sobre a vacinação. À coluna, o presidente da Câmara, Geraldo Júnior (MDB), garantiu que, imediatamente depois de chegar, a proposta tramitará em regime de urgência e será posta o quanto antes em votação pelo plenário.

VOLUME MORTO

A importância do projeto cresceu diante da falta de vacinas gerada por atrasos do Ministério da Saúde. Hoje, Salvador aplica as últimas 2.000 doses para o ciclo inicial dos idosos de 78 anos e não há previsão de novas remessas à capital.

Salto duplo

As recentes ações de combate à pandemia impulsionaram a popularidade do prefeito da capital entre meados de fevereiro e o início deste mês, aponta nova pesquisa encomendada pelo Palácio Thomé de Souza para avaliar a aceitação dos soteropolitanos quanto às medidas de enfrentamento à covid. No levantamento anterior, concluído há cerca de 15 dias, Bruno Reis somava 49% de ótimo ou bom. Agora, já aparece com 59%, dez pontos a mais do que o registrado em meados de fevereiro, e 89% de avaliação positiva - índice praticamente igual ao obtido na sondagem sobre o desempenho do governador Rui Costa (PT) entre a população de Salvador.

Nova onda

O governo do estado negocia a cobiçada área que pertenceu à extinta Telebahia no Cabula para transformá-la em um complexo voltado a startups e formação profissional para o setor de inovação, em parceria com o Parque Tecnológico e o Senai Cimatec. O espaço hoje é de propriedade da Tele Norte Leste, que tem como principal acionista a Oi, atualmente em recuperação judicial. Caso vá adiante, o complexo se somará ao Hub Salvador, criado pela prefeitura na zona portuária para estimular startups.

Pé na ponte

O executivo Cláudio Villas Boas (ex-Odebrecht) deixou o cargo de diretor financeiro da Embasa para assumir a presidência do Consórcio Ponte Salvador-Itaparica, formado por seis estatais chinesas. Engenheiro civil com passagem por outras grandes empreiteiras, como a OAS, Villas Boas chegou a ser cotado para presidir a Embasa, mas o cargo acabou nas mãos do também engenheiro Rogério Cedraz, apadrinhado pelo deputado federal Marcelo Nilo (PSB). Agora, terá a missão de tocar a ponte sem que existam sinais de quando ela sairá do papel.

Asas livres

A Justiça revogou as prisões dos dois principais alvos da operação contra o "Cartel das Placas" que agia no Detran há 30 anos. Os empresários Adriano Muniz Decia e Catiúcia Dias responderão em liberdade.

‘Contrato pronto para comprar Sputnik V’, diz Rui

VACINA RUSSA O governador Rui Costa afirmou que a Bahia já está com o contrato pronto para a compra da vacina Sputnik V, produzida pelo Instituto Gamaleya, da Rússia. A declaração foi feita através de suas redes sociais, na manhã de ontem.

“Ao longo dessa semana ingressamos com ação no STF (Supremo Tribunal Federal) para conseguir legalmente comprar e aplicar a vacina. Estamos com o contrato pronto para comprar a vacina Sputnik, aguardando apenas essa liminar”, disse ele, no vídeo, sobre o andamento da ação.

Rui afirmou ainda que, durante a semana passada, se reuniu com prefeitos de diversas regiões da Bahia para ajustar as ações contra o avanço do coronavírus. Ele fez um apelo à população. “Enquanto a vacina não chega, precisamos da sua ajuda, da sua contribuição para garantir o distanciamento social”, enfatizou. O toque de recolher no estado está válido até 1º de abril, e a proibição das atividades essenciais em Salvador e na região metropolitana foi prorrogada até o dia 15.

Ainda segundo o governador, uma semana antes do início das medidas de restrição, a Bahia registrou um aumento de 10 mil casos de covid-19 em uma semana. Depois do início das medidas, em uma semana, o crescimento foi de dois mil casos.

“Ou seja, desaceleramos”, disse. Esses resultados também já aparecem nos testes realizados pelo Laboratório Central (Lacen). No fim do mês passado, o CORREIO mostrou que mais da metade das amostras que chegavam para análise no laboratório tinham resultados positivos. “Diminuímos a taxa de positividade, então está mais do que comprovado que distanciamento social reduz a contaminação”, completou o governador.

●● Estamos com o contrato pronto para comprar a vacina Sputnik, aguardando apenas essa liminar do Supremo Tribunal Federal (STF)
Rui Costa
Governador da Bahia

24h

ECONOMIA

Ford de Camaçari destrói carros inacabados

CAMAÇARI A Ford já começou a se desfazer das unidades inacabadas de Ka, Ka Sedan e Ecosport na fábrica de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador. Vídeos obtidos pelo portal UOL, gravados na última quinta-feira (4), mostram modelos sendo destruídos até virarem sucata. Segundo a publicação, ao todo são cerca de 900 modelos que ficaram inacabados com o encerramento repentino das atividades na planta de Camaçari. Outros equipamentos também estão sendo desmontados e retirados da unidade.

A assessoria da Ford confirmou que se trata de carrocerias que restaram na fábrica baiana e que as atividades fazem parte do processo de preparação para o fechamento da planta. O anúncio do fim da produção de carros da Ford no Brasil ocorreu no dia 11 de janeiro. A montadora declarou que as plantas de Camaçari e de Taubaté, no interior de São Paulo, permaneceriam funcionando durante um período para a produção de peças de reposição, mas as mesmas ficaram fechadas por mais de um mês até que fosse firmado acordo entre a marca e representantes dos trabalhadores.

A montadora ainda busca definir o que será feito com as duas fábricas. O Governo da Bahia chegou a divulgar sondagens de potenciais interessados em ocupar a planta, entre eles marcas chinesas, indianas, sul-coreanas e japonesas. A Caoa também foi apontada como possível compradora e admitiu interesse na unidade de Camaçari.

900
Veículos que eram produzidos em Camaçari e que estavam inacabados foram destruídos por montadora

Enquanto isso, a Ford se prepara para mudar sua linha de produtos, focando em modelos importados e com maior valor agregado. Ka e Ecosport, que saíram de linha, já começam a desaparecer das concessionárias e a marca norte-americana deve apresentar em breve seu novo produto no Brasil: o SUV Bronco Sport, vindo do México.

Ainda segundo o UOL, as mudanças já trouxeram impacto nas vendas da Ford nos primeiros meses do ano. A marca viu sua participação no mercado cair de 7,15% para 5% - distribuidores acreditam que chegará a 1,4% com a nova política da empresa. Já o Ka, que sempre figurava entre os cinco carros mais vendidos do país, ocupou apenas a 30ª posição em fevereiro, segundo dados da Fenabrave.

No final de fevereiro, os trabalhadores da empresa foram convocados a voltar ao trabalho pelo prazo de 90 dias. Depois de um acordo entre o sindicato da categoria e representantes da empresa, cerca de 700 trabalhadores e prestadores de serviço que atuavam na montadora já foram readmitidos e estão previstos o retorno de outros temporariamente. O acordo garante negociações diretas entre as partes, que serão realizadas durante o prazo de 90 dias, com a garantia de salários para todos.

Aumento da gasolina causa impacto no preço do etanol

COMBUSTÍVEIS O consumidor, afetado pelo preço da gasolina, também está tendo dificuldades para recorrer ao substituto imediato nos veículos com motor flex. Motivado por uma combinação de entressafra e aumento de demanda, o preço do etanol hidratado acumula aumento de 21,1% desde janeiro, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). O preço médio do litro do combustível saltou de R\$ 3,221 para R\$ 3,901, conforme o levantamento semanal da ANP. Apesar de ser mais cara que

o etanol, a gasolina comum subiu menos: 14,6% de janeiro a março. O preço médio do litro da gasolina no país passou de R\$ 4,622 para R\$ 5,299. No atacado, o aumento é ainda maior. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), o etanol acumula alta de 35% nas usinas do Centro-Sul, a principal região produtora do país. Dependendo do modelo do veículo, o etanol torna-se vantajoso quando custa até ou menos que 75% do valor da gasolina. Segun-

do dados do levantamento realizado pela ANP, somente seis estados atingiram essa proporção na primeira semana de março: Goiás (68,9%), Mato Grosso (69,3%), Minas Gerais (72,8%), Amazonas (74,4%), Mato Grosso do Sul (74,7%) e Sergipe (74,9%). Em alguns estados, o preço do etanol quase se iguala ao da gasolina. As maiores proporções foram registradas no Amapá (93,9%), Rio Grande do Sul (91%), em Santa Catarina (85,9%) e no Pará (83%).

ALIMENTOS

58%

Foi o aumento no consumo de alimentos entre a parcela mais pobre da população brasileira em 2020. No ano de pandemia, os brasileiros no geral aumentaram o consumo de alimentos dentro de casa, mas os mais pobres conseguiram colocar uma quantidade maior de comida no prato. O volume de itens consumidos cresceu 4% em relação a 2019 na média geral.

GOVERNO VAI BARRAR NOVOS CADASTROS

AUXÍLIO A nova rodada do auxílio emergencial a vulneráveis deve contemplar apenas brasileiros que já estavam recebendo o benefício em dezembro de 2020, sem possibilidade de novo cadastro para alcançar quem também perdeu a fonte de renda no período mais recente. Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, o governo não vê espaço para abrir um novo cadastramento e quer “aproveitar o que já existe”, medida que desperta crítica de entidades que atuam no setor.

CRONOGRAMA DA REFORMA SOFRE ATRASOS

TRIBUTOS Apresentado pela nova cúpula do Congresso logo após as eleições de 1º de fevereiro, o cronograma para aprovar a reforma tributária até outubro já começou atrasado. A expectativa dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), era a de que o relatório da reforma fosse apresentado até o fim de fevereiro. No entanto, até o momento ainda não há previsão para esta etapa inicial.

24h

BRASIL

Estados tentam 'pacto nacional' por restrições

MEDIDAS O governador do Piauí, Wellington Dias, representante do Fórum Nacional dos Governadores, informou ontem que os chefes dos executivos estaduais articulam um pacto nacional para implantar medidas restritivas até o dia 14 de março. O objetivo é conter o avanço do novo coronavírus, que já matou mais de 260 mil pessoas no país. Segundo Dias, 22 governadores estão de acordo. Segundo informações da assessoria de imprensa do governador do Piauí, a proposta foi feita por ele e, até o momento, apenas cinco estados não manifestaram uma posição favorável ao pacto: Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rondônia, Acre e Roraima. Mas, também de acordo com a assessoria, a consulta aos governadores continua em andamento. O avanço da covid-19 levou muitos estados e municípios a adotarem medidas restritivas, como fechamento de atividades não essenciais e toque de recolher.

Wellington Dias afirmou que a ideia é promover uma "experiência" de restrições nacionais até o próximo domingo (14), para que o país possa "barrar o coronavírus".

"Não adianta o meu estado fazer e outro não fazer. Isso é o que chamei de 'enxugar gelo', ou seja, a transmissibilidade tem que ser cortada nacionalmente", acredita. Ele pondera que o ideal seria que a medida par-



“ Não adianta o meu estado fazer e outro não fazer. Isso é o que chamei de 'enxugar gelo' Wellington Dias

Governador do Piauí, falando sobre ideia de um pacto entre todos os estados

tisse do governo federal. "É claro que o ideal é como fazem outros países, o poder central estar fazendo isso. Os Estados Unidos não faziam na época do Trump, mas estão fazendo agora com o Joe Biden", citou.

"O objetivo é chegar em abril vacinando 50 milhões, que é esse grupo de maior risco - mais de 60 anos, com comorbidades, indígenas, saúde, idosos em asilo etc -, porque ele responde por 70% das internações e 70% dos óbitos. Ora, se a gente vacina aqui, a gente reduz todo esse limite de colapso a que chegamos", continuou. No fim de fevereiro, o presidente do fórum já havia antecipado que os governadores pediriam ao governo Jair Bolsonaro que adotasse medidas restritivas em todo o país. Bolsonaro sempre negou a possibilidade de definir um lockdown ou ações que restrinjam a movimentação de pessoas.

Hoje os governadores devem se reunir no Rio de Janeiro com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e representantes da Fiocruz para discutir as estratégias de enfrentamento ao vírus e a necessidade de maior agilidade na vacinação. O país aplicou doses em apenas 3,88% da população até o momento.

Para cumprir PEC, governo pode acabar com deduções do IR

ORÇAMENTO A proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada pelo Senado em segundo turno na última quinta (4/3) para liberar os gastos com o auxílio emergencial traz uma medida que, se for concretizada, pode reduzir ou até mesmo acabar com incentivos tributários, a exemplo das deduções com despesas de saúde e educação no Imposto de Renda (IR). A informação foi publicada pelo jornal O Globo.

De acordo com a PEC, o presidente Jair Bolsonaro precisa propor ao Congresso, em até 6 meses, um projeto de lei para reduzir as renúncias fiscais e assim cobrir os gastos extras permitidos pela emenda constitucional, diminuindo essas renúncias de 4% para 2% do PIB em até 8 anos. Segundo técnicos, não há na PEC nenhuma sanção caso o presiden-

●● **Só não está havendo gritaria porque o governo não disse onde vai cortar. Quando isso acontecer, a pressão dos setores beneficiados será enorme**

Gil Castelo Branco
diretor da ONG
Contas Abertas

te não siga a determinação, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) pode ser provocado a agir se a Constituição não for cumprida.

Nem todo programa de incentivo poderá ser cortado. Os benefícios dados à Zona Franca de Manaus e ao Simples Nacional não podem ser alvo dos cortes — medida adotada para reduzir a resistência política ao projeto. Os incentivos do regime especial para microempreendedores individuais (MEI) — uma porta de saída para desempregados na crise e tem custo estimado de R\$ 3,1 bilhões — estão protegidos porque integram o Simples. Ao todo, seis incentivos foram blindados. Só em 2021, esses programas custarão aos cofres públicos R\$ 158,3 bilhões, o que equivale a 51,4% do total.

Com isso, o projeto para reduzir as renúncias terá que se concentrar na outra me-

tade da lista, que inclui os benefícios aos contribuintes no Imposto de Renda. Só as deduções de gastos com saúde e educação no IR custarão neste ano R\$ 22 bilhões. Mas aí, entra o componente político. Bolsonaro prometeu na campanha corrigir a tabela do IR, isentando todos os brasileiros que ganhassem até R\$ 5 mil, o que não foi feito até agora.

Para o diretor da ONG Contas Abertas, Gil Castelo Branco, o plano de redução previsto na PEC é praticamente impossível. Para fazer valer a norma, o Executivo teria que fazer um corte drástico ou acabar totalmente com os incentivos que sobraram, o que seria politicamente inviável. "Só não está havendo gritaria porque o governo não disse onde vai cortar. Quando isso acontecer, a pressão dos setores beneficiados será enorme", falou o especialista.

24H BRASIL

Governo veta Lei Rouanet onde há lockdown

SEM RECURSOS A Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura editou uma portaria segundo a qual projetos culturais que buscam patrocínio oficial, através da Lei Rouanet, sequer passarão por análise, caso sejam de locais onde os governos, devido à pandemia de covid-19, tenham adotado medidas restritivas de circulação. A portaria foi publicada no Diário Oficial da União dessa sexta-feira (5).

O texto diz que propostas culturais que envolvam interação presencial com o público só serão analisadas se estiver em um estado ou município sem restrição de circulação, toque de recolher, lockdown ou outras ações que impeçam a execução do projeto.

Ainda de acordo com o documento, a medida será válida pelos próximos 15 dias, po-

Estados, incluindo a Bahia, restringiram a circulação de pessoas e suspenderam eventos, diante da disparada da covid

dendo ser prorrogada ou suspensão, a depender da manutenção ou não das medidas restritivas nos referidos entes da Federação. Assina a portaria o chefe da secretaria, André Porciuncula Alay Esteves, sob comando do secretário Especial de Cultura, Mário Frias.

Parte dos estados, o Distrito Federal e as maiores capitais estão com medidas restritivas para tentar barrar o avanço da pandemia. A portaria exclui os projetos de todos esses locais.

O mais grave, segundo os produtores culturais, é que a medida seria uma forma de pressionar pelo fim dessas ações de proteção à população, no momento em que cresce o número de pessoas infectadas e as mortes pelo coronavírus.

O presidente da Associação de Produtores Teatrais do Rio, Eduardo Barata, criticou a medida. Ele afirmou que a

portaria é uma forma de “extinguir” a Lei Rouanet, que prevê patrocínio a projetos culturais. “É uma forma de desidratar a Lei Rouanet, extinguir a Lei Rouanet em vida, é bastante preocupante. É assustador pensar que o próprio governo está agindo contra os protocolos sanitários, contra as indicações da saúde e da medicina”, disse Barata.

O ato é visto como um ataque do presidente Jair Bolsonaro, que está desconfortado com as medidas de restrição tomadas para frear o aumento dos casos de covid-19 pelo país.

Na quinta-feira (4), o presidente voltou a reclamar do lockdown adotado por governadores e prefeitos e cobrou o retorno da população ao trabalho. Ele disse ainda que a população deve “enfrentar” os problemas: “Chega de frescura, de mimimi. Vão ficar chorando até quando?”.



ENTRE/ANÁLISE

www.correio24horas.com.br

Um mês de toque de recolher em praticamente todo o estado. Uma semana de lockdown parcial em Salvador e Região Metropolitana. Até então, estas devem ser as durações das medidas restritivas na Bahia. Mas quem pode garantir que, passado esse tempo, estaremos livres destas determinações? As sucessivas renovações de decretos sugerem que não há como prever. O status da doença deixa dúvidas sobre quando chegará o fim destas medidas que têm sido amplamente defendidas por autoridades e cientistas como a saída que restou para barrar a alta taxa de hospitalizações e mortes. Qual é a meta, afinal, para o governo estadual parar o lockdown?

Em resposta ao CORREIO, a gestão disse que o fim das restrições depende da diminuição do contágio e da redução da ocupação dos leitos de UTI no estado. É necessário chegar a uma taxa menor do que 75% de vagas ocupadas para que a situação seja considerada sob controle, o que não é o caso neste momento em que a Bahia mantém percentual oscilando a mais de 80%.

Ainda segundo a administração, o estado tem adotado estas medidas com base nas orientações de especialistas do Comitê Científico do Consórcio Nordeste e os impactos só poderão ser avaliados 15 dias a um mês após a implementação. A Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) não prevê, portanto, por quanto tempo será necessário ficar sob restrições.

Na última semana, o estado registrou uma média diária de mais de 100 mortes e há uma previsão de forte tendência de piora. Em entrevista a Mônica Bergamo, da rádio Band News, quarta-feira, o governador Rui Costa (PT) disse que no pico anterior da covid-19, em julho, havia 30 mil casos ativos da doença e 800 pessoas internadas em UTIs. Hoje a Bahia tem 8 mil casos ativos a menos, porém mais de mil hospitalizados em cuidados intensivos.

"Agora está muito mais agressiva e temos pessoas com reinfeção, pessoas que tinham tomado apenas a primeira dose da vacina e foram infectadas pela nova cepa. A situação é muito grave. As UPAs estão lotadas com gente no corredor. Este momento é a antessala da recusa do paciente na porta. Vai chegar a hora em que não dá mais para botar para dentro e vai ter que voltar da porta", declarou.

Em entrevista coletiva no dia seguinte, o prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), anunciou a proximidade do momento mais trágico, afirmando que a capital está no limite do colapso. "A população precisa se conscientizar e adotar as medidas de prote-

Restrições deixam dúvidas: até quando?

Todo lockdown tem seu fim, mas é difícil prever quanto tempo levará até lá. Estado diz qual o critério para encerrar

ção", implorou. A cidade já enfrenta dificuldade para fornecer respiradores a pacientes e, após a abertura de leitos na UPA dos Barris e no Hospital de Campanha de Itapuaçu, não há previsão de inauguração de mais vagas.

Coordenador das UTIs do maior hospital público do interior, o Clériston Andrade, em Feira de Santana, o médico intensivista Lúcio Couto diz que tem sido angustiante ver a população pressionando os governantes para a abertura de mais leitos. "Quem está na linha de frente sabe que não adianta abrir leito porque não tem profissionais para assumir estes postos. A terapia intensiva é uma especialidade médica, como também da fisioterapia e da enfermagem. As pessoas fazem anos de experiência para ter título de especialista nisso", explica. Segundo ele, parte da solução é contar com a contribuição da população em relação ao uso de máscaras, higiene das mãos e isolamento social.

LOCKDOWN ADIANTA?

O economista Thomas Conti, professor do Insper, em São Paulo, observa que o debate sobre o lockdown tem tratado esse recurso como se a questão fosse um problema de quinze dias ou um mês, quando, na verdade, o que está em jogo é o ano inteiro de 2021. "So que o que acontece, na verdade, é que a situação em boa parte do país é explosiva, muito grave, e o lockdown é uma medida que pode frear esse avanço. Mas, se não forem tomadas uma série de outras medidas, assim que o lockdown for retirado, os ca-

100

mortes diárias foi a média desta semana, e tendência é de piora com possíveis novos recordes de óbitos

75%

ou menos é a taxa de ocupação de leitos para que a situação seja dada como sob controle

22mil

casos ativos da doença há na Bahia, cerca de 8 mil a menos do que no pico anterior, em julho

1,7mil

internados. É mais do que o dobro do registrado no pico passado





Hilza Cordeiro
 texto
 hilza.cordeiro@redesbaha.com.br



Nara Gentil
 foto
 nara.gentil@redesbaha.com.br

sos vão voltar a subir e o problema se recoloca", alerta. "E nenhum lockdown funciona sozinho, a população tem que vir junto e estar disposta".

Se outras estratégias não forem associadas, este ano pode ser uma corrida, diz Conti. Será uma competição para ver quem é mais veloz: o vírus ou a nossa capacidade de vacinação. O economista argumenta que é preciso adotar medidas para que, quando for necessário acionar o lockdown, ele não precise ser imposto outras vezes. Como não tem sido feito um efetivo rastreamento de contatos de infectados em lugar nenhum, o professor acredita que não há um plano de longo prazo para o combate à doença e, por isso, fica difícil dar uma previsibilidade aos trabalhadores e empregadores quanto à duração das medidas.

"Uma coisa é você dizer para ele: 'Olha, a gente vai ter que fechar tudo por 15 dias, mas a gente tem um plano robusto para, no resto do ano, a gente não precisar fechar

mais'. Mas fala-se que vai durar uma semana e não tem a menor ideia se isso vai continuar ou não, aí passa uma semana, renova. A previsibilidade é algo que ajudaria o setor, inclusive o informal", comenta.

Neste momento, o lockdown está sendo aplicado em alguns estados como uma medida de desespero na tentativa de evitar "novas Manaus", mas sem controle dos casos ativos, a saída não vai ser logo ali, afirma. Para ilustrar o cenário, Conti metáforiza: é como se o Brasil estivesse de pé pisado no acelerador, já que está com contágio sem rastrear, e, quando fica perigoso, debate puxar o freio de mão, que é o lockdown. "Mantém pé no acelerador com freio de mão puxado e depois que solta freio de mão, continua acelerando. É irracional", analisa.

A SALVAÇÃO

Coordenador científico do portal Geocovid-19 – que analisa e prevê o avanço da doença – Washington Rocha, professor

da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), explica que as medidas paliativas que vêm sendo adotadas, como toque de recolher e "lockdown parcial", podem ajudar a minimizar, mas não resolverão o problema sanitário. Só a vacinação massiva salvará, insiste. O próprio governador Rui Costa reconheceu e disse que seria fundamental vacinar massivamente os idosos num intervalo de poucos dias para baixar a crise.

O professor atesta que a adoção do lockdown severo é complexa porque a população já está sofrida, há um ano com perda de empregos, e o setor produtivo também está bastante abalado, mas a questão é que o país pode se tornar um grande Manaus, já que a cepa manauara se espalhou.

Washington avalia que a estratégia de iniciar as medidas restritivas mais pesadas a partir do fim de semana pode ter sido adotada para ter melhor aprovação pela população, mas, na observação dele com base nos índices de isolamento revelados pela startup In.Loca, a ideia não foi suficiente para segurar o fluxo de gente. Mais da metade da população baiana quebrou o isolamento no primeiro domingo, 28 de fevereiro.

Considerado uma medida impopular justamente por causa dos reflexos na economia, o anúncio do lockdown já motivou carreatas e protestos de rua de lojistas em Salvador e Feira de Santana pedindo que estado e municípios reabram o comércio.

O economista Marcos Tavares, professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), explica que governos estaduais, no geral, têm orçamento limitado e encontram-se em situação complicada por não poder contar com recursos e coordenação do governo federal no controle da pandemia, o que vem sendo fortemente denunciado pelos governadores Rui Costa e João Dória (PSDB), de São Paulo.

O COMBO DO CAOS

A soma dessas dificuldades é, basicamente: a falta de um auxílio-emergencial que ajude as pessoas a ficarem em casa, o fato de o presidente Jair Bolsonaro desacreditar a ciência, o surgimento de variantes mais perigosas e a vacinação muito lenta no país. O pesquisador explica que chegou-se a um momento tão crítico que a importância da adoção do lockdown é igual ao uso da máscara: "Indiscutível", diz.

Pesquisador da Universidade de Yale, nos EUA, o virologista Anderson Brito pontuou, em seu Twitter, que diante de variantes mais transmissíveis do coronavírus, medidas de prevenção mais duras precisam mesmo ser adotadas, mas é essencial fornecer condições para as pessoas evitarem ter que se expor – como o auxílio-emergencial e crédito para pequenos negócios, que precisam manter empregos.

Em função do combo de problemas e desassistência, governos estaduais, como o de Minas Gerais, têm realizado apertos nas contas para criar os seus próprios programas de transferência de renda, mas não é algo fácil devido ao alto risco de endividamento. "Se conseguem fazer, são dignos de parabéns e estão agindo corretamente", avalia Tavares. "A renda mínima federal nunca deveria ter parado. Ao encerrar em dezembro, as pessoas entenderam que teriam que sair do isolamento e voltar ao trabalho. Ao dar esse sinal, muita gente foi em busca de emprego. O lockdown, infelizmente, é a saída necessária em um momento em que a vacinação não avança nesse país", diz o economista da Uesb.

AUXÍLIO PARA OS BAIANOS

O governo baiano confirmou ao CORREIO que tem a intenção de instituir um auxílio. O estudo de viabilidade deve ser concluído até o fim deste mês, segundo afirmou a Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz). O órgão não detalhou o valor, a duração, nem a previsão de quantas pessoas deverão ser beneficiadas. No mês passado, o governador havia dito em entrevista ao Valor Econômico que esse benefício poderia ser dado a cerca de 350 mil famílias de baixa renda com filhos matriculados em escolas da rede estadual.

SECRETÁRIOS DE SAÚDE COBRAM MAIS RIGOR

Os secretários estaduais de saúde lançaram, no dia 1º de março, uma carta à sociedade brasileira relatando o caos que o país já vive e manifestando-se, abertamente, a favor de medidas restritivas máximas para evitar o colapso nacional. A primeira indicação foi por maior rigor na restrição às atividades não-essenciais, conforme a situação da doença em cada região, pedindo por impedimentos implacáveis nos locais onde a ocupação de leitos esteja acima dos 85%.

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) sugeriu toque de recolher nacional das 20h às 6h, incluindo os fins de semana, além de instituição de barreiras sanitárias nacionais e internacionais, considerando fechar aeroportos e transporte interestadual.

"Entendemos que o conjunto de medidas propostas somente poderá ser executado pelos governadores e prefeitos se for estabelecido no Brasil um 'Pacto pela Vida' que reúna todos os poderes, a sociedade civil, representantes da indústria e do comércio, das grandes instituições religiosas e acadêmicas do país, mediante explícita autorização e determinação legislativa do Congresso Nacional", escreveram.

Sem defender abertamente o lockdown, também em uma carta aberta, o Conselho Regional de Medicina da Bahia (Cremeb) pediu que os governantes multipliquem a oferta de vacinas em quantidade suficiente para a maioria da população no mais curto espaço de tempo.

Doutora em epidemiologia, Ethel Maciel, professora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), arriscou uma conta simples. Existem cerca de 200 milhões de brasileiros e, se houver vacinas e for possível imunizar 1,5 milhão por dia, em 100 dias seria possível "vencer" a pandemia.

Entre as autoridades públicas que são resistentes à adoção do lockdown é comum a justificativa de que ele é difícil de ser imposto no Brasil por ser "um país pobre". O professor Marcos Tavares aponta que, mesmo com índices como o PIB em queda e descendo posições, o Brasil ainda está entre as maiores economias do mundo, ocupando atualmente a 12ª posição no ranking com mais de 190 nações.

"A pobreza não pode ser usada para justificar a não adoção do lockdown. Cabe ao governo cuidar do seu povo e assegurar saúde para todos. Adotar ou não o lockdown é uma decisão política diante de uma situação concreta visando preservar vidas".



Rua Carlos Gomes, no Centro de Salvador: comércio de rua está fechado desde o dia 26 de fevereiro

Este momento é a antessala do paciente na porta. Vai chegar a hora em que não dá mais para botar para dentro Rui Costa

Sobre a situação da ocupação de unidades de saúde na Bahia

A população precisa se conscientizar e adotar as medidas de proteção Bruno Reis

Prefeito de Salvador

Quem está na linha de frente sabe que não adianta abrir leito porque não tem profissionais para assumir estes postos. A terapia intensiva é uma especialidade Lúcio Couto

Coordenador da UFI do Hospital Clériston Andrade, em Feira de Santana

PANDEMIA

‘Bahia pode comprar as vacinas por conta própria’



O GOVERNADOR Rui Costa (PT) voltou a criticar, ontem, a postura do presidente Jair Bolsonaro no combate à pandemia da Covid-19

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

O governador Rui Costa (PT) voltou a criticar ontem a postura do presidente Jair Bolsonaro no combate à pandemia da Covid-19. Segundo o gestor baiano, o chefe do Palácio do Planalto é um "líder de uma seita" que conduz os seus seguidores "ao suicídio" e "preenche o noticiário com declarações sem conteúdo". Para ele, o governo federal "é um vazio completo".

"O problema são os ataques à população. É a falta de sensibilidade e humanidade com a população brasileira. Se ele estivesse atacando a pessoa física dos governadores, até daria para entender, pela lógica da disputa política partidária. Agora, o que ele faz é uma atitude de completa desuma-

nidade. O que ele fez ao longo da pandemia é um negócio inacreditável para um presidente da República", afirmou o governador em entrevista aos jornalistas Kiko Nogueira e Pedro Zambarda, do Diário do Centro do Mundo (DCM).

O petista avalia que o Brasil está mal posicionado no cenário internacional. "Quando a gente compara com outras nações do mundo, fica explícito. Todas as nações têm um presidente demonstrando empatia com a dor das famílias, das vítimas, demonstrando preocupação e buscando ter iniciativas de diminuir a escalada de contágio da doença. Mas o que vemos é um menosprezo. Ele preenche o noticiário com declarações sem o menor conteúdo do ponto de vista da saúde pública", apontou, criticando

ainda os seguidores do presidente. "A sensação que tenho às vezes é que é uma seita. E os seus seguidores a reproduzem como uma. Infelizmente parece aquelas seitas, que, às vezes, leva centenas as pessoas ao suicídio e você se pergunta como aquelas pessoas seguiram aquela pessoa desequilibrada, que faz ilações absurdas, convencem elas. Essa é a realidade do Brasil hoje e ele age como o líder de uma seita", aponta

Rui explicou ainda que "é possível que a Bahia compre as vacinas" por conta própria. "Mas as minhas decisões são baseadas na Procuradoria-Geral do Estado [PGE], que é o setor jurídico responsável pelos atos do governo. Nós entramos com uma nova ação no Supremo Tribunal Federal [STF] e estamos esperando

uma liminar solicitando diretamente, de forma objetiva, a compra e autorização para aplicar vacinas que já estão sendo aplicadas em outros países, a exemplo das vacinas Sputnik-V e Pfizer", completou.

Nesta semana, Rui Costa e outros 13 governadores assinaram uma carta ao presidente Jair Bolsonaro exigindo mais empenho na compra de vacinas para a Covid-19. O documento pede a imediata adoção de medidas necessárias junto a entidades estrangeiras e organismos internacionais para obtenção dos imunizantes. "Neste momento, há novas, reais e importantes justificativas para que o Brasil obtenha, com celeridade, novas remessas de imunizantes, a principal delas é a chegada e a rápida disseminação", diz o documento.

Governo barra novo cadastro para auxílio emergencial

ESTADÃO CONTEÚDO

A nova rodada do auxílio emergencial a vulneráveis deve contemplar apenas brasileiros que já estavam recebendo o benefício em dezembro de 2020, sem possibilidade de novo cadastro para alcançar quem também perdeu a fonte de renda no período mais recente. A estratégia do governo já desperta críticas de organizações da sociedade civil, que consideram urgente a abertura de um novo prazo para pedidos de auxílio. As entidades também dispararam um movimento para ampliar o limite de R\$ 44 bilhões aprovado pelo Senado para o pagamento do benefício.

As críticas surgem antes mesmo da aprovação final da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que abre caminho para nova rodada do auxílio. O texto ainda precisa do aval da Câmara dos Deputados, em dois turnos de votação. A previsão é que as discussões na Casa tenham início nesta terça-feira.

A Rede Brasileira de Renda Básica alerta para a urgência de o Ministério da Cidadania abrir um novo cadastramento para incluir pessoas que perderam o emprego ou renda e ficaram em situação de

vulnerabilidade a partir do segundo semestre de 2020. A primeira rodada do auxílio considerou quem estava registrado no Cadastro Único de programas sociais até 20 de março. Para os "invisíveis", também foram aceitos pedidos por site ou aplicativo até 2 de julho do ano passado - prazo que nunca foi reaberto.

Segundo apurou o Estadão, o governo não vê espaço para abrir um novo cadastramento e quer "aproveitar o que já existe". A avaliação é que a base de dados pré-existente já contemplaria um número robusto - 56 milhões de brasileiros recebiam o auxílio em dezembro - e foi preciso desenhar novos critérios para conseguir focalizar o benefício nos cerca de 45 milhões que devem ser alcançados agora com a nova rodada.

Além disso, mesmo quem não estava no CadÚnico em março do ano passado tem boa chance de ter conseguido o auxílio por meio do site ou aplicativo da Caixa, argumentam técnicos ouvidos pela reportagem. Por outro lado, trabalhadores que tenham eventualmente perdido o emprego no segundo semestre de 2020, sem conseguir recolocação, podem ficar sem proteção.

Tribuna

Empresários lamentam comércio fechado

Decreto prorroga suspensão de atividades não essenciais até o dia 15 em Salvador e RMS

CLEUSA DUARTE
REPORTER

A prorrogação das medidas restritivas em Salvador e Região Metropolitana (RMS) até as 5h do dia 15 de março, após reunião virtual entre prefeitura de Salvador, governo da Bahia e gestores da RMS no último sábado (6), não agradou as instituições empresariais como: Fecomércio-BA, FCDL Bahia, CDL Salvador e Associação Comercial da Bahia. Eles lamentam a decisão de manter o fechamento de lojas do comércio pelos próximos dias. E solicitam imediatas contrapartidas do poder público frente à decisão tão extrema.

O presidente da Fecomércio-BA, Carlos Andrade, unido aos seus 35 sindicatos empresariais filiados, pede que o plano, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda (SEMDEC) seja ativado, emergencialmente, a partir de hoje, segunda-feira, 8 de março.

"Não podemos suportar mais tempo de portas fechadas, portanto precisamos de alternativas para destravar a economia. O plano da Prefeitura mostra que é possível manter a totalidade das atividades em funcionamento parcial e, ao mesmo tempo, frear o contágio, ao minimizar os impactos no horário de pico no sistema de transporte", explica Carlos Andrade.

Andrade ressalta ainda que o trabalho desenvolvido

pelo prefeito, Bruno Reis, e a secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda, Mila Paes, e sua equipe foi aplaudido por todas as entidades presentes à reunião virtual ocorrida na última sexta (5). Para ele, trata-se de um trabalho que pode servir de exemplo para todas as capitais do Brasil, nesse momento de crise em que precisamos salvar vidas, em primeiro lugar, além de preservar os empregos e as empresas.

O "Plano de Retomada das Atividades Econômicas", prevê o escalonamento dos horários de funcionamento de cada setor, entre comércio, serviços, turismo, alimentação, escritórios, construção civil etc. Com isso, todas as atividades econômicas estarão ativas na capital, enquanto o fluxo no transporte público poderá ser controlado, reduzindo o contágio pelo coronavírus.

Em nota enviada à Tribuna da Bahia, as entidades recordam que no ano passado a crise foi terrível para todos e, ainda assim, o setor empresarial obteve subsídio do Governo Federal para pagar os funcionários, além de algumas linhas de crédito que foram facilitadas. Este ano, nem com essas iniciativas os empresários podem contar, criando um ambiente de absoluto abandono à própria sorte, deixando as empresas sem saber como honrar com as folhas de pagamento ou sem terem faturamento ou empréstimos. As instituições têm posição contrária ao lockdown e são favoráveis a medidas de combate à pan-



Foto: Romildo de Jesus

PRORROGAÇÃO Estabelecimentos comerciais lamentam perdas e entidades solicitam reparo imediato do poder público frente a decisão tão extrema

demia, a exemplo do Plano de Retomada Econômica".

Os representantes do Comércio baiano reiteram as solicitações propostas aos governos estadual e municipais, entre elas, a aquisição urgente de vacinas; abertura de novos leitos; rígida punição para quem promove aglomerações irresponsáveis; apoio à criação de comitê público-privado para discutir medidas de combate à pandemia; parcelamento tributário para a sobrevivência das empresas; e concessão de linhas de crédito sem burocracia.

De acordo com o novo decreto publicado no diário oficial do Estado online ontem, (7), a partir das 5 horas desta segunda(8), seguirá sendo permitido apenas o funcionamento das atividades consideradas essenciais em Salvador e RMS. Nas demais cidades do interior, as medidas restritivas valerão das 18h do dia 12 de março até às 5h do próximo dia 15. O toque de recolher, das 20h às 5h, permanece mantido em todo

o território baiano até 1º de abril.

A restrição da venda de bebidas alcoólicas seguirá valendo, em todo o estado, a partir das 18h de sexta (12), até as 5h de segunda-feira (15), inclusive por sistema de entrega em domicílio (delivery). O funcionamento de restaurantes e bares fica restrito à operação de portas fechadas, na modalidade de entrega em domicílio (delivery), até às 24h, com validade até as 5h do dia 15 de março.

São considerados serviços essenciais às atividades relacionadas à saúde e ao enfrentamento da pandemia, como transporte, serviço de entrega de medicamentos e demais insumos necessários para manutenção das atividades de saúde, bem como à comercialização de gêneros alimentícios e feiras livres, à segurança e a atividades de urgência e emergência.

Continuam suspensos, até as 5h do dia 15 de março, os atendimentos presenciais do Serviço de Atendi-

mento ao Cidadão (SAC), na capital e região metropolitana. Os atos religiosos litúrgicos poderão ocorrer na Bahia, respeitados os protocolos sanitários estabelecidos, especialmente o distanciamento social adequado e o uso de máscaras, bem como com capacidade máxima de lotação de 30%.

A circulação dos meios de transporte metropolitanos (ônibus e metrô) permanece suspensa das 20h30 às 5h, até 15 de março de 2021. O sistema aquaviário (ferryboat e lanchinhas) ficará totalmente suspenso das 20h30 de 12 de março até as 5h do dia 15 de março.

Ficam suspensos também na capital e RMS, das 18h de sexta (12) até as 5h do dia 15 de março, às atividades presenciais nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual não enquadrados como serviços públicos essenciais, devendo ser adotado o regime de trabalho remoto.

Os municípios que integram a região metropolitana são: Camaçari, Candeias,

Dias D'Ávila, Itaparica, Luro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz.

Durante o Toque de Recolher, os estabelecimentos comerciais e de serviços deverão encerrar as suas atividades com até 30 minutos de antecedência, de modo a garantir o deslocamento dos seus funcionários e colaboradores às suas residências.

Os estabelecimentos comerciais que funcionem como restaurantes, bares e congêneres deverão encerrar o atendimento presencial às 18h, permitidos os serviços de entrega em domicílio (delivery) de alimentação até às 24h.

Estão fora do decreto as atividades ligadas ao funcionamento dos terminais rodoviários, metroviários, aquaviários e aeroportuários, bem como o deslocamento de funcionários e colaboradores que atuam na operacionalização destes. O mesmo vale para os serviços de limpeza pública e manutenção urbana e os serviços de entrega em domicílio (delivery) de farmácia e medicamentos, além das atividades profissionais de transporte privado de passageiros.

Ficam suspensos, ainda, eventos e atividades, em todo o território do Estado da Bahia, independentemente do número de participantes, ainda que previamente autorizados, que envolvam aglomeração de pessoas, tais como: eventos desportivos coletivos e amadores, cerimônias de casamento, eventos recreativos em logradouros públicos ou privados, circos, eventos científicos, solenidades de formatura, passeatas e afins, bem como aulas em academias de dança e ginástica até 1º de abril.

Tribuna

Guedes defende vacinação e fala em antecipar 13º de idosos

AGÊNCIA O GLOBO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta sexta-feira que a vacinação em massa contra Covid-19 é a "coisa mais importante" que se tem agora. Ao comentar a votação da proposta que permite o pagamento do auxílio emergencial em 2021, o ministro disse que saúde e economia andam juntas.

"O próximo passo agora é a vacinação em massa. É a coisa mais importante que tem agora. O presidente (Jair Bolsonaro) sempre falou que

economia e saúde andam juntas. É a vacinação em massa, se não a economia não se sustenta. Ela volta a cair ali na frente. Da mesma forma, a saúde não se sustenta. Imaginem que a gente deu o auxílio emergencial e as prateleiras vazias porque as pessoas perderam a saúde, ou porque a economia se desorganizou. Nós não podemos deixar a economia se desorganizar", disse Guedes.

Apesar da declaração do ministro, a vacinação anda em ritmo lento no Brasil por conta da baixa quantidade de doses disponibilizadas pelo Ministério da Saúde. O ministério

prevê entregar 38 milhões de doses de vacinas em março, numa redução de quase 8 milhões de doses em relação ao que foi divulgado em fevereiro. Até agora, 7,6 milhões de pessoas receberam a primeira dose da vacina, o equivalente a 3,62% da população brasileira.

Guedes disse também que essa é a "mensagem" que o presidente Bolsonaro tenta passar. Crítico das medidas de isolamento necessárias para combater a doença, Bolsonaro afirmou ontem ser preciso parar do que ele chamou de "frescura" e "mimimi".

"O abono salarial já foi

O MINISTRO da Economia, Paulo Guedes, disse nesta sexta-feira que a vacinação em massa contra Covid-19 é a "coisa mais importante" que se tem agora



antecipado. Agora, assim que aprovar o orçamento, vai ser antecipado o 13º justamente dos mais frágeis, dos mais idosos, como fizemos da outra vez. O BEM, que é o programa de preservação de empregos, já estão sendo disparadas as novas bases. Então, tem mais coisa

vindo por aí", declarou Guedes nesta sexta.

"É muito importante isso. Essa é a mensagem que, o tempo inteiro, o presidente tem tentado passar também. Que, talvez por infelicidade, não deixou claro o problema da saúde e da vacinação em massa. Mas

a agonia dele com a economia é a seguinte: se você der o auxílio e chegar lá e a prateleira estiver vazia, todo mundo com o dinheiro na mão, há inflação, falta de alimentos. Temos que manter os sinais vitais da economia", disse Paulo Guedes.

Presidente corta Lei Rouanet em cidades que adotaram lockdown

ESTADO DE MINAS

Se o cenário cultural durante a pandemia do novo coronavírus estava prejudicado, agora a situação pode piorar. Isso porque as cidades que mantiverem restrições de circulação, como é orientado por autoridades de saúde, vão ficar sem o recurso da Lei de Incentivo à Cultura, novo nome da Lei Rouanet. A decisão foi publicada pela Secretaria Especial de Cultura do governo Bolsonaro nesta sexta-feira (05/03).

A portaria publicada, assinada pelo secretário André Porciuncula, titular da subpasta de Fomento e Incentivo à Cultura, não justifica de forma clara a decisão.

“Considerando as diversas medidas de restrições de locomoção e de ativida-

des econômicas, decretadas por estados e municípios, só serão analisadas e publicadas no Diário Oficial da União as propostas culturais que envolvam interação presencial com o público, cujo local da execução não esteja em ente federativo em que haja restrição de circulação, toque de recolher, lockdown ou outras ações que impeçam a execução do projeto”, diz a portaria.

A medida vale por 15 dias, “podendo ser prorrogada ou suspensa, a depender da manutenção ou não das medidas restritivas nos referidos entes da federação”.

André Porciuncula compartilhou no Twitter a matéria da jornalista Mônica Bergamo, da Folha de S.Paulo, justificando a decisão. “Como querem realizar eventos com restrição? Sejam minimamente coerentes,

se é para ficar em casa, então não tem verba pública para projetos que geram aglomeração”, escreveu.

O secretário de Cultura, Mário Frias, também criticou um jornalista no Twitter.

Um produtor cultural, artista ou instituição, como um museu ou teatro, por exemplo, planeja fazer um evento cultural – um festival, uma exposição, uma feira de livros, entre outros. Para tornar a ideia dele mais atrativa para patrocinadores, ele pode submetê-la à análise da Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania para receber a chancela da Lei de Incentivo à Cultura.

Se a proposta apresentada for aprovada, o produtor vai poder captar recursos junto a apoiadores oferecendo a eles a oportunidade de abater aquele apoio do Imposto de Renda.

Tribuna

Salvador tem a quarta cesta básica mais barata do Brasil

No entanto, consumidores reclamam da alta dos produtos nos supermercados

Números referentes a fevereiro de 2021 em Salvador

ANILSON SALOMÃO
REPORTER

Entre janeiro e fevereiro de 2021, o custo médio da cesta básica de alimentos diminuiu em 12 cidades e aumentou em outras cinco, de acordo com Pesquisa Nacional de Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), em 17 capitais.

Salvador registrou a quarta cesta mais barata do Brasil, com o valor de R\$ 479,19. As maiores reduções foram registradas em Campo Grande (-4,67%), Brasília (-3,72%), Belo Horizonte (-3,16%), Vitória (-2,46%) e Goiânia (-2,45%). A capital que ocorreu a maior alta foi João Pessoa (2,69%).

A cesta mais cara do país foi registrada em Florianópolis (R\$ 639,81), seguida de São Paulo (R\$ 639,47), Porto Alegre (R\$ 632,67), Rio de Janeiro (R\$

629,82) e Vitória (R\$ 609,27).

Na avaliação mensal, os produtos que registraram as maiores reduções nos preços foram a batata (28,92%), a farinha (73,44%) e o arroz (5,27%). Já os itens que apresentaram elevação nos preços foram o açúcar (2,05%) e o óleo (1,04%). O leite e o feijão mantiveram estabilidade.

A reportagem da Tribuna da Bahia foi às ruas para saber se esta redução já reflete nos mercados, e se já é sentida pela população de Salvador.

A dona de casa Maria da Silva, 57, achou interessante a pesquisa, porém disse não ver isto refletir nos valores praticados pelos supermercados.

"Não tenho percebido a queda de valores. Pelo contrário, não tenho uma variação mensal nas minhas compras e, desde o início da pandemia, que sinto o bolso pesar. Posso estar errada, mas acredito que fornecedores e mercados estão se aproveitando da situação e aumentando os preços. Os valores

podem estar baixos na pesquisa, mas na hora de pagar, não", relatou Maria.

João Paulo, 44 anos, gerente de uma rede de supermercados da cidade, disse que ainda é difícil perceber esta queda em Salvador, "por conta da pandemia alguns produtos não mostram na prática este valor mais barato, mesmo com a pes-

quisa revelado isso. Creio que no decorrer do mês possamos transmitir isto para as pessoas", comentou João.

Devido à pandemia da covid-19, o Dieese suspendeu, em 18 de março de 2020, a realização presencial da Pesquisa Nacional de Cesta Básica de Alimentos e implementou uma to-

mada de preços especial a distância para verificar o custo da cesta. As 17 capitais pesquisadas mensalmente pelo Dieese, São Paulo foi a única que permaneceu fazendo a coleta presencial de preços, com a adoção de todos os protocolos de distanciamento e segurança indicados pelas autoridades sanitárias.

Foto: Romildo de Jesus



PRODUTOS

Açúcar, manteiga e farinha de mandioca foram os vilões da cesta mês passado

• Valor da cesta:

R\$ 479,19

• Variação mensal: -

1,99%

• Variação no ano: 0,02%

• Variação em 12 meses:

21,16%

• Produtos com redução

de preço médio em

relação a janeiro: tomate

(-8,06%), óleo de soja (-

5,29%), arroz agulhinha (-

2,81%), leite integral (-

2,00%), pão francês (-

1,97%), café em pó (-

1,54%), feijão cariquinho

(-1,50%) e carne bovina de

primeira (-1,42%).

• Produtos com alta de

preço médio em relação a

janeiro: açúcar cristal

(3,91%), manteiga (1,78%),

farinha de mandioca (1,28%)

e banana (1,09%). • Jorna-

da necessária para comprar

a cesta básica: 95 horas e

50 minutos.

• Percentual do salário míni-

mo líquido gasto para compra

dos produtos da cesta para

uma pessoa adulta: 47,09%.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 08/03/21	



GOVERNADOR DA BAHIA E DE 20 ESTADOS SE ARTICULAM PARA ANUNCIAR PLANO CONJUNTO CONTRA PANDEMIA



admin 8 Março, 2021

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), e chefes de outros 20 Estados decidiram se articular para lançar conjuntamente um plano de medidas restritivas que visam reduzir o avanço da Covid-19 no Brasil. A união ocorre diante da ausência de uma articulação nacional do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), acusado de contribuir para o avanço do vírus no país com declarações negacionistas. O pedido de uma ação nacional chegou a ser feito para o Ministério da Saúde, mas a resposta foi a de que Bolsonaro não deixa. A ideia é a de que entre no pacto algumas iniciativas básicas, que sirva para todos, e que, a partir disso, cada um tome outras decisões de acordo com a necessidade local.

De acordo com a coluna Painel, da Folha de S.Paulo, a expectativa dos governadores é divulgar ações que sirvam pelo menos até o dia 14 de março. O principal objetivo é o de comunicar a população de que o momento é crítico e, por isso, há necessidade de que a circulação seja reduzida imediatamente, sendo a forma de diminuir a ocupação nos hospitais.

Além do governador Rui Costa, concordaram em apoiar o pacto os governadores de Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, São Paulo, Pará, Distrito Federal, Alagoas, Minas Gerais, Ceará, Sergipe, Goiás, Maranhão, Amazonas, Paraná, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Foto: Secom/GOVSC

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 06/03/21	



AUMENTO DA GASOLINA TAMBÉM CAUSA IMPACTO NO ETANOL



admin 6 Março, 2021

O consumidor, afetado pelo preço da gasolina, também está tendo dificuldades para recorrer ao substituto imediato nos veículos com motor flex. Motivado por uma combinação de entressafra e aumento de demanda, o preço do etanol hidratado acumula aumento de 21,1% desde janeiro, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). O preço médio do litro do combustível saltou de R\$ 3,221 para R\$ 3,901, conforme o levantamento semanal da ANP. Apesar de ser mais cara que o etanol, a gasolina comum subiu menos: 14,6% de janeiro a março. O preço médio do litro da gasolina no país passou de R\$ 4,622 para R\$ 5,299.

No atacado, o aumento é ainda maior. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), o etanol acumula alta de 35% nas usinas do Centro-Sul, a principal região produtora do país. Dependendo do modelo do veículo, o etanol torna-se vantajoso quando custa até ou menos que 75% do valor da gasolina. Segundo o levantamento da ANP, somente seis

estados atingiram essa proporção na primeira semana de março: Goiás (68,9%), Mato Grosso (69,3%), Minas Gerais (72,8%), Amazonas (74,4%), Mato Grosso do Sul (74,7%) e Sergipe (74,9%).

Em alguns estados, o preço do etanol quase se iguala ao da gasolina. As maiores proporções foram registradas no Amapá (93,9%), Rio Grande do Sul (91%), em Santa Catarina (85,9%) e no Pará (83%).

Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

Frente Parlamentar e Abrasel fazem proposta para manter empregos em bares e restaurantes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Um grupo de trabalho composto pela diretoria da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) e a Frente Parlamentar do Setor Produtivo elaborou indicativos para apresentar aos governos federal, estadual e municipais. O intuito visa diminuir os riscos de fechamento de bares, restaurantes, barracas e lanchonetes por causa da ampliação das medidas restritivas adotadas para combater a disseminação do novo coronavírus.

Conforme a ABRASEL, desde o início da pandemia mais de 30% de estabelecimentos do setor já fecharam as portas, com 18 mil empreendimentos com atividades encerradas e 60 mil empregos perdidos no estado. Os indicativos foram feitos na última semana pela entidades.

O documento pede redução do **ICMS** (Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços) para 1%; REFIS com anistia de multa e juros e parcelamento em até 60 vezes; aumento do piso do Simples Nacional, isenção de **ICMS** na energia elétrica até 2022; isenção das taxas de Poder de Polícia e Incêndio a partir de 2020; isenção do **IPVA** 2021 para veículo da empresa ou o MEI; isenção da conta de água de março, abril e maio de 2021.

Ainda anistiar os débitos na **Embasa** entre março de 2020 e fevereiro de 2021; duas parcelas de auxílio financeiro para os desempregados do setor no valor de R\$ 1 mil. Eduardo Salles e Tiago Correia, presidente e vice da Frente, disseram da intenção de promover um amplo debate a partir desta segunda-feira (8).

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS, IPVA | SIHS - Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento - Embasa

Veículo: Gov Bahia	
Data: 05/03/2021	



Primeiros pacientes começam a chegar ao Hospital da Arena Fonte Nova

5 março 2021

Os primeiros pacientes começaram a chegar por volta das 20h30 desta quinta-feira (4), no Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova, em Salvador. Até o final da tarde, a Central Estadual de Regulação já havia fechado o protocolo para a transferência de 20 pacientes para a unidade. São diagnosticados de Covid-19 que estavam em UPAs de Salvador. A expectativa é que até a manhã desta sexta-feira (5), estes primeiros pacientes já estejam em 10 leitos clínicos e 10 leitos de UTI.

O hospital tem capacidade para 200 leitos, mas inicialmente funcionará com 80 leitos, distribuídos em 50 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e mais 30 leitos clínicos, voltados para o atendimento de pacientes diagnosticados com a Covid-19.

A gestão do hospital de campanha está sob a responsabilidade das Obras Sociais Irmã Dulce (Osid). A expectativa é de que em breve o hospital possa operar com capacidade plena, já que depende do processo de contratação dos profissionais de saúde para o total funcionamento.



Foto: Leonardo Rattes/Saúde GOVBA

Fonte: Ascom/Secretaria da Saúde do Estado (Sesab)

Veículo: Metro1	
Data: 07/03/21	



Bahia

Covid-19: Gastos do governo da Bahia com a pandemia somaram mais de R\$ 1,8 bilhão em 2020

Grandes valores gastos ocorrem durante um período em que a arrecadação pública diminuiu



Foto : Reprodução/Instagram

Por **Luciana Freire** no dia 07 de Março de 2021 · 15:30

Os gastos do governo da Bahia com a pandemia da Covid-19 somaram R\$ 1,85 bilhão só no ano de 2020. Já em relação a capital baiana, a prefeitura tem o custo de R\$ 60 milhões com medidas para enfrentar a doença. A expectativa é de que os gastos aumentem, com a abertura de novos leitos e contratação de profissionais.

O dinheiro investido no combate à doença inclui auxílios emergenciais, montagem de leitos, abertura de hospitais de campanha, contratação de equipes, estrutura para vacinação, entre outros.

Os grandes valores gastos estão ocorrendo durante um período em que a arrecadação pública diminuiu.

O prefeito de Salvador, Bruno Reis, afirmou, em coletiva, que o rombo no orçamento da Saúde, para este anos, é de R\$ 400 milhões, e que a despesa mensal vai aumentar.

Veículo: Política Livre	
Data: 06 a 08.03.2021	Caderno: Economia



07 de março de 2021 | 19:00

Covid-19: Governo realiza novas desinfecções no Ceasa e mercados do Estado

BAHIA

Com o agravamento da pandemia, o Governo do Estado montou um pacote de ações de combate à covid-19, uma delas é a realização de novas desinfecções e distribuição de máscaras no Centro de Abastecimento do Estado (Ceasa), o maior da Bahia, e nos Mercados do Rio Vermelho (“Ceasinha”), Paripe, Ogunjá e 7 Portas. A primeira ocorreu neste domingo (07), no Mercado do Ogunjá, que foi completamente desinfectado. A operação é uma parceria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), responsável pelos equipamentos, e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA), com o apoio da Secretaria do Planejamento (Seplan). O cronograma de desinfecções e distribuição de máscaras irá até o início de abril.

“A pandemia se agravou e estamos tomando todos os cuidados necessários para diminuir a transmissibilidade. As operações visam proteger os permissionários e clientes neste momento tão delicado. Além da limpeza total do Ceasa e mercados, que prestam um serviço essencial à população, que é o abastecimento de alimentos, vamos distribuir 7,5 mil máscaras”, declara o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico.

O comandante-geral do CBMBA, coronel BM Adson Marchesini, explica que o Governo está reforçando ainda mais as ações preventivas para evitar a proliferação do coronavírus e a descontaminação faz parte desse processo. “O Mercado do Ogunjá é um local com bastante fluxo de pessoas e essa profilaxia é um dos cuidados que a administração tem, não apenas com os permissionários, mas com os clientes. Porém,

mesmo com a limpeza é essencial que continuem utilizando máscaras, além da higienização frequente das mãos”, ressalta.

Veículo: Política Livre	
Data: 06 a 08.03.2021	Caderno: Economia



Rui diz aguardar apenas STF para comprar vacina russa: “Contrato está pronto”

BAHIA

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), afirmou hoje (7) que o Estado depende apenas do aval da Supremo Tribunal Federal (STF) para comprar a vacina Sputnik V, fabricada pela Rússia. “Ao longo da semana, ingressamos com a ação no STF para conseguir comprar a vacina. Estamos com o contrato pronto para comprar a Sputnik”, afirmou Rui.

Ainda de acordo com o petista, o coronavírus tem desacelerado na Bahia e, por isso, as medidas restritivas se justificam. “Tivemos reuniões com prefeitos para tentar conter o avanço do coronavírus e garantir a saúde de todos que precisarem. Abrimos a Fonte Nova, são 100 leitos UTI e 100 clínicos. Abriremos também o Hospital Metropolitano, com também 100 leitos clínicos e 100 de UTI”.

saúde

Dinheiro repassado a estados parou em falta de coordenação

Verba federal permitiu reforçar gastos em saúde, mas desigualmente, diz estudo

Ricardo Balthazar

SÃO PAULO A falta de coordenação entre o governo federal e os estados no enfrentamento da pandemia de Covid-19 impediu o aproveitamento de grande parte dos recursos repassados em caráter emergencial aos governos locais, de acordo com um estudo acadêmico sobre o uso do dinheiro.

Produzido por integrantes da Rede de Pesquisa Solidária, o trabalho mostra que o socorro federal foi mais do que suficiente para cobrir perdas sofridas pelos estados com a retração econômica, mas ainda assim só uma parcela foi usada para custear as demandas crescentes do sistema público de saúde.

Segundo o levantamento, os recursos extras permitiram que os gastos dos estados com saúde aumentassem no ano passado 11% em termos reais, descontada a inflação. Mas esse aumento foi desigual, e dois estados, Goiás e Minas Gerais, até reduziram despesas na área, apesar do auxílio recebido.

"O socorro federal demorou a chegar e as incertezas sobre a pandemia e seu impacto econômico fizeram muitos governadores segurarem o dinheiro", afirma a economista Ursula Dias Peres, da USP (Universidade de São Paulo), uma das autoras do estudo. "Isso poderia ter sido evitado com ações conjuntas."

Várias medidas de apoio financeiro a estados e municípios foram tomadas por iniciativa do governo federal e do Congresso no ano passado, incluindo transferências diretas para compensar perdas de arrecadação, repasses dirigidos à área de saúde e suspensão do pagamento de dívidas com a União.

Em seu conjunto, essas providências representaram uma ajuda de R\$ 88 bilhões para os governos estaduais, se for incluída na conta a economia no pagamento das dívidas, que teve que ser retomado em janeiro. A maior parte das transferências foi feita em quatro parcelas, de junho a setembro.

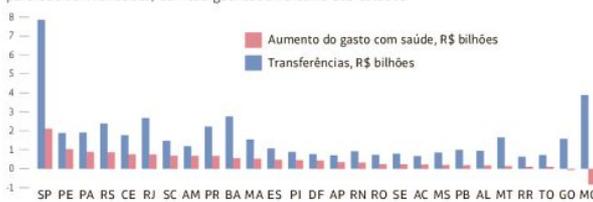
Os repasses de caráter emergencial se somaram às transferências que a União já faz habitualmente, por determinação da Constituição, para repartir recursos com estados e municípios. Eles permitiram que os estados tivessem à sua disposição no ano passado receitas 2,4% superiores às de 2019. Com a retração da atividade econômica, a maioria dos governadores sofreu perdas na arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercad-

O impacto do socorro financeiro e os gastos dos estados com saúde e educação

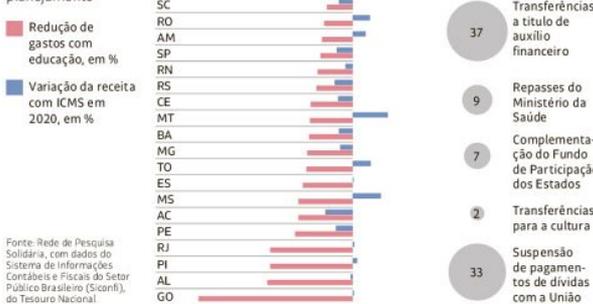
Para a maioria dos governadores, o auxílio financeiro do governo federal foi mais do que suficiente para cobrir perdas na arrecadação do ICMS, principal tributo recolhido pelos estados



Quase todos aumentaram os gastos com saúde no ano passado, mas a maior parte do auxílio federal chegou tarde e foi usado para outras finalidades, ou ficou guardado no caixa dos estados



Com escolas e universidades fechadas, os gastos com educação diminuíram em toda parte, mas a queda foi maior do que as perdas de receita, um indicio de falta de planejamento



rias e Serviços), principal fonte de receita própria dos estados, mas o prejuízo acabou sendo menor do que o previsto nos primeiros meses da pandemia.

O auxílio emergencial pago pelo governo a trabalhadores atingidos pela crise, que sustentou o consumo e alguma recuperação econômica no fim do ano, contribuiu para evitar perdas maiores. Somados os 26 estados

e o Distrito Federal, a arrecadação de ICMS caiu 2,4% em 2020, descontada a inflação.

Nos cálculos dos pesquisadores, o aumento de gastos dos estados com saúde representou uma injeção de R\$ 12 bilhões no sistema público ao longo do ano passado, equivalente a 27% dos R\$ 45 bilhões em transferências recebidas de Brasília, sem contar a suspensão do pagamento das dívidas.

Isso significa que a maior parte dos recursos foi usada para financiar outras atividades. De acordo com os boletins financeiros analisados pelos pesquisadores, também houve aumentos expressivos nos gastos dos estados com aposentadorias e pensões de servidores públicos e assistência social.

São Paulo, por exemplo, perdeu R\$ 6,5 bilhões na arrecada-

ção do ICMS, recebeu R\$ 7,8 bilhões em auxílios do governo e aumentou em R\$ 2 bilhões suas despesas com saúde. Ou seja, a maior parte das transferências foi usada para manter outras políticas estaduais, não para enfrentar a pandemia.

Um padrão semelhante foi identificado pelo estudo mesmo em estados que tiveram aumento de receitas próprias no ano passado, como os do Centro-Oeste. Na maioria dos estados, o aumento de gastos com saúde foi equivalente a menos da metade do valor dos repasses emergenciais da União.

"Sem planejamento e coordenação, é difícil aumentar despesas e oferecer novos serviços no setor público", afirma Fábio Pereira, técnico da Câmara Municipal de São Paulo que participou do estudo da Rede de Pesquisa Solidária. "Leva meses para pôr um projeto novo de pé, ainda mais no fim do ano."

Incertezas sobre a economia também contribuíram para a conservadorismo dos estados, dizem os pesquisadores, porque só no últimos meses do ano ficou evidente o efeito do auxílio emergencial para sustentar o consumo e a arrecadação dos estados, contrariando as previsões pessimistas anteriores.

Os gastos dos estados com educação caíram 9% no ano passado. Com escolas fechadas por causa da pandemia, era esperado que isso acontecesse, mas os pesquisadores observam que os estados também deixaram de investir em recursos para ensino remoto e no preparo para retomar aulas presenciais.

Mesmo estados que tiveram ganhos na arrecadação de receitas próprias reduziram suas despesas com educação. "Houve falta de planejamento e a ausência de coordenação federal também pesou", diz Peres. "A falta de estratégia compromete a retomada das atividades de ensino com segurança."

Nas últimas semanas, com o aumento acelerado de novos casos de infecções e mortes por Covid-19, os estados passaram a defender medidas mais rigorosas de distanciamento social para evitar o colapso do sistema de saúde pública e voltaram a pressionar o governo federal a mobilizar recursos.

No domingo (28), o presidente Jair Bolsonaro divulgou no Twitter valores de repasses federais aos estados, sem discriminar transferências obrigatórias e verbas de caráter emergencial. Governadores reagiram à provocação com críticas à atitude do presidente e às distorções na apresentação dos dados.

Estados e municípios, que também receberam socorro federal no ano passado, chegaram ao fim do ano com R\$ 83 bilhões em caixa, o dobro do saldo verificado no ano anterior, segundo o Banco Central. A maior parte desse dinheiro estava com os estados, que tiveram sobra de R\$ 72 bilhões.

Isso mostra que os governadores entraram neste ano com uma situação financeira mais confortável, mas os pesquisadores ressaltam que isso não significa que estejam preparados para lidar com o recrudescimento da pandemia, sem novas medidas e sem cooperação com outros níveis de governo.

"Não há perspectiva de novo socorro federal, e o auxílio emergencial dos trabalhadores, se for retomado, terá impacto menor do que no ano passado", afirma Peres. "A situação é bem mais complicada agora, e por isso a coordenação de esforços será importante para o bom uso dos recursos disponíveis".

'Brasil tem que levar a sério' a pandemia, afirma a OMS

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS "O Brasil tem que levar a sério" a pandemia de Covid-19, não só em benefício de sua própria população mas porque está prejudicando os países vizinhos, afirmou nesta sexta (5) o diretor geral da OMS (Organização Mundial da Saúde), Tedros Adhanom Ghebreyesus.

"Se o Brasil não for sério, toda a América Latina será afetada. Seriedade é muito importante agora", afirmou Ghebreyesus, que citou o fato de que o país está na contramão da maioria do mundo.

"Enquanto em muitos países os números estão decrescendo, no Brasil estão crescendo sem parar", disse ele, citando uma alta semanal de 140 mil casos e 2.138 mortes, em novembro, para 374 mil casos e mais de 8.000 mortes agora.

Seu comentário ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que nesta semana chamou a preocupação com a pandemia de "frescura" e "mimimi" e repetiu mais de uma vez que "lockdown não funciona", o diretor geral disse que Brasil precisa adotar "medidas de agressivas de saúde pública e sociais" que contemham a transmissão do coronavírus, ao lado de uma campanha intensiva de vacinação.

Ghebreyesus classificou a situação da pandemia no Brasil como muito grave e se disse "muito preocupado" com os rumos da doença.

O diretor executivo da OMS, Michael Ryan, também considerou crítica a situação do país "de norte a sul" e afirmou que "não é hora de relaxar". A chegada da vacina traz esperança, mas não devemos achar que o pior já passou. Isso só faz vírus se espalhar mais", disse ele.

Também sem citar nomes, o diretor executivo disse que é preciso incentivar a adoção de restrições em vez de desvalorizá-las. "Temos que apoiar as comunidades que adotam medidas de cuidado e não criticar essas comunidades".

Na busca por spray, brasileiros não poderão circular em Israel

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA A comitiva liderada pelo ministro Ernesto Araújo (Relações Exteriores) a Israel não poderá circular pelo país e estará restrita a um hotel e aos compromissos oficiais.

A missão parte neste sábado (6), com retorno previsto para quarta-feira (10). O objetivo é visitar uma instituição israelense que está desenvolvendo um spray para o tratamento da Covid-19.

Os protocolos de segurança sanitária foram estabelecidos pelo governo israelense, que está empreendendo o mais avançado programa de vacinação no mundo para conter a disseminação do novo coronavírus.

De acordo com interlocutores, a missão brasileira no

país terá entre 8 e 10 pessoas. Na última terça-feira (2), o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse que o medicamento israelense "parece um produto milagroso".

A principal agenda do grupo será uma visita ao centro médico Ichilov, que realiza os estudos com o spray EXO-CD24.

A droga está sendo testada para a Covid-19 com 30 voluntários e, por enquanto, não há resultados publicados em artigo científico da fase 1, que ainda está sendo realizada.

O instituto Ichilov quer assinar um acordo com o Brasil para poder realizar as fases dois e três dos testes do medicamento no país.

O centro médico em Tel Aviv está interessado ainda em cofinanciamento do Brasil para o medicamento.

Além de Araújo, devem fazer parte da comitiva representantes do ministério da Saúde e da pasta da Ciência, Tecnologia e Inovações, além do Itamaraty.

Também está prevista a participação do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente da República, e do assessor especial para os assuntos internacionais do Plano, Felipe Martins.

Além do instituto, as autoridades brasileira devem visitar dois outros centros de pesquisa em Israel. Uma delas também está tentando desenvolver um tratamento contra o novo coronavírus a partir de um remédio utilizado contra alguns tipos de câncer. A terceira instituição atua em pesquisas de vacina contra a Covid-19.

Deve ainda manter encontros com membros do governo do país, entre eles o chanceler Gabi Ashkenazi. Araújo também tenta confirmar uma audiência com o premiê Binyamin Netanyahu.

Para autorizar a viagem, o governo de Israel exigiu um protocolo sanitário que envolve testes PCR para todos os membros da comitiva brasileira antes da decolagem.

Também ficou estabelecido que Araújo e os demais integrantes da missão não poderão deixar o hotel a não ser para os compromissos oficiais pré-estabelecidos.

As precauções são comuns nas visitas oficiais durante a pandemia, mas geram apreensão maior no caso da comitiva do governo Bolsonaro uma vez que a variante brasi-

leira do vírus é tratada como preocupação internacional.

Nos últimos dias, jornais do Reino Unido noticiaram que autoridades do país estavam tentando rastrear um viajante que chegou do Brasil com a variante conhecida como P1. Israel está na vanguarda internacional no combate ao novo vírus, tendo empreendido uma campanha de vacinação em massa que já imunizou 39% da sua população.

Dados indicam uma queda brusca no número de infecções e mortes após o avanço da campanha de vacinação.

Ao longo do ano passado, a estratégia dos israelenses para controlar a disseminação da Covid-19 esteve baseada em regras de isolamento social, incluindo lockdowns quando houve avanço na con-

tação, e no rastreamento de pessoas contaminadas.

O país tem cerca de 9 milhões de habitantes, tendo já registrado 791 mil casos confirmados do novo coronavírus e 5,8 mil mortes.

Na quarta-feira (3), o Brasil registrou 1.840 novas mortes em um único dia, o recorde até o momento. O total de óbitos desde o início da pandemia é de mais de 261 mil.

Bolsonaro tem um histórico de declarações em que minimiza o vírus, critica medidas defendidas por especialistas, entre elas o isolamento social, e defende medicamentos que são ineficazes para o tratamento da doença.

Na noite de quarta-feira, o presidente disse que, no que depender dele, "nunca teremos lockdown".

Avanço da reforma tributária sofre atrasos

Nova cúpula do Congresso falava em apresentar relatório em fevereiro; novo calendário deve ser definido nesta semana

Thiago Resende e Danielle Brant

BRASÍLIA Apresentado pela nova cúpula do Congresso logo após as eleições de 1º de fevereiro, o cronograma para aprovar a reforma tributária até outubro já começou atrasado.

A expectativa dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), era a de que o relatório da reforma fosse apresentado até o fim de fevereiro. No entanto, ainda não há previsão para esta etapa inicial. O relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), ainda está em negociação com partidos.

No início de fevereiro, Lira e Pacheco definiram um cronograma para a reforma tributária. Ficou estabelecido que a apresentação do relatório da comissão mista ocorreria até o final do mês passado. Ambos dizem acreditar que a reforma seja aprovada em definitivo no Congresso entre agosto e outubro.

Apesar de o cronograma dar celeridade à reforma, integrantes do Ministério da Economia ainda estão recuosos em relação à proposta a ser votada. Isso porque as mudanças dependem das negociações, inclusive políticas, e dos acordos no relatório de Ribeiro.

Para harmonizar conceitos no texto, o relator fez uma série de reuniões com integrantes do governo em dezembro. As novas gestões do Congresso e as mudanças nas lideranças partidárias, no entanto, diminuíram o ritmo das conversas em torno do relatório final.

Nesta semana, Ribeiro deve se reunir com Lira e Pacheco para elaborar um novo calendário. O encontro também servirá para que ambos se familiarizem com o texto.

A avaliação de técnicos da Economia é que a reforma tributária defendida por líderes da Câmara pode resultar numa alíquota de imposto único (sobre o consumo) muito elevada e que produziria efeitos na economia apenas no futuro.

Apesar dos rumores na Câmara, pela proximidade de Ribeiro com o ex-presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ), Lira manteve o deputado na relatoria da proposta. O governo esperava que, com a eleição de Lira, o ambiente se tornasse mais favorável para que as propostas do ministro Paulo Guedes (Economia) pudessem prevalecer.

Além do projeto de Guedes para fundir PIS e Cofins na nova CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), a comissão da reforma tributária analisa duas PECs (propostas de emenda à Constituição). Os dois textos trazem propostas mais amplas que o texto do governo.

Uma delas é a PEC 45, da Câmara, que funde cinco impostos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) em um só (o Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS) e cria um imposto seletivo para produtos específicos como cigarros e bebidas alcoólicas.

A PEC 110, do Senado, é ainda mais abrangente ao fundir, além daqueles previstos na PEC 45, IOF, Salário-Educação e Cide-Combustíveis (a proposta também cria o imposto seletivo sobre cigarros e outros produtos).

Para conseguir apoio, inclusive da oposição, Ribeiro estuda incluir um dispositivo para que uma lei crie uma cobrança de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos. A medida reduz a resistência dos partidos de esquerda, mas só valerá após a aprovação de outro projeto de lei.

A reforma não deve trazer a criação de um imposto nos

moldes da CPMF, como defende Guedes. O projeto defendido por líderes da Câmara estabelece a junção de IPI, ICMS, ISS, Cofins e PIS, e com uma transição mais lenta que o desejado pelo governo.

Esse modelo reúne tributos federais, estaduais (ICMS) e municipais (ISS). O imposto, resultado da fusão, seria chamado IBS (Imposto sobre bens e serviços). Também está em discussão um tratamento di-

ferenciado no IBS para os setores de saúde, educação e transportes.

Até hoje, Guedes enviou apenas a primeira fase da proposta de reforma tributária defendida por ele — a que funde PIS e Cofins na chamada CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

A proposta do ministro estabelece que a fusão ocorra seis meses após a aprovação da lei. A avaliação é que o governo

já colocou na mesa as sugestões de Guedes, que, mesmo sem formalizar as ideias em projetos ao Congresso, tem repetido o formato de sua reforma tributária há meses. Esse modelo também já foi discutido em reuniões entre a equipe econômica e o relator.

Além da CBS, o governo tem conversado com técnicos do Congresso que tratam da reforma tributária para traçar uma estratégia para as outras

fases do projeto de Guedes.

O Ministério da Economia defende que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) relatada por Aguinaldo traga mudanças alinhadas com o governo: por exemplo, que o IPI seja reformulado de modo a ter uma alíquota única para todos os setores. Hoje, a cobrança varia de acordo com o tipo de atividade da empresa.

Em relação ao Imposto de Renda (IR), o plano da equi-

pe econômica ainda é cortar deduções, como as médicas, pois, segundo o governo, esse mecanismo reforça a desigualdade social no país.

Na cobrança de IR sobre a distribuição de lucros e dividendos, a equipe de Guedes defende uma alíquota de 20%. Isso viabilizaria um corte de aproximadamente cinco pontos percentuais no IR cobrado de empresas, que pode chegar a 25%.

Escreva de maneira clara e concisa com o Manual da Redação da Folha de S.Paulo

Chegou a nova edição do "Manual da Redação", obra de referência essencial para jornalistas, publicitários, advogados, estudantes e profissionais de todas as áreas que precisam apresentar **textos claros e bem redigidos**.

Revistos e ampliados por uma equipe de especialistas, os conteúdos sobre as **boas práticas da escrita** e **normas da língua portuguesa** abrangem novos temas e tópicos que ganharam relevância nos meios de comunicação nos últimos anos.



A obra apresenta um **resumo detalhado das regras gramaticais para evitar os erros mais comuns**.

Por que tantos porquês



Verbois difíceis



Guia para usar bem a vírgula, a crase e o hífen



Erros comuns em tradução



RS 79,90
EM ATÉ 3X SEM JUROS NO CARTÃO



Venda exclusiva no site:
folha.com.br/manualdaredacao

FOLHA100

Governadores de oposição lideram engajamento virtual

Críticos da postura de Bolsonaro na pandemia tiveram os números mais expressivos de aumento de seguidores e de interações



BERNARDO MELLO
bernardo.mello@rfglobo.com.br

Governadores que fazem oposição ao presidente Jair Bolsonaro e que vocalizam críticas à postura do governo federal na pandemia da Covid-19 tiveram os números mais expressivos de aumento de seguidores e de interações nas redes sociais desde março de 2020. O levantamento, feito pela plataforma MonitoraBR, considera separadamente dados de perfis dos governadores no Facebook, Twitter e Instagram, até o início deste mês, e de posts deles com referência ao coronavírus.

Na soma do engajamento — isto é, o total de reações, respostas e compartilhamentos em cada post, dividido pelo número de posts — nessas três redes, o governador do Ceará, Camilo Santana (PT), aparece com 25,5 mil interações médias, o maior índice dos governadores. Entre os resultados de maior destaque, aparecem também Eduardo Leite (PSDB), do Rio Grande do Sul; Flávio Dino (PCdoB), do Maranhão;

João Doria (PSDB), de São Paulo; e Rui Costa (PT), da Bahia, todos alcançando mais de 10 mil interações médias, considerando o engajamento em todas as redes.

Aliado de Bolsonaro, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), é a exceção entre os governantes estaduais com maior destaque nas redes. Zema, segundo colocado no ranking geral de engajamento, é também um dos que mais ganhou seguidores no Twitter desde o início da pandemia, atrás apenas de Dino e Doria.

O governador de São Paulo, embora tenha a maior base de seguidores no Facebook na comparação com outros governadores, foi o único que teve variação negativa nesta rede: em relação a março do ano passado, Doria aparece com quase 120 mil seguidores a menos.

Doria, quem estabeleceu um antagonismo com Bolsonaro e é pré-candidato à Presidência em 2022, tornou-se um dos principais alvos da militância bolsonarista nas redes. Ele também é alvo de protestos, nas ruas e na internet, por conta de medidas restritivas para combater a pandemia no estado, normalmente com a participação de categorias

O ALCANCE DA REDE

Em ano de pandemia, governadores crescem em interações e seguidores

RANKING DE ENGAJAMENTO*

GOVERNADORES	SOMA DE INTERAÇÕES MÉDIAS	Nº DE POSTS (Twitter, Facebook e Instagram)
Camilo Santana (CE)	25.256	2.783
Romeu Zema (MG)	18.509	2.477
Eduardo Leite (RS)	18.407	1.436
Flávio Dino (MA)	17.087	5.612
João Doria (SP)	16.414	3.381
Rui Costa (BA)	13.369	3.684
Helder Barbalho (PA)	9.428	4.768
Ronaldo Caiado (GO)	8.560	4.158
Renan Filho (AL)	7.094	1.942
Wilson Lima (AM)	5.167	1.343
Renato Casagrande (ES)	5.108	1.566
Wilson Witzel (RJ)**	4.959	2.025
Carlos Moisés (SC)	4.550	1.691
Ratinho Júnior (PR)	4.446	3.133
Fátima Bezerra (RN)	3.931	4.634
João Azevêdo (PB)	3.849	1.412
Paulo Câmara (PE)	3.488	1.572
Ibaneis Rocha (DF)	2.526	999
Marcos Rocha (RO)	2.235	686
Wellington Dias (PI)	2.143	2.606
Gladson Cameli (AC)	1.886	3.244
Reinaldo Azambuja (MS)	1.327	1.263
Waldez Góes (AC)	1.312	2.436
Belivaldo Chagas (SE)	1.280	1.577
Mauro Mendes (MT)	1.094	2.460
Mauro Carlesse (TO)	1.009	680
Antonio Denarium (RR)	703	3.646

*Dados computados entre 01 de março de 2020 e 01 de março de 2021
Fonte: Levantamento do MonitoraBR

SALDOS DE SEGUIDORES*

GOVERNADOR	VARIAÇÃO
FACEBOOK	
Rui Costa (BA)	139.018
Helder Barbalho (PA)	122.697
Camilo Santana (CE)	116.040
Eduardo Leite (RS)	84.721
Romeu Zema (MG)	71.188
INSTAGRAM	
Camilo Santana (CE)	661.473
Rui Costa (BA)	375.167
Flávio Dino (MA)	290.406
Romeu Zema (MG)	242.762
Helder Barbalho (PA)	219.571
TWITTER	
João Doria (SP)	362.744
Flávio Dino (MA)	224.406
Romeu Zema (MG)	145.056
Helder Barbalho (PA)	78.207
Eduardo Leite (RS)	76.597

**Afastado do cargo em agosto de 2021
Editoria de Art

que formam a base de apoio a Bolsonaro, como os caminhoneiros. A página de Doria no Facebook teve 624 mil reações negativas a mais do que reações positivas de internautas. Na outra ponta, Camilo Santana e o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), outro crítico do presidente, tiveram os maiores saldos positivos, com cerca de 500 mil reações favoráveis a mais do que as reações negativas.

Entre os posts que citavam os termos “pandemia” ou “Covid”, publicações feitas por Doria e Camilo obtiveram as maiores repercussões individuais. No Facebook, um post do governador de São Paulo, em janeiro, comemorando a primeira aplicação da vacina desenvolvida pelo Instituto Butantan teve 112 mil interações. No Instagram, o governador do Ceará teve 125 mil interações com um post, no último mês, criticando “aqueles que debocham da ciência, ignoram a luta dos profissionais de Saúde e (...) desrespeitam a dor de milhares de famílias”, numa indireta a Bolsonaro.

A postagem mais recente de governadores a ter alcançado grande repercussão foi um tuíte do gaúcho Eduardo Leite, no último dia 27, com um apelo à população para reduzir a circulação do vírus, de modo a aliviar a lotação de leitos hospitalares, inclusive para outros problemas de saúde. Até o dia 1º de março, o post teve 37 mil interações.

Restituição de IR poderá ser feita em contas digitais

Pela 1ª vez, governo permite uso do canal financeiro para devolver dinheiro

BERNARDO YONESHIGUE*
bernardo.yoneshigue@oglobo.com.br

A Receita Federal acompanhou o crescimento das fintechs — start-ups ou empresas que desenvolvem produtos financeiros digitais — e incluiu uma novidade na declaração do Imposto de Renda (IR) 2021.

Agora, além de contas correntes e poupança tradicionais, o contribuinte pode selecionar uma conta de pagamento para crédito da restituição do imposto, as contas digitais.

Fintechs são empresas voltadas para a tecnologia e o mer-

cado financeiro. De acordo com o Distrito Fintech Report 2020, o número de empreendimentos nessa categoria cresceu 34% no último ano.

Nubank, PagSeguros e PicPay são alguns exemplos de fintechs brasileiras que ganham cada vez mais espaço no mercado.

Um de seus principais produtos são as contas digitais, que atraem usuários por sua facilidade de acesso, já que são 100% movimentadas pela internet, e pela ausência de tarifas, seja para manutenção da conta, movimentações financeiras ou uso de cartão de crédito.

Até 2020, essas contas não podiam ser usadas para crédito da restituição do Imposto de Renda. As opções eram restritas a contas correntes e poupança tradicionais.

Entre as novidades da declaração divulgadas pela Receita este ano, está a inclusão dessas contas de pagamento como uma opção para a devolução do imposto pago.

Para isso, antes de enviar a declaração, o contribuinte deve selecionar a opção "Resumo da declaração", no menu esquerdo da tela, e clicar em "Cálculo do Imposto".

Ali, será mostrado se o declarante possui, ou não, um



Prestação de contas. O prazo para declarar o Imposto de Renda começou no início deste mês e vai até o fim de abril

valor a ser restituído. Caso tenha dinheiro a receber, a aba "Informações Bancárias" deverá ser preenchida com os dados de sua conta.

Quem recebeu auxílio emergencial também terá que prestar contas à Receita se tiver tido outros rendimen-

tos acima do limite de isenção (pouco mais de R\$ 22,8 mil) no ano. E deverá devolver o que foi recebido ao governo.

Para facilitar o preenchimento da declaração, O GLOBO lançou uma ferramenta on-line para tirar as dúvidas do contribuinte,

além de um tutorial, explicando passo a passo como preencher o ajuste. Eles podem ser encontrados no ambiente especial <https://oglobo.globo.com/economia/imposto-de-renda/>

* Estagiário sob supervisão de Danielle Nogueira

Aliados do Planalto querem policiais fora da PEC

Parte dos deputados articula para que forças de segurança não sejam afetadas por restrições fiscais previstas em proposta que destrava pagamento do auxílio emergencial. Mudança no texto pode atrasar tramitação

JULIA PINHEIRO
para o GLOBO e o site GLOBO.com

Deputados aliados do Palácio do Planalto trabalham na Câmara para relaxar efeitos fiscais da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial aprovada pelo Senado na semana passada. O objetivo é preservar forças de segurança — entre elas policiais — de mudanças como a proibição do reajuste salarial. Se der certo, a iniciativa pode atrasar a tramitação do projeto que viabiliza a nova rodada do auxílio emergencial.

A votação da proposta na Câmara está prevista para esta quarta-feira. Para ir direto à promulgação, o texto precisa ser aprovado sem a inclusão de emendas. Do contrário, retorna para análise da outra Casa Legislativa.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou a aliados que pode até aceitar um acordo pela alteração, desde que não haja uma desfiguração completa da proposta original. Em conversas reservadas, ele chegou a dizer a parlamentares que a proposta não será pautada em plenário se houver muitas modificações. Ainda assim, ele aguarda as sugestões para se posicionar.

AÇÃO DA BANCADA DA BALA

O apoio nos bastidores do líder do PSL, Major Vitor Hugo (GO), aliado fiel de Bolsonaro, ligou o alerta na Casa de que a mudança pode prosperar. O presidente da bancada da bala, Capitão Augusto (PL-SP), que participa da articulação, avalia que a alteração faria o texto voltar ao Senado, tornando as tratativas mais difíceis.

— Vamos tentar tirar os profissionais da segurança. Nossa assessoria está verificando essas possibilidades. Vamos construir esse texto. É melhor um acordo — disse Capitão Augusto ao GLOBO.

Após a votação da PEC no Senado, a União dos Policiais do Brasil (UPB) lamentou, em nota, o “descaso” do governo federal com os policiais brasileiros, acusando o Planalto de não cumprir as promessas de valorização da categoria. Um dia depois, a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF) divulgou a apresentação de uma emenda por deputados aliados.

“Essa conta recair sobre os policiais, além de injuste, representa um grande risco para a própria prestação dos serviços de segurança pública, que podem ser afetados diretamente, com a não realização de concursos e contratações”, diz trecho da emenda.

O texto tem como um dos autores o vice-líder do governo na Câmara, deputado José Medeiros (Pode-MT).

— Como estava se propondo (excluir) saúde e educação, nada mais normal do que deixar de ter as forças de segurança, porque esse tripé tem tudo a ver — disse Medeiros.

O líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB), afirmou que o texto aprovado no Senado deve ser mantido para evitar que se prolongue a aprovação do auxílio emergencial. Mas ressaltou que, se o governo concordar em relaxar a proposta, “não tem quem segure”.

— Ninguém sei mais realista que o rei.

Alinhado ao governo, o relator da proposta, Daniel



Pressão. Deputados pressionam para veto a reajuste não afete policiais

Freitas (PSL-SC), indicou a deputados que deve rejeitar as emendas. Em discurso semelhante ao da equipe econômica, com quem se reuniu na semana passada, ele sinalizou que não tem de onde tirar o dinheiro para bancar o auxílio. Ele tem reunião com Bolsonaro hoje.

A PEC Emergencial só avançou após um acordo de

usá-la para abrir margem para um novo auxílio emergencial. Há um limite de R\$ 44 bilhões que poderiam ser usados para a medida sem serem contabilizados no teto de gastos. Caso o custo do benefício supere este valor, teria de haver corte de outras despesas. Deverão ser liberadas mais quatro parcelas, com valor entre R\$ 150 e R\$ 375. O governo

usará o cadastro já existente, não abrindo a possibilidade de novos beneficiários.

Segundo estimativas do pesquisador Daniel Duque, da FGV, mais 22 milhões de brasileiros que não eram pobres antes da pandemia, em 2019, entraram na pobreza neste início de 2021, como reflexo do fim do auxílio e do aumento do desemprego.



Safra. O Melhor Gestor Alta Renda 2020 no ranking Guia de Fundos FGV.

São 25 fundos premiados no ranking mais tradicional do mercado.

Quem sabe, Safra.

Abra sua conta pelo app.



Conheça os fundos premiados do Safra.



Safra



NEGACIONISMO

Bia Kicis tem vídeo removido pelo Youtube

Segundo a plataforma, a deputada promoveu desinformação sobre Covid-19. globo.com/2PQGGHPV

DISTANCIAMENTO SOCIAL

Governadores isolam Bolsonaro e articulam ações para conter pandemia



Caréola. Os governadores do Pará, Helder Barbalho (à esquerda); de Alagoas, Renan Filho (ao centro); e do Espírito Santo, Renato Casagrande (em primeiro plano); reunião à direita do Palácio

BERNARDO MELLO
bernardo.mello@globo.com

Em meio ao agravamento da pandemia de Covid-19 e à insuficiência de ações concretas do governo federal, governadores dos 26 estados e do Distrito Federal vêm procurando marcar diferenças em relação ao presidente Jair Bolsonaro. Além da formação de um consórcio para a compra da Sputnik V, anunciada na última semana, os chefes dos Executivos estaduais cogitam ir diretamente a entidades internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), para garantir prioridade ao Brasil no envio de outros imunizantes. Eles também articulam o estabelecimento de critérios unificados, com base em indicadores como lotação de leitos de UTI, para adoção de medidas restritivas em cada estado.

O distanciamento do presidente, ainda que em diferentes escalas, inclui tradicionais aliados, como os governadores Cláudio Castro (Rio), Ronaldo Caiado (Goiás) e Ratinho Júnior (Paraná), que assinaram, na semana passada, uma carta com críticas a Bolsonaro.

Para o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), há nuances nos posicionamentos, já que "alguns não querem ficar mal com o presidente nem receber ataques de sua militância". Um dos que criticam abertamente Bolsonaro, Casagrande defende um grupo de trabalho de governadores junto ao Congresso para acompanhamento da vacinação — a proposta foi acertada em reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O grupo seria uma alternativa para que os governadores participem de

TERMÔMETRO DA RELAÇÃO

Governadores confrontam Bolsonaro na pandemia, mas presidente mantém apoio com foco em 2022



tratativas diplomáticas que priorizem o Brasil no envio de vacinas, embora o plano inicial seja uma negociação via Itamaraty. Também não está descartado um contato direto com a OMS.

— Isso passa pelo nosso ho-

rizonte, sim. Mas estamos nos concentrando, neste momento, no diálogo interno. Se o próprio Ministério da Saúde fala que podemos chegar a três mil mortes diárias, esperamos que isso seja acompanhado de atitudes do

governo — diz Casagrande. Na semana passada, duas cartas divulgadas pelo Fórum de Governadores expuseram olegias no tom e na adesão às críticas a Bolsonaro. A primeira, na segunda-feira, teve assinaturas de 19 governado-

res, incluindo Ratinho Júnior, Caiado e Castro. O documento criticou "a linha da má informação e da promoção de conflito" adotada por Bolsonaro e, referindo-se a uma publicação do presidente nas redes, disse que os repasses da União aos estados se tratam de "excesso mandamento constitucional".

Em seu post, Bolsonaro incluiu no cálculo de repasses valores de transferências obrigatórias e sem relação com a pandemia, como os relativos ao Fundeb, além do auxílio emergencial, aprovado pelo Congresso. Os governadores do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), e da Bahia, Rui Costa (PT), entraram com pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para "revoque ou a correção de publicação enganosa", que foi replicada no perfil da Secretaria de Comunicação da Presidência. Para Dino, o presidente "só se move (no combate à pandemia) quando os governadores pressionam".

— Até o momento, a ideia consensual dos governadores é comprar vacinas e entregá-las ao Plano Nacional de Imunização (PNI). Mas é claro que isso pode ser revisto. O governo federal não tem consistência — afirma.

Cálculos políticos com vistas a 2022 e a própria resistência de parte da população ao endurecimento de regras de circulação, depois de um ano de pandemia, impedem, por ora, uma contraproposição ainda mais acirrada.

Para governadores ouvidos pelo GLOBO, a ausência das assinaturas de Ratinho Júnior, Caiado e Castro na segunda carta, mesmo com tom mais moderado, indica que o trio prefere preservar pontes com Bolsonaro, reagindo apenas "no limite", como no ataque do fim de semana. Na quinta, Castro disse que "não há ne-

cessidade" de mais medidas restritivas no estado. O governador do Rio tem se articulado para a reeleição (junto com o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) e estuda se filiar ao PSD ou ao PP, partidos hoje próximos a Bolsonaro Caiado, que contrariou a postura do presidente no início da pandemia, passou a direcionar críticas ao governador de São Paulo, João Dória (PSDB), a quem acusa de politizar a campanha de vacinação.

Com 14 assinaturas, a carta de quinta-feira pediu ao governo federal rapidez nos acordos com farmacêuticas para a chegada de doses ainda no primeiro semestre, sugerindo pela primeira vez uma mediação da CMS — ideia que partiu do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB).

Ao GLOBO, Leite — que deve concorrer com Dória para ser o candidato tucano à Presidência em 2022 — elevou o tom contra Bolsonaro:

— A partir do momento em que o presidente incentiva as pessoas a se aglomerarem, desdenha da vacina, desdenha dos cuidados básicos que o mundo inteiro está adotando, essa postura mata.

O momento atual não foi o único que evidenciou a tensão entre Bolsonaro e os governadores: no ano passado, aliados de Helder Barbalho (Pará) levantaram suspeitas de "atuação política" em uma operação da Polícia Federal sobre desvio de recursos para o combate à pandemia; no mês passado, também houve reações quando o presidente anunciou a intenção de mudar a forma de cobrança de ICMS, imposto relevante para os estados.

"CONCILIAÇÃO IMPROVÁVEL"

Na parcela de governadores que oscilam entre a adesão ao grupo e os aceros a Bolsonaro, há uma tentativa de circular entre diferentes correntes políticas para formar base em 2022. É esse o cenário interpretado, por exemplo, por aliados de Reinaldo Azambuja (PSDB), do Mato Grosso do Sul, que assinou cartas abertas com críticas ao presidente em 2020, mas não incluiu seu nome nos documentos deste ano. Ele já foi aliado do grupo mais próximo ao ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS), mas tenta lançar um candidato de seu partido para concorrer à sucessão estadual.

Já governadores que não assinaram nenhuma das cartas, de olho no apoio de Bolsonaro em 2022, acenam, por outro lado, com medidas mais restritivas em seus estados. O governador de Minas, Romeu Zema (Novo), criou na última semana uma nova fase do seu plano sanitário para reduzir a circulação de pessoas e fechar serviços não essenciais em cerca de 80 cidades, com toque de recolher. Embora a fase não seja chamada de "lockdown", Zema avalia que é "algo próximo a isso". Para ele, porém, "ficar atirando pedras" no governo federal é forma de "dar boleleira a alguns, sem levar a malícia alguma".

— Se alguma coisa deveria ter sido coordenada nacionalmente, era no início da pandemia. Agora, é inadequado lidar com todos os estados da mesma forma. Em alguns casos, a situação (entre governadores e governo federal) chegou a tal ponto que uma conciliação fica improvável — diz Zema. (Colaboração Marcelo Remigio)

MÍRIAM
LEITÃO



blogs.oglobo.com/miriam-leitao
miriamleitao@oglobo.com.br
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



Velhos temores que nos rondam

A inflação ronda a economia. O temor até dentro do governo é que ela não caia depois de chegar a 7% em junho. Bolsonaro piora tudo. Ele produz incerteza, isso pressiona o dólar que, num círculo vicioso, atinge os preços. A inflação de alimentos fechou em 11% no ano passado e alguns produtos industriais estão em falta, como papelão e aço. Há outros fantasmas. A dívida é alta e ficará mais cara. Os juros futuros e o risco-país aumentaram e a Selic terá que subir. A equipe finge acreditar que há ajuste fiscal na PEC aprovada no Senado. Ela nada economiza a curto prazo, cria mais rigidez, fragiliza a Receita Federal e propõe a médio

prazo o que não conseguirá fazer.

Bolsonaro é a crueldade ostentação. O “vai chorar até quando?” ou o “vai comprar vacina na casa da mãe” foram lançados no rosto de um país que enterra quase dois mil mortos por dia. Ele gostaria de desviar a atenção posta sobre a mansão do filho. O mundo vê, registra e quer distância de nós. Esta semana, dois grandes jornais, um americano e um britânico, fizeram editoriais dizendo que somos fator de risco sanitário global.

Na economia, há uma mistura pesada. Recessão, inflação, desemprego e piora fiscal. A alta dos juros começará ao longo do primeiro semestre apesar da atividade fraca. O mercado financeiro comemorou a aprovação da PEC Emergencial porque acha que ela evitou o pior. O Bolsa Família fora do teto abriria mais espaço no orçamento para despesas populistas. O ganho foi, portanto, evitar o bode voador que apareceu na última hora. No resto, o ajuste é um saco vazio. Ele proíbe o proibido. O salário do servidor civil já não seria reajustado este ano, portanto esse ponto da PEC é inócuo. Ela permite a alta dos salários dos militares e ainda carimbou despesas das Forças Armadas. Ao fim, a emenda engessou mais o orçamento. A única desvinculação afeta a Receita Federal, o órgão que arrecada, combate a sonegação e a lavagem de dinheiro.

O faz de conta fiscal levou o governo a uma situação ridícula. Ele terá que decretar estado de calamidade para acionar os gatilhos, porém os gatilhos nada acionam. O governo precisa gastar mais por causa da pandemia, mas não consegue formular boas políticas de ajuste.

A parte da PEC que trata da redução de subsídios é inexecutável. Felipe Salto, da IFI, mostra que ao blindar a Zona Franca de Manaus, o Simples, os fundos constitucionais e as entidades filantrópicas ficou inviável a proposta de reduzir as renúncias fiscais a 2% do PIB. Teria que zerar toda a dedução do Imposto de Renda Pessoa Física, todos os subsídios agrícolas, acabar com a lei

O mundo nos vê e quer distância de nós. País se afunda na pandemia, com crise econômica, inflação em alta e um presidente que deseja a ruptura institucional

de incentivos para a cultura, suspender estímulos à ciência e inovação tecnológica. Salões de beleza caros da Zona Sul do Rio são optantes do Simples, mas o governo ameaça tomar o dinheiro do Microempreendedor Individual (MEI).

Reduzir subsídios é necessário, mas trabalhoso. Exige olhar dentro desses gastos, para separar o justo do injusto. Bolsonaro acabou de criar R\$ 3 bilhões de subsídios para o diesel. Não alivia o consumidor, porque o dólar está

subindo, e o petróleo, também. Mas pesa para o Tesouro. O benefício é para o caminhoneiro autônomo. Mas também para as empresas que têm frotas de caminhões, os carrões SUV, as lanchas. Todo benefício geral é injusto num país desigual. O trigo subsidiado faz o pão do pobre e o das padarias gourmet. A cesta básica inclui filé mignon, picanha, peixes nobres como salmão e subsidiá-la custou R\$ 15 bilhões em 2018. Seria melhor ter dado esse dinheiro diretamente aos mais pobres.

O que se diz até na equipe econômica é que se as expectativas de inflação ficarem sem âncora, os índices não vão cair no segundo semestre, ao contrário do previsto. E isso pode “definir o destino deste governo”. As projeções para o IGP-M já estão em 8%, depois de subirem 23% em 2020. O quadro é este: a economia está instável, a situação social é dolorosa, a pandemia mata cada vez mais e Bolsonaro escala as agressões. O objetivo dele é conhecido. Ele mente dizendo que tem plano pronto contra a pandemia, mas não executa porque o STF não deixa, e que os governadores causaram a crise econômica. Por isso ele adula as Forças Armadas. Bolsonaro é um autocrata trabalhando para uma ruptura, que, segundo o filho 03, não é uma questão de “se”, mas de “quando”. O que a família reinante parece não saber é que a economia em escombros derruba governos.

Empresas deixam o país e clientes temem por assistência

Lei garante suporte por toda vida útil do produto. Procons buscam acordos para reforçar compromisso de atendimento

BERNARDO VONESHIGUE*
bernardo.voneshigue@globo.com.br

O anúncio feito pela Sony, na última segunda-feira, de que interromperá a produção no Brasil no fim de março deixou muitos consumidores da marca preocupados em como ficará a assistência técnica, reposição de peças e cumprimento de garantia dos produtos. A Sony é a terceira multinacional a deixar o país em pouco mais de três meses. Ford e Mercedes-Benz também já comunicaram o fechamento de fábricas, deixando milhares de clientes em sobresalto.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) determina que seja mantido o fornecimento de peças e assistência técnica, mesmo no caso de o produto deixar de ser produzido ou importado, por um "prazo razoável de tempo". E a Justiça já pacificou que esse período é referente à vida útil do produto. A garantia legal, no entanto, parece não tranquilizar os consumidores.

— Meu som parou de funcionar no ano passado, mas por conta da pandemia estava esperando para levá-lo à assistência técnica. Com a saída da Sony do Brasil nem sei como farei esse conserto. É um aparelho antigo, mas que fez parte de momentos felizes na minha vida — diz Helena Bernardes, de 39 anos, coordenadora digital.

O estudante Lucas Pires de Lima, de 23 anos, dono de um Ford Ka 2015, teme ter dificuldade em encontrar peças para o carro. — Já precisei da assistência da Ford após um acidente. Meu receio é que as assistências autorizadas da empresa diminuam e que as peças fiquem cada vez mais difíceis de encontrar.

ACORDO COM SONY À VISTA

Como forma de garantir o atendimento, o Procon-SP firmou um acordo com a Sony, de abrangência nacional, no qual a montadora reforça o compromisso de manter a assistência técnica, peças de reposição e garantia para seus clientes durante a vida útil do veículo.

— Já notificamos a Sony para entender qual vai ser a política adotada para o cumprimento da lei. Nossa ideia é firmar um acordo nos mesmos moldes da Ford para garantir a assistência aos consumidores da marca — diz Guilherme Farid, chefe de gabinete do Procon-SP.

Para Átala Nunes, presidente do Procon Carioca, estes acordos beneficiam os consumidores, mas também têm reflexo positivo para a imagem das empresas. Ele avisa que, assim como Procon-SP, o órgão carioca também vai buscar firmar compromissos com as empresas.

Em nota, a Sony afirma que o suporte pós-venda permane-



Sem conserto? Helena Bernardes esperava o fim da pandemia para consertar seu aparelho de som Sony



Incerteza. Lucas Pires teme ter dificuldade em achar peças para seu Ford 2015

cerá inalterado. Segundo a empresa, "o serviço não será reduzido" e serão mantidas "as mesmas redes autorizadas que já prestam serviço" à marca.

Apesar de ter assinado o termo de compromisso com o Procon-SP, a Ford não explica de que forma vai prestar assistência técnica a todos os seus consumidores, uma vez que pretende apenas manter 120 de seus 283

pontos de venda, sendo que, destes, 277 prestam assistência técnica.

Para a Associação Brasileira dos Distribuidores Ford (Abradif), o "cenário é desafiador". Em nota, a associação disse que, "com o novo formato de mix de vendas, dificilmente a conta vai fechar. A rede terá de manter o atendimento e assistência técnica para milhões de clientes, sen-

do aproximadamente 500 mil deles na garantia."

Procurada pelo GLOBO, a Ford reiterou seu posicionamento de que "continuará fornecendo assistência total ao consumidor nacionalmente, com operações de vendas, serviços, peças de reposição e garantia."

A Mercedes manteve apenas duas fábricas no Brasil para a produção de caminhões, chassis de ônibus, cabines e agregados (motores, câmbios e eixos), mas disse garantir a continuidade da assistência a todos os carros que eram produzidos no país, sem redução de pontos de atendimento.

TODA CADEIA RESPONDE

Ricardo Morishita, professor de Direito do Consumidor do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), diz que apesar dos avanços nos últimos 30 anos, desde a promulgação do CDC, a assistência técnica continua sendo um problema para o consumidor:

— Ainda há grandes desafi-

Saiba o que diz a lei e a Justiça e como reclamar

> **Atenção:** O Código de Defesa do Consumidor determina que fabricantes e importadores mantenham a oferta de peça enquanto o produto for produzido ou importado e, após isso, por "prazo razoável". Justiça e órgãos de defesa do consumidor entendem que esse tempo é a vida útil do produto.

> **Tenha problema?** Em caso de dificuldade em ter assistência da empresa, o consumidor pode registrar queixa no Procon, e até recorrer à Justiça.

> **Multa:** As empresas que deixarem de prestar assistência podem ser multadas pelos Procons em até R\$ 10 milhões.

os relacionados à reposição de peças, à transparência da informação na hora de assegurar ao consumidor a entrega do orçamento e do prazo, e até a qualidade do serviço.

Ele destaca, no entanto, que a obrigação de reparo do produto recai sobre toda a cadeia, do fabricante ao varejista:

— Mesmo que o fabricante tenha saído do país, se for o caso de defeito, a cadeia é responsável pela reparação ao consumidor, pois todos participaram do lucro da venda deste produto. Portanto, o consumidor pode acioná-los.

Pelo CDC, no caso de vício aparente, o consumidor tem até 90 dias para reclamar com o fornecedor. Já se for o caso de um vício oculto, que pode aparecer a qualquer momento, o prazo é de 90 dias, mas a contar do aparecimento do defeito.

A quem tiver problema, a orientação é procurar o Procon. Em última instância, o caminho é recorrer à Justiça.

*Estagiário, sob a supervisão de Luciana Casemiro

Opinião do GLOBO

Câmara precisa evitar aventuras na PEC Emergencial

Projeto foi desidratado no Senado, mas mantém compromissos fiscais e libera auxílio realista aos mais pobres

A PEC Emergencial aprovada pelos senadores traz algum compromisso do governo com o equilíbrio fiscal. Menos enfático do que gostaria o ministro Paulo Guedes, mas poderia ter sido pior se certas emendas tivessem passado na primeira metade da tramitação da proposta no Congresso. Na Câmara, onde o projeto também enfrentará duas rodadas de votação, o risco é o populismo voltar. Os deputados precisam fazer seu trabalho com a urgência que o auxílio necessita, mas sem aumentar o espaço fiscal de modo irreal para criar a nova ajuda aos mais carentes e sem tentar abrir novas brechas para gastos sem limites.

Como previsto, o projeto, relatado pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC), chegou à Câmara desidratado. Ficou pelo caminho a extensão ao funcionalismo da possibilidade de um corte de 25% no salário com a equivalente redução na jornada de trabalho (mecanismo idêntico ao que vigorou para assalariados da iniciativa privada, em troca da manutenção do emprego). O lobby do servidores mais uma vez agiu para preservar regalias. Foi possível

apenas repetir o congelamento da folha do funcionalismo praticado em 2020, ainda assim será preciso acionar um gatilho quando as despesas correntes atingirem, no período de 12 meses, o limite de 95% das receitas.

O presidente Jair Bolsonaro não deixou de aproveitar a chance para beneficiar as corporações de sua predileção. Prova disso é que o relator incluiu, na última versão do texto, a possibilidade de recursos de fundos públicos serem vinculados à defesa nacional e às Forças Armadas.

Outro item tratado pela PEC que mobiliza interesses pesados são os incentivos fiscais. Estabeleceu-se a meta de que sejam reduzidos em até oito anos para 2% do PIB (hoje são pouco mais de 3%), porém, como sempre, a Zona Franca de Manaus permaneceu intocada. Pelo menos, retirou-se do texto o fim do limite mínimo de gasto com Educação e Saúde, uma proposta de desvinculação que nada tem a ver com o espírito da PEC.

Todo político deveria entender que, com um déficit previsto para este ano de cerca de R\$ 250 bilhões e uma dívida em ascensão, nas proximidades de 90% do PIB, o que deve ser feito agora é

o exclusivamente necessário numa situação crítica de pandemia sem controle, desaceleração da economia e ampliação da pobreza. O gasto fora do teto previsto para o auxílio, fixado em R\$ 44 bilhões, atende à expectativa.

No Senado, tentou-se retirar também o Bolsa Família do limite do teto. Pura insensatez, pois, ao contrário do auxílio, trata-se de uma despesa permanente no Orçamento. Retirá-la do teto equivaleria a dar sinal verde a um aumento de gastos sem limites, com efeitos imediatos no câmbio, na inflação e nos juros. Consta que a manobra chegou a contar com um apoio no Planalto, onde há um grupo "desenvolvimentista" com projetos nas gavetas à espera da flexibilização fiscal.

Não é hora de iniciativas mirabolantes que possam comprometer o equilíbrio orçamentário. A mensagem enviada aos agentes econômicos seria a oposta da que é necessário transmitir. A tramitação na Câmara deve se pautar pela preocupação em não enfraquecer o projeto e evitar aventuras. Tudo deve ser feito para que os defeitos da PEC não sejam usados em manobras para deixar os gatilhos da contenção de despesas para um dia que jamais chegará.

País

CONTROLE SOBRE O ORÇAMENTO

Congresso amplia fatia das emendas parlamentares

BRUNO GÓES, NATÁLIA FORTINARI E MANOEL VENTURA
@brunogoesbr @nataliafortinari @manoelventura

O Congresso se organiza para ampliar, no Orçamento de 2021 ainda em tramitação no Legislativo, seu poder sobre a destinação de verbas do Executivo, umas das bandeiras anunciadas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), após se eleger em fevereiro. Além de aumentar a fatia do Orçamento destinada a emendas parlamentares, líderes no Congresso se preparam para deturbar nas próximas semanas veto do presidente Jair Bolsonaro que retirou de deputados e senadores a prerrogativa de indicar a destinação de recursos federais sem a interferência do Executivo.

O presidente barrou artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, aprovada no ano passado, prevendo que comissões temáticas da Câmara e do Senado, além do relator-geral, pudessem indicar repasses de forma impositiva. Hoje, emendas parlamentares individuais e de bancadas são de execução obrigatória. O Congresso deseja que estas outras rubricas tenham o mesmo tratamento. No Palácio do Planalto, a derrota é tida como certa.

Em outro movimento, o relator do Orçamento de 2021, senador Márcio Bittar (MDB-AC), incluiu no relatório preliminar aprovado

anteontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) a alocação de R\$ 35,6 bilhões para a rubrica "emendas de relator" — no ano passado, a soma ficou ao redor de R\$ 30 bilhões. Em 2020, a existência dessa rubrica e a previsão de execução sob ordem do Congresso fizeram o Planalto acusar parlamentares de "chantagem".

O valor das emendas de relator é fruto de uma estimativa de que a arrecadação federal em 2021 será maior do que o previsto inicialmente pelo governo. Parte desse dinheiro precisa ser distribuída a estados e municípios. A outra pode ser alocada pelo relator do Orçamento, desde que respeite o teto de gastos.

Nas outras rubricas, o parecer preliminar do Orçamento reservou R\$ 9,7 bilhões para emendas individuais de congressistas e R\$ 6,5 bilhões para as de bancadas. Por enquanto, não há valor para emendas de comissão, apenas um piso de R\$ 225 milhões.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), disse ao GLOBO ter questionado o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), se haveria movimento para ampliar este último tipo de emenda. Lira teria lhe respondido, na frente de líderes partidários, que não daria aval a isso.

Em entrevista ao GLOBO no mês passado, o presidente



Disputa. Rodrigo Pacheco, Lira e Bolsonaro: Congresso articula derrubada de dois vetos do presidente à LDO; objetivo é aumentar emendas impositivas

CRESCIMENTO DAS EMENDAS

2021

Bancada Estadual
Comissão
Relator Geral
Individual

Previsão no relatório preliminar do Orçamento



2020

Bancada Estadual
Comissão Câmara dos Deputados
Comissão Mista do Congresso
Comissão Senado Federal
Deputado Federal
Relator Geral
Senador

Pago (nota RP)*	Autorizada**
5.071 bilhões	5,9 bilhões
0,113 bilhões	0,325 bilhões
0,091 bilhões	0,118 bilhões
22,5 milhões	0,196 bilhões
7,9 bilhões	8,1 bilhões
7,0 bilhões	20,1 bilhões
1,1 bilhão	1,2 bilhão

2019

Bancada Estadual
Deputado Federal
Senador

Pago (nota RP)*	Autorizada**
2,7 bilhões	4,5 bilhões
6,3 bilhões	7,8 bilhões
0,987 bilhões	1,2 bilhão

2018

Bancada Estadual
Deputado Federal
Senador

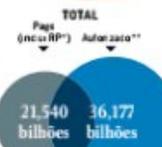
Pago (nota RP)*	Autorizada**
2,1 bilhões	3,0 bilhões
6,5 bilhões	7,5 bilhões
1,0 bilhão	1,1 bilhão

2017

Bancada Estadual
Deputado Federal
Senador

Pago (nota RP)*	Autorizada**
0,783 bilhões	6,0 bilhões
3,6 bilhões	7,8 bilhões
0,519 bilhões	1,2 bilhão

*Restos a pagar **Valor aprovado



da Câmara manifestou a intenção do Legislativo de ter mais controle sobre o Orçamento e defendeu a desvinculação de recursos de Educação e Saúde — proposta que foi retirada nesta semana da PEC Emergencial após ter grande resistência.

Parlamentares costumam citar discursos de Paulo Guedes para defender medidas que deem mais controle dos gastos ao Congresso.

— A gente começou com emenda individual impositiva, depois emenda de bancada impositiva, e vai chegar a um momento, que eu não sei se é esse agora, de emendas de comissão impositiva. Então, a impositividade do Orçamento (indicação pelo Congresso sem possibilidade de interferência do Executivo), é gradativa. Inclusive é a defesa do próprio ministro Paulo Guedes — afirma o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO).

A votação do Orçamento deve ocorrer no dia 23 deste mês. Antes, o Congresso deve finalizar a tramitação da PEC Emergencial. Na próxima semana, a Câmara deve dar aval ao texto já aprovado pelo Senado. A medida vai abrir espaço fiscal e dar condições para o pagamento de um novo auxílio emergencial.

Governo veta uso da Rouanet para cidades sob lockdown

Portaria da Secretaria Especial da Cultura tem validade de 15 dias

LUCAS BULHÕES E NELSON GOBBI
@lucasbulhoes @nelsongobbi

O governo federal publicou ontem no Diário Oficial uma portaria restringindo as análises de propostas "que envolvam interação presencial com o público" para a Lei de Incentivo à Cultura em cidades "em que haja restrição de circulação, toque de recolher, lockdown ou outras ações que impeçam a execução do projeto". A Portaria Nº 124 tem validade de 15 dias e é assinada por André Porciuncula, Secretário Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, área subordinada à Secretaria Especial da Cultura,

chefeada por Mario Frias.

O texto foi publicado no momento mais crítico da pandemia no país, quando o Brasil bate o recorde de média móvel de óbitos causados pela Covid-19 pelo sétimo dia seguido. Diante do número crescente de infecções e da preocupação com a disseminação de novas variantes do coronavírus em todas as regiões do país, alguns estados e municípios já anunciaram medidas de redução de circulação.

A portaria provoca reações de produtores e outros agentes do setor cultural, já combatido pelas restrições impostas pela pandemia e

seus efeitos na economia.

— A portaria fala em "propostas culturais" e não em projetos, então entende-se que não afetaria a execução de projetos que já tenham sido aprovados. Ainda assim, isso iria com que um produtor que planeja um evento em um local com lockdown agora tenha de esperar ao menos mais 15 dias para encaminhar a proposta — analisa Eduardo Barata, presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio (APTR). — Isso num momento em que nossa atividade está mais que sufocada, com muita gente parada há um ano, e sem qualquer

OPINIÃO DO GLOBO PRÓ-VÍRUS

O NEGACIONISMO bolsonarista diante da pandemia se expressa de várias formas, não só pelos comentários repulsivos do presidente. Uma delas foi a portaria da Secretaria da Cultura, de Mario Frias, que suspende a análise de projetos de eventos em busca de incentivos da Lei Rouanet nas cidades que restringem a circulação contra a disseminação da Covid-19.

previsão de volta.

Horas depois da publicação no DOU, a Secretaria publicou uma nota oficial tentando esclarecer o texto da portaria, alegando que a medida prioriza "a análise das propostas culturais que possam ser executadas (refor-

FORAM APRESENTADOS na Câmara projetos de decreto Legislativo para revogar a portaria. É preciso fazê-lo com rapidez. Com a medida, Frias praticamente suspende a análise de pedidos de incentivo na área cultural, porque um número crescente de cidades toma medidas preventivas com o recrudescimento da pandemia.

É MAIS uma ação bolsonarista em favor do vírus.

mas de museus, patrimônios tombados, eventos online e etc) e que a portaria "visa garantir eficiência e probidade na aplicação dos recursos públicos, tendo em vista que não haveria justificativa para liberar recurso público de um projeto que no momento

não possa ser executado".

A nota oficial também tentou esclarecer outro trecho ambíguo da portaria, que aborda as propostas que "envolvam interação presencial com o público". A redação original do texto permite a interpretação de que só seriam liberados recursos para eventos presenciais, enquanto a nota publicada posteriormente assinala que eventos on-line estariam liberados.

Após a publicação do texto, a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) protocolou um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para suspender a portaria.

— Também devemos levar a questão ao STF — adiantou Jandira. — A portaria vai contra a Constituição, ao impor uma censura prévia aos projetos e ao ignorar a autonomia de estados e municípios para decretar medidas preventivas contra a pandemia.

Economia



PERDA DE FÔLEGO

Indústria avança 0,4% em janeiro, diz IBGE

Sem o auxílio, analistas já temem acomodação neste início de ano glo. br/30jmv99



Efeito no consumo. Com parte dos trabalhadores em regime de home office, o reajuste da tarifa de energia tende a ter impacto ainda maior no bolso. Segundo especialista, a energia elétrica tem peso de 4,6% no Índice oficial de inflação

NAS ALTURAS

CONTA DE LUZ

No país, reajuste pode chegar, em média, a 15,5%. No Rio, previsão é de alta de 10%

BRUNO ROSA
brunorosa@globo.com

A combinação de avanço do dólar, crise do coronavírus e baixo volume de chuvas deve resultar em um aumento médio das contas de luz de 15,5% este ano, de acordo com estimativa da TR Soluções, empresa de tecnologia aplicada ao setor elétrico. O aumento da fatura deve ocorrer de forma desigual: o Norte teria alta de até 21,6%, seguido das regiões Centro-Oeste (21,3%), Nordeste (18,5%), Sudeste (14,5%) e Sul (12,6%).

Caso a projeção se confirme, a conta da luz deve atingir em 2021 o maior patamar de reajuste em três anos. Na próxima terça-feira, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve deliberar sobre os reajustes da Enel e da Light, concessionárias do Rio. Segundo a previsão da TR, o consumidor da área de concessão da Light pode arcar com um aumento de até 10%. O da Enel teria reajuste de 7%.

O aumento na conta de luz

ocorre em um cenário de crise, com expectativa de retração da economia no primeiro trimestre, diante da escalada da Covid-19. Além disso, parte dos trabalhadores permanece em regime de home office, com aumento do consumo de energia em casa.

PESO DA CONTA-COVID

Após anunciar a troca no comando da Petrobras, o presidente Jair Bolsonaro afirmou recentemente que pretende "meter o dedo" no setor elétrico. Especialistas avaliam, porém, que parte da conta de luz que o brasileiro passará a pagar este ano reflete medidas adotadas em 2020 para conter a crise. Economistas ponderam que iniciativas para conter artificialmente as tarifas acabam tendo um custo ainda maior adiante e que recai sobre o consumidor.

A crise econômica causada pela pandemia fez o governo manter a chamada bandeira verde nas contas de luz durante quase todo o ano de 2020. A medida gerou um custo adici-

onal de R\$ 3,1 bilhões, que será pago este ano via repasse nas tarifas. O sistema de bandeiras transfere ao consumidor o custo do acionamento de usinas termelétricas, que têm custo de produção mais elevado. Na bandeira verde, não há cobrança extra.

Helder Sousa, diretor de Regulação da TR Soluções, cita ainda a despesa de quase R\$ 15 bilhões com a chamada "conta-Covid", que se refere a empréstimos feitos para socorrer as distribuidoras no ano passado como forma de cobrir as perdas causadas pela queda de consumo na quarentena. Esse valor vai ser pago pelos consumidores até 2025.

— Os problemas de 2020 foram repassados para esse ano e vão se prolongar até 2025. Há um risco de a alta ser ainda maior, pois as chuvas são incertas e podem não ocorrer no patamar necessário, levando a um maior acionamento das usinas termelétricas, cuja tarifa é mais elevada — disse Sousa. Segundo especialistas, desta

VARIAÇÕES MÉDIAS NA TARIFA RESIDENCIAL



FONTE: TR Soluções *Recomposição Tarifária Extraordinária

vez, o governo estudou devolver nas tarifas parte dos cerca de R\$ 50 bilhões referentes à cobrança de impostos de distribuidoras acima do patamar correto nos últimos anos.

— Esse tema está em consulta pública na Aneel. O ideal seria que o crédito fosse parcelado em cinco anos. Mas, como há eleição no ano que vem, o governo pode querer acelerar essa devolução. O risco é ter uma redução pontual e depois voltar a subir — explicou Nivalde Castro, coordenador-geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ.

Com o trabalho em casa, a tendência é ter uma conta mais salgada. Segundo o eco-

nomista e consultor de índice de preços, Paulo Brück, energia elétrica tem peso superior a 4,6% no IPCA, o índice de inflação oficial do governo.

— Em março, teremos reajuste da Light. Mas a variação no país vai ocorrer ao longo do ano e há muitas incertezas sobre o real impacto nas contas, com as medidas em estudo no governo para reduzir as tarifas — disse, citando a medida provisória que destina recursos extras para a Conta de Desenvolvimento Energético, como forma de reduzir o impacto final para o consumidor.

Ana Carolina Ferreira da Silva, consultora de Regulação e Tarifas da Thymos, esti-

ma reajuste médio das tarifas de 12,85% este ano. Segundo ela, pesam o início da cobrança da conta-Covid, o aumento do dólar e o risco hidrológico, que, diz, foi afetado pelo não acionamento da bandeira tarifária em 2020.

— O reajuste médio esperado é referente também ao acionamento de usinas termelétricas para garantir a segurança energética.

Segundo a TR Soluções, caso o governo opte por devolver parte dos recursos cobrados acima do patamar correto das empresas, o reajuste de Light e Enel poderia ser até cinco pontos percentuais menos.

Enquanto isso, a alta do dólar pressiona o ICP-M, índice usado como referência para reajustar parte dos custos das principais distribuidoras. Em 2020, o índice acumulou avanço de 23,14%. A divisa influencia o custo da energia gerada pela usina de Itaipu, que atende as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, além de usinas nucleares e termelétricas.

O cenário fica ainda mais complicado em razão do nível dos reservatórios. Segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), as hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste estão em 30%, menor nível desde 2018.

— Vamos chegar em abril, fim do período de chuvas, com os reservatórios em níveis baixos. E há o risco de as termelétricas mais caras serem acionadas, trazendo a necessidade de bandeira vermelha — disse Castro.

CVM abre processo para investigar caso da Petrobras

Comissão apura se houve uso de informação privilegiada na compra de papéis

BRUNO SOBRINHA NETO
brunoso@globo.com

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão que fiscaliza o mercado de capitais, abriu um processo administrativo para investigar a possibilidade de uso de informação privilegiada em

operações de contratos de opções de ações da Petrobras. A colonista do GLOBO Malu Gaspar revelou esta semana operações atípicas com opções da petrolífera, que podem ter resultado em lucro de R\$ 18 milhões para quem comprou os papéis.

Segundo a colonista, os contratos de opções de

ações foram comprados, no maior volume já registrado pela B3, logo depois que o presidente Jair Bolsonaro se reuniu, na quinta-feira, dia 18 de fevereiro, com ministros, incluindo Paulo Guedes, da Economia. Mais tarde, em sua live semanal, o presidente anunciou que o encontro

serviu para discutir medidas para reduzir o preço dos combustíveis.

Quando essas opções foram compradas, a ação preferencial da Petrobras (PETR4 PN) valia R\$ 29,27. Para que os contratos dessem lucro, o valor da ação teria que cair a R\$ 26,50. Só quem acreditasse numa queda de mais de 8% das ações da Petrobras na sexta-feira faria uma aposta arriscada com esses papéis.

QUEDA DE 20%

Na sexta-feira dia 19, após o fechamento do mercado, Bolsonaro anunciou a troca

de comando da Petrobras, substituindo Roberto Castello Branco pelo general Joaquim Silva e Luna. Na segunda-feira, dia 22, no primeiro pregão após o anúncio de Bolsonaro, as ações da petrolífera caíram 20% e fecharam a R\$ 21,45.

Como se tratava de uma operação de alto risco, já que os contratos de opções venciam no dia 22, esses papéis estavam sendo vendidos a R\$ 0,04, 80% menos do que o preço do lançamento do papel.

Os contratos de opções fazem parte de um rol de mecanismos que quem se

aventura no mercado de renda variável dispõe para se proteger das oscilações de preços. Muitas vezes, ele pode usar esses mesmos instrumentos para especular sobre a valorização ou desvalorização de um ativo e ganhar (ou perder) dinheiro a curto prazo. Eles funcionam como seguro ou avanço de movimentos mais arriscados.

O processo de investigação administrativa é de número CVM 19957.001646/2021-76. Procurada, a CVM informou que não comenta casos específicos.

Teles querem transformar pré-pago em cartão de débito

TIM já se prepara para absorver clientes da Oi com tecnologia que não exige mudança de chip. De olho no 5G, operadora investe na compra de start-ups

BRUNO ROSA
bruno.rosa@globo.com.br

A TIM, terceira maior operadora de telefonia móvel do país, desenvolve, em parceria com outras teles, uma solução para criar uma carteira digital. A ideia é aproveitar os R\$ 20 bilhões por ano movimentados no sistema de recargas do pré-pago e permitir que os recursos sejam usados para a compra de produtos e serviços. Na prática, a mudança significaria transformar o pré-pago em um cartão de débito.

Para atrair os clientes, a estratégia é criar promoções com pacotes de internet. A intenção é que isso seja integrado ao PIX, permitindo transferências. Em entrevista ao GLOBO, o presidente da TIM, Pietro Labriola, destaca que os recursos oriundos da telefonia pré-paga são usados hoje apenas para serviços de telecomunicações.

— Estamos falando com outras empresas de telecomunicações para criar algo conjunto. A ideia é transformar o pré-pago em um cartão de débito — afirmou Labriola.

A carteira digital padronizada é só um dos projetos em vista. Com um plano de negócios que prevê investimentos de R\$ 13,5 bilhões entre 2021 e 2023, a tele deve destinar parte dos recursos à integração de ativos da Oi. Em 2020, ela adquiriu a área de telefonia celular da operadora carioca em parceria com Vivo e Claro, mas o negócio depende do aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão que regula a concorrência.



Expansão. Presidente da TIM diz que empresa está de olho em ensino à distância e telemedicina

Para acelerar a migração dos cerca de 17 milhões de clientes da Oi, a TIM desenvolve um sistema que não exige a troca do chip.

— Ele continua com o número da Oi, mas vai trafegar na rede da TIM. Em uma cidade pequena, se tivesse que obrigar todo mundo a trocar o chip, seria difícil — explicou.

Segundo o executivo, a transferência vai ocorrer para a operadora de menor fatia nas áreas de DDD, o que, de acordo com Labriola, resultaria em impacto mínimo na taxa de concentração.

A empresa se prepara para o leilão do 5G este ano e comemora a decisão do governo de permitir a participação da chinesa Huawei como fornecedora

de equipamentos. O executivo espera que novos fabricantes de infraestrutura cheguem ao Brasil, além da participação de Ericsson e Nokia.

— Não podemos entrar em conversa de caráter geopolítico. Do ponto de vista industrial, o ideal é uma competição aberta com a maior quantidade de fornecedores — afirmou Labriola.

A companhia mira ainda novas aquisições. Além do banco digital C6, do qual é acionista, pretende ampliar os negócios para segmentos como ensino à distância e telemedicina.

— Todo mundo que está virando digital precisa de crescimento rápido. Para isso, é preciso se juntar a quem tem cliente e central de atendimento.

Auxílio pode ficar para abril se votação atrasar

Câmara precisa aprovar proposta na próxima semana para que pagamento comece dia 18. Bolsonaro confirma valores e afirma que preferia receber a ajuda a não ter nada. Guedes diz que próximo passo para vencer pandemia é vacinação em massa

GERALDA DOCA, MANOEL VENTURA E JULIA LINDNER
reportagem especial sobre o MEI

O governo conta com a Câmara dos Deputados para iniciar o pagamento da nova rodada de auxílio emergencial em 18 de março para os beneficiários do Bolsa Família. O prazo limite para aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que autoriza o Executivo a conceder o auxílio é a próxima semana, segundo técnicos envolvidos nas discussões. Caso haja atraso na tramitação ou o texto precise voltar para o Senado, os repasses só começarão em abril, segundo técnicos.

De acordo com os planos, os trabalhadores informais que não fazem parte do programa social poderão ter o crédito da primeira parcela do auxílio em conta poupança da Caixa Econômica Federal entre os últimos dias de março e início de abril, conforme o mês de nascimento, ainda considerando que o texto terá tramitação acelerada. Em todos os cenários, os saques ocorrerão depois, para evitar aglomerações nas agências.

Na quinta-feira, o Senado aprovou a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite que o novo auxílio seja pago. O texto prevê que os repasses sejam feitos sem restrições de regras fiscais, como o teto de gastos, que limita o aumento das despesas à inflação. A equipe econômica defende que a autorização na legislação é necessária para liberar os recursos.

Para entrar em vigor, a PEC precisa de 308 votos favoráveis, de um universo de 513 deputados, em dois turnos de votação. Além disso, para cumprir o cronograma, será necessário quebrar prazos regimentais, já que normalmente projetos para alterar a Constituição têm um ritmo muito mais demorado.

NÃO HAVERÁ NOVO CADASTRO
Segundo técnicos do governo, o auxílio emergencial será no valor de R\$ 250, pagos a um membro de famílias em situação de vulnerabilidade que for aprovado pelo Ministério da Cidadania. Mulheres chefes de famílias terão direito a uma cota de R\$ 375 e pessoas que moram só, a R\$ 150. A expectativa é beneficiar 46 milhões de famílias. Ontem, em conversa com apoiadores, o presidente Jair Bolsonaro confirmou o valor do benefício e afirmou que preferia receber a ajuda a não ter nada.

— Vai variar de 150 a 300 e

peucos reais. É pouco? Eu preferia ter isso aí do que não ter nada, tá? Pô, quantos nós temos emprego e fazemos um bico, ganhamos R\$ 300 a mais (o dinheiro) ajuda?

O governo não vai abrir prazo para que as pessoas façam o cadastro no aplicativo da Caixa, conforme ocorreu no ano passado. O plano é trabalhar com o banco de dados, composto por 150 milhões de CPFs que estão sendo examinados constantemente para aferir a elegibilidade dessas pessoas ao auxílio.

Quem não tinha direito ao benefício em 2020 e perdeu renda por causa do agravamento da pandemia poderá requisitar o auxílio nas unidades da Defensoria Pública, que dispõe de ferramentas para fazer o cruzamento de dados.

Será preciso apresentar a documentação para comprovar a situação financeira. Nessa nova rodada, deverão ser mantidos os mesmos critérios de renda para acessar o auxílio, de meio salário mínimo por pessoa da família (R\$ 550) e de até três salários mínimos (R\$ 3,3 mil). Os dois requisitos



Ajuda. Fila para receber o auxílio emergencial na primeira rodada de pagamento: critérios de renda serão os mesmos

serão aplicados de forma conjunta, ou seja, uma família de apenas três pessoas com renda de até três pisos não poderá ser beneficiada.

'TALVEZ POR INFELICIDADE'
Além disso, não terão direito ao auxílio pessoas que recebem algum tipo de benefício do governo, como aposentadoria, pensão, benefício de prestação continuada (BPC) e

seguro-desemprego, além de trabalhadores com carteira assinada, servidores públicos e militares. Os detalhes constarão de uma medida provisória (MP) a ser editada assim que a PEC for promulgada pelo Congresso. O Ministério da Cidadania publicará uma portaria no Diário Oficial da União com os detalhes do cronograma de pagamento.

O pagamento do benefício é

a medida mais esperada da nova rodada de ações do governo para mitigar os prejuízos causados pelo agravamento da crise do coronavírus. Ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o próximo passo mais importante para o combate à pandemia é a vacinação em massa.

Guedes disse ainda que, "talvez por infelicidade", Bolsonaro não tenha deixado cla-

ro o problema da saúde e da imunização da população. Na véspera, o presidente afirmou ser preciso parar o que ele chamou de "frescura" e "mimimi" com a pandemia do novo coronavírus.

— É muito importante isso. Essa é a mensagem que, o tempo inteiro, o presidente tem tentado passar também. Que, talvez por infelicidade, não deixou claro o problema da saúde e da vacinação em massa. Mas a agonia dele com a economia é a seguinte: se você der o auxílio e chegar lá e a prateleira estiver vazia, todo mundo com o dinheiro na mão, há inflação, falta de alimentos. Temos que manter os sinais vitais da economia — disse Guedes.

Crítico das medidas de isolamento necessárias para combater a doença, Bolsonaro questionou ainda até quando as pessoas ficarão, nas suas palavras, "chorando". O coronavírus já matou mais de 260 mil brasileiros, e a mortes estão em alta, fazendo recordes nos últimos dias. Segundo Guedes, Bolsonaro acredita que saúde e economia andam juntas.

Domingo todas as lojas do Guanabara abertas até as 14h. (Exc. Barra, São Gonçalo e Campo Grande - Estr. Rio do A, até as 18h.)

SUPERMERCADOS GUANABARA

Tudo por você!

Carne Bovina Filé 29,98	Carne Bovina Mortadela 49,98
Carne Bovina Filé 42,98	Carne Bovina Churrasco 44,98
Carne Bovina Filé 29,98	Carne Bovina Churrasco 39,98
Carne Bovina Filé 5,99	Carne Bovina Churrasco 12,99
Carne Bovina Filé 9,98	Carne Bovina Churrasco 9,98
Carne Bovina Filé 5,99	Carne Bovina Churrasco 3,99
Carne Bovina Filé 3,99	Carne Bovina Churrasco 2,99
Carne Bovina Filé 1,89	Carne Bovina Churrasco 1,89
Carne Bovina Filé 0,99	Carne Bovina Churrasco 0,99
Carne Bovina Filé 13,99	Carne Bovina Churrasco 4,99
Carne Bovina Filé 19,98	Carne Bovina Churrasco 9,99
Carne Bovina Filé 9,99	Carne Bovina Churrasco 29,98
Carne Bovina Filé 6,99	Carne Bovina Churrasco 6,99
Carne Bovina Filé 2,89	Carne Bovina Churrasco 2,99

Promoção válida para os produtos acima neste sábado, 06/03/2021, enquanto durarem os nossos estoques.

CORREÇÃO

Diferentemente de informação reportagem publicada na página 17 e na primeira página do GLOBO da edição de ontem, o regime especial para microempresários e indivíduos (MEI) não pode ser alvo do programa de redução de benefícios tributários, pois o MEI faz parte do Simples Nacional. O regime foi protegido no âmbito da proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial

Agência pede ajuda de Estados e prefeituras em ações de fiscalização

Com pandemia, ANM viu seu quadro de servidores reduzir e solução foi a inspeção compartilhada com entes federados

Por Ana Paula Machado — De São Paulo

08/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Para tentar amenizar a precariedade na fiscalização no setor mineral, a Agência Nacional de Mineração (ANM) publicou uma resolução para formalizar convênios com estados e municípios. A norma prevê que os entes federados, que tenham equipes aptas para fiscalizar as operações de mineradoras, podem assumir essa função.

A diretora da ANM, Débora Puccini, explicou que com a pandemia a necessidade de aumentar a fiscalização ficou eminente. A agência tinha um contingente de fiscais de 250 pessoas antes da crise sanitária. Com os afastamentos de profissionais com alguma comorbidade ou do grupo de risco, o quadro foi reduzido, segundo ela, para cerca de 120 pessoas.

“Não queríamos deixar a agência parada durante a pandemia. Por isso, tiramos do papel esse projeto que já era estudado desde 2017 com o marco do setor e a criação da ANM”, disse Débora.

Segundo ela, a Resolução 59 foi regulamentada no fim do mês passado e prevê que a fiscalização da operação mineral - que consiste na pesquisa e produção - de lavras irregulares e ilegais, além da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), possa ser compartilhada com estados ou municípios.

“Se o requerente tiver o corpo técnico para isso poderá fazer a fiscalização compartilhada. Alguns estados e municípios já demonstraram o interesse pela prática. Cabe a ANM avaliar a requisição.” Ela ressaltou que os estados de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pará, além da cidade de Nova Lima (MG) já enviaram propostas para a celebração do convênio.

Puccini ressaltou que o convênio será feito com cada município ou Estado e não com associações. A diretora informou, ainda, que com o mecanismo a agência terá mais celeridade nas avaliações de grandes complexos, como a concessão de outorgas para grandes projetos mais rapidamente e a fiscalização de grandes empresas como a Vale. “Conseguiremos otimizar a fiscalização local e poderemos focar em atividades mais complexas. Esperamos ter convênios firmados até o fim do ano”, disse Puccini.

A diretora ponderou, no entanto, que os convênios não devem resolver o problema da falta de contingente da ANM. Segundo ela, o mecanismo pode apenas diminuir a precariedade na fiscalização. “Solucionar mesmo somente com o concurso público para a recomposição do quadro de uma forma geral.”

As mudanças implantadas na gestão da agência devem continuar mesmo com a saída de um dos diretores da ANM, Eduardo Leão. Na quarta-feira, o dirigente pediu exoneração do cargo alegando retaliações e ameaças que sofreu ao tentar “construir uma agência mais transparente.”

“O alto risco da função, a exposição pessoal e profissional, as diversas retaliações e ameaças que sofremos ao tentar inovar e construir uma agência aberta e transparente, assim como os inúmeros processos judiciais que respondemos - uma infeliz herança de gestões anteriores, ainda do DNPM -, foram, todos, fatores que levei em consideração em minha decisão”, disse Leão em carta aos servidores.

Leão destacou ainda as dificuldades em implantar mudanças no órgão. “Precisamos de meios adequados e da união de todos para quebrar os privilégios que ainda existem no setor da mineração.”



Por Sergio Lamucci

É repórter do Valor desde o fim de 2003. Em 2002, ganhou o P... [ver mais](#)

Economia caminha para um semestre perdido

Primeira metade do ano deverá ser marcada pela combinação de atividade fraca e inflação ainda elevada

08/03/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

A economia brasileira terá mais um ano difícil em 2021, especialmente no primeiro semestre, marcado pela combinação de atividade fraca e inflação ainda elevada. Com o avanço do número de casos e mortes pela covid-19 e a vacinação lenta, a adoção de medidas mais rigorosas de isolamento social se tornou necessária em muitos Estados e municípios, o que vai afetar especialmente o setor de serviços. Além disso, a volta do auxílio emergencial demorou, prejudicando a demanda nos primeiros três meses do ano, e não foi acompanhada de iniciativas mais firmes para controlar a expansão dos gastos públicos obrigatórios, o que mantém o câmbio sob pressão, num momento de alta dos preços de commodities. Em resposta à inflação mais elevada, o Banco Central (BC) deverá começar neste mês um ciclo de aumento dos juros, apesar da falta de fôlego da economia.

Além do ambiente doméstico difícil, o cenário externo pode ficar menos favorável para países emergentes como o Brasil. A alta das taxas de retorno dos títulos de 10 anos do Tesouro americano aponta para um quadro complicado para esse grupo de economias. A expectativa de um ritmo forte de crescimento nos EUA pode resultar numa elevação precoce da inflação, levando o Federal Reserve a retirar parte dos estímulos monetários antecipadamente, ainda que esse não seja o cenário com que trabalham os dirigentes do BC americano. O risco de um quadro externo mais

adverso é causar uma desvalorização adicional do real, que segue muito mais depreciado do que sugerem fatores como os termos de troca (a diferença entre preços de exportação e importação) e a situação das contas externas.

1ª metade do ano terá atividade fraca e inflação elevada

O governo federal é o grande responsável pelo cenário negativo. A economia só terá chance de deslanchar com a vacinação em ritmo acelerado. Com a falta de planejamento na compra de imunizantes pelo Ministério da Saúde, o processo avança lentamente, custando milhares de vidas e atrasando a normalização da economia. Na semana passada, o país teve mais de 10 mil mortes por covid-19. Enquanto isso, o presidente Jair Bolsonaro minimiza a gravidade da crise sanitária, desdenha de medidas como o uso de máscaras e se opõe a decisões de maior isolamento social, apesar da escalada do número de casos e de óbitos, num momento em que o sistema de saúde de diversos Estados se aproxima do colapso.

A Tendências Consultoria projeta um crescimento de 2,9% em 2021, menos que a herança estatística que o ano passado deixou para este ano, de 3,6%. Isso significa que, se PIB não crescer nada em relação ao fim de 2020, a expansão será da magnitude do carregamento estatístico. “Ainda estamos trabalhando nos números trimestrais, mas a projeção de 2,9% embute a perspectiva de contração no primeiro semestre”, diz a economista Alessandra Ribeiro, sócia e diretora de macroeconomia e análise setorial da consultoria.

Em relatório da Tendências, os economistas Thiago Xavier e Lucas Assis destacam os fatores que contribuem para interromper a retomada da economia no começo do ano. “Do ponto de vista qualitativo, o contexto é de elevação de casos de covid-19, já superando os patamares registrados no auge do contágio em 2020, de redução do arsenal de políticas fiscal e monetária anticíclicas e de persistência da relativa pressão inflacionária corrente.” Segundo eles, é um ambiente especialmente difícil para os vetores fundamentais para a recuperação sustentável da economia no curto prazo, como a demanda das famílias, a atividade de serviços, o mercado de trabalho e a confiança do consumidor.

Os dois notam que a suspensão do auxílio emergencial desde janeiro é “uma limitação importante” para o consumo das famílias e para o PIB. O benefício vai

voltar, mas num valor mais baixo e para um público menor, devendo vigorar por um período de quatro meses. O volume total do auxílio em 2020 superou R\$ 293 bilhões, o que representa 4% do PIB total e 6% do PIB das famílias, observam os analistas da Tendências. Em tese, o auxílio neste ano estará limitado a R\$ 44 bilhões, dadas as restrições fiscais.

O cenário para o investimento também se turva. O descontrole da doença gera tanto efeitos diretos, ao impedir a retomada do mercado de trabalho da construção civil e limitar a demanda por bens industriais, quanto efeitos indiretos, uma vez que a persistência de um quadro complicado para a pandemia é fonte expressiva de incertezas, afetando as decisões das empresas de investir, dizem Xavier e Assis. “Ao final, não há saída na direção de uma recuperação econômica sem superar inevitavelmente a pandemia da covid-19”, resumem eles.

Também atrapalham a retomada a taxa de câmbio excessivamente desvalorizada e os juros futuros elevados, pressionados pelas incertezas no campo fiscal e por fatores como a atitude mais intervencionista de Bolsonaro na economia. A volta do auxílio é necessária, mas deveria ser acompanhada por medidas mais consistentes de ajuste das contas públicas, como de controle dos gastos com pessoal. A versão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial aprovada na sexta-feira pelo Senado não tirou o Bolsa Família do teto de gastos, mas não embute regras mais duras de consolidação fiscal num prazo mais curto. Nesta semana, a Câmara dos Deputados deverá analisar o texto.

O dólar está próximo de R\$ 5,70, afetando a inflação num quadro de alta forte das commodities. Para piorar, as taxas mais elevadas dos títulos de longo prazo dos EUA são preocupantes para emergentes como o Brasil - o rendimento dos papéis do Tesouro americano de 10 anos está perto de 1,6% ao ano, depois de começar 2021 em 0,93%. A aprovação do pacote de estímulo fiscal nos EUA, de US\$ 1,9 trilhão, deve ajudar a manter essas taxas em nível alto.

Ao comentar o ambiente externo, Alessandra diz que, “de um lado, há crescimento mais expressivo nas principais economias e alta de commodities, o que seria positivo para o Brasil”, mas, de outro, há uma expectativa antecipada de aumento dos juros, com o receio de inflação maior. “Esse cenário pode ser mais difícil para

emergentes, em especial para aqueles com fundamentos mais frágeis”, afirma ela. “No Brasil, o risco é um câmbio mais depreciado, maiores pressões inflacionárias, alta mais expressiva dos juros futuros e o BC tendo que ser mais agressivo no processo de normalização da política monetária”. Se concretizado, esse quadro vai afetar ainda mais o ritmo da economia brasileira, minando uma eventual retomada no segundo semestre, que depende primordialmente de um processo mais rápido de vacinação.

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Kit Verão Bella Arte Pratiko Basic 1,50mx28mm Branco

R\$ 19,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

R\$ 129,90

SANTISTA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Fogão Esmaltec 4 Bocas Veneza Super com Acendimento Automático – Branco

R\$ 499

CASAS BAHIA

Go !

LINK PATROCINADO

Varão 19mm Simples 2m Para Cortina - Branco

R\$ 27,99

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

Economia desacelera com falta de vacina

Economistas preveem recessão técnica como consequência da gestão do governo Bolsonaro em relação à pandemia

Por Alex Ribeiro — De São Paulo

08/03/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas





Arminio Fraga (acima), Affonso Celso Pastore e Luiz Carlos Mendonça de Barros (abaixo): governo federal demorou a perceber que saúde e economia caminham juntas — Foto: Silvia Costanti/Valor

A gestão inadequada da pandemia do coronavírus deverá provocar a desaceleração da economia brasileira, com riscos de o país caminhar para uma recessão técnica, num momento em que o governo e o Banco Central estão sem espaço para medidas de estímulo fiscal e monetário.

“Não podemos chorar sobre o leite derramado, mas o governo cometeu um erro gigantesco quando ignorou a pandemia”, afirma o ex-presidente do BC Affonso Celso Pastore. “Todos os países do mundo compraram opção para vacina, se prepararam para ter uma vacinação rápida. Não fizemos nada à altura.”

“Se não tem a vacinação, você pode dar o estímulo que quiser que a economia não se recupera”, segue Pastore. A visão é compartilhada por outros economistas ouvidos pelo **Valor**. “A economia e a saúde andam juntas, não teremos a recuperação da economia sem o fim da pandemia”, afirma outro ex-presidente do BC, Arminio Fraga. “Minha impressão é que o Executivo ficou com uma visão contrária a essa até agora.”

“A conta de não tratar com mais seriedade a pandemia está chegando”, afirma Arminio. “Estou vendo este ano com muita preocupação. O que virá pela frente, ninguém sabe.”

— Foto: Leo Pinheiro/Valor

O economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro das Comunicações e ex-presidente do BNDES, considera provável uma nova recessão. “O Brasil é um ponto fora da curva, porque, com Bolsonaro na presidência, perdemos a oportunidade de estar com as vacinas compradas”, afirma. “É justamente pelo número de mortes que nossa recuperação econômica vai ser pior, e nosso sofrimento, maior.”

O desempenho da economia no ano passado, afirma Arminio, foi muito melhor do que muitos esperavam devido “ao uso bastante agressivo de esteroides”, ou seja, política fiscal, monetária e creditícia expansionistas.

Com o fim do pagamento do auxílio emergencial, já se esperava uma perda de fôlego nesse começo do ano, mas a economia poderia seguir adiante se a pandemia se arrefecesse ou com a vacinação em massa - ainda que com pouco brilho, devido

à baixa confiança provocada pelo estilo pessoal do presidente Bolsonaro, pela agenda de costumes controversa e pela falta de solução para o desequilíbrio fiscal e de questões que travam a expansão dos investimentos e produtividade.

“Passado o efeito dos esteroides, a gente volta à realidade”, afirma Arminio. Faltou o governo fazer campanhas para informar a população dos riscos de natureza sanitária. “Fizeram o contrário.” Outro erro foi concentrar as apostas na compra de vacinas de poucos fornecedores e se atrasar quando surgiram janelas de oportunidade de novas aquisições.

Para Arminio, embora seja muito difícil prever o que vai acontecer no curto prazo, “gente que entende bem mais do que eu de conjuntura acha que o Brasil pode ter uma recessão técnica nesse primeiro semestre”. Ou seja, dois trimestres seguidos com variações negativas do Produto Interno Bruto (PIB).

“Estamos vendo uma corrida entre a intensidade e a velocidade”, diz Pastore. “De um lado, temos a vacinação e, de outro, o contágio. O contágio está ganhando da vacinação.”

Ele diz que os relatos que colhe de epidemiologistas mostram um quadro “muito feio”. “As pessoas que puderem vão para o isolamento social, independentemente dos governos [decretarem lockdowns].” Esse distanciamento social se reflete em indicadores de alta frequência.

O economista diz que muitos de seus colegas estão menos pessimistas porque a produção industrial segue forte. Mas, lembra ele, 65% do PIB é formado por serviços, que são afetados pelo afastamento social. As condições financeiras, por outro lado, tornaram-se mais apertadas.

“A inclinação da curva de juros e a taxa de câmbio dão uma mensagem de risco muito alto e que cresceu nos últimos tempos.”. Mesmo com o encaminhamento da PEC Emergencial, que preserva o teto de gastos, apesar de um crédito suplementar de R\$ 44 bilhões para pagar o auxílio emergencial, segue em aberto como será feita a consolidação fiscal nos próximos anos. “Não teve reforma, não teve nada.”

Pastore foi conferir o que a alta da incerteza econômica significa para a economia quando se usa um modelo de projeção que replica o do Banco Central, que foi divulgado recentemente. “Com o índice de incerteza alto, mais a pandemia, eu acho que desacelera a economia”, diz. “Não quero dizer que vai ter uma recessão porque depende do segundo trimestre, de quanto tempo leva tudo isso.”

Para Mendonça de Barros, a piora das condições financeiras é uma realidade. “O capital estrangeiro está incomodado por razões objetivas e subjetivas, como a interferência na Petrobras”, diz. “Acho que o dólar vai a R\$ 6,00”.

Em meio a esse quadro negativo para a atividade econômica, ele faz duas ponderações do lado positivo. Uma é que, depois de um ano, houve maior aprendizado no mundo sobre como lidar com a pandemia. “Outra vantagem é que uma taxa de câmbio ultradesvalorizada por fuga de capitais favorece a indústria.”

Os economistas dizem que é adequado o pagamento do auxílio emergencial, e Pastore e Arminio dizem que não haveria problema de gastar um pouco mais agora caso o país lidasse com as suas fragilidades fiscais. “As pessoas não têm uma pedra no meio do peito, tem um coração, e um cérebro entre as orelhas”, diz Pastore. Para Mendonça de Barros, será preciso assistir o setor de serviços, que sofrerá muito.

O espaço para novos estímulos é virtualmente inexistente. “Os remédios cíclicos já foram acionados”, diz Arminio. “O Brasil tem déficits primários desde 2014. O Banco Central já colocou a taxa de juros lá embaixo, mas já chegou ao limite, agora vai ter até que reverter.” Como a munição foi gasta, o remédio que resta é cuidar das reformas de médio prazo - há dois anos Armínio vem propondo vocalmente uma agenda ampla.

Pastore diz que, dado o quadro inflacionário mais geral, o BC deve iniciar um ciclo de alta de juros “para mostrar que está comprometido com a meta de inflação e não repetir o erro cometido em 2011, quando desancorou as expectativas e custou caro em termos de perda de produto”.

Mas ele vê com preocupação pressões do mercado para alta forte e acelerada. “Se for para subir os juros para baixar o câmbio, acho um erro, vai impor uma desaceleração adicional da economia”, afirma. “Se tem que começar a subir, vai devagar, deixando contingente aos dados.”

Já Mendonça de Barros acha equivocada, neste momento, o governo focar os esforços em grandes reformas, como foi feito com a tentativa de desvinculação de gastos de saúde e educação. Para ele, a PEC Emergencial foi longe do ideal, mas pelo

menos se evitou o pior, como tirar o Bolsa Família do teto de gastos para abrir espaço a outras despesas sem critérios. “Temos que olhar agora para a sobrevivência”, afirma. “Se sobrevivermos, depois vamos tratar do desequilíbrio da dívida pública.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Papel de Parede Minimalista Azul...

PAPEL E PAREDE

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora com frete grátis para Salvador

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Empreendedores de Salvador abrem loja virtual fácil

OLIST

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Cade aprova transferência de participação da Cemig em blocos de óleo e gás à Codemig

VALOR INVESTE

Estados Unidos e Brasil tiveram uma resposta terrível à pandemia, diz Yuval Harari

País pode ter 3 mil insolvências este ano

Projeções do Grupo Allianz apontam para risco de o Brasil ter 3 mil insolvências de empresas este ano

Por Assis Moreira — De Genebra

08/03/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

As insolvências de empresas podem aumentar 47% no Brasil neste ano, dependendo do apoio do governo que o governo dará a vários setores em meio a efeitos devastadores da crise sanitária. As insolvências nos países que são destinos de exportações brasileiras também podem crescer 17% neste ano. As projeções são da Euler Hermes, seguradora de crédito do Grupo Allianz.

No ano passado, as insolvências em meio à pandemia tiveram queda de 15% no país, em razão do suporte do governo e do fechamento de tribunais, por exemplo - daí porque a queda não refletiu com precisão a situação financeira das companhias.

Antes da pandemia, o número de insolvências no Brasil ficou em 2,8 mil, na média anual, entre 2016 e 2019. Em 2020, diminuiu para pouco mais de 2000. Agora a Euler Hermes projeta que a cifra pode atingir ou superar a barreira de 3 mil.

Os argumentos que apontam para mais insolvências incluem ciclos de paralisações e retomadas da atividade no primeiro trimestre, e o fim ou a redução do apoio estatal em 2021. Além disso, aumenta a pressão dos preços de insumos. E os custos de financiamento também devem subir com a normalização da política monetária.

Também riscos políticos, como a postura intervencionismo do presidente Jair Bolsonaro na Petrobras, podem acentuar a tensões financeira no Brasil. Esses riscos

elevam a pressão sobre os custos das empresas e sobre o real, com impacto na lucratividade, segundo Euler Hermes.

Para a seguradora, um eventual pacote de apoio do governo, que não está na agenda pelo momento, poderia retardar a onda de insolvência para 2022 no Brasil.

Além de mais insolvências, as perspectivas de investimentos no país são consideradas fracas. Preços de importação mais altos, com real mais fraco, geralmente “andam de mãos dadas com baixos investimentos”, nota a Euler Hermes.

Como resultado das pressões inflacionárias, a Euler Hermes prevê que o Banco Central aumentará as taxas de juros pela primeira vez desde 2015. Isso pode ajudar a conter a inflação, mas aumentará o custo dos empréstimos e pode sufocar a recuperação, diz a seguradora.

A Euler Hermes aponta como um dos riscos no país a disponibilidade de vacinas contra covid-19. E acha que a melhora nos números de hospitalização pode vir em abril.

Também alerta para “alto risco político e social” por causa do emprego e do fim ou redução do auxílio emergência. A Euler Hermes estima que a taxa de desemprego “verdadeiro” no país é de 22%, se for levado em consideração os 10 milhões que ainda estão fora da força de trabalho desde fevereiro. A taxa oficial era de 13,9% em meados de fevereiro.

Risco social e incerteza económica moldam 2021 e 2022 no Brasil, na avaliação da seguradora. Na América Latina como um todo, a empresa aponta choques desiguais e caminhos divergentes. A recuperação pode ser mais dinâmica em Colômbia, Uruguai, Chile e Peru. Já México e Argentina ficarão atrás.

Globalmente, a projeção é de que a recessão continua neste trimestre em países onde a situação sanitária piorou (Europa, América Latina). A seguradora reitera que a saída mais lenta da crise pressiona por mais sustentação monetária e fiscal.



Por Luiz Carlos Mendonça de Barros

Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, é p... [ver mais](#)

Sem pânico, mas voltando a agir

Os efeitos da recuperação mostram que faz sentido gastar primeiro e posteriormente reaver via aumento da arrecadação

08/03/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

O agravamento da situação sanitária com o recrudescimento da pandemia nos últimos meses está obrigando a maioria dos governos a buscar um segundo esforço fiscal para manter a recuperação econômica viva. As novas medidas de afastamento social e, como consequência, as novas restrições a várias atividades econômicas importantes trouxeram o risco da repetição da recessão que ocorreu no segundo trimestre de 2020.

Os números já conhecidos mostram no terceiro e parte do quarto trimestre de 2020 uma recuperação econômica bastante forte embora ainda não o suficiente - com exceção da China - para compensar a queda que ocorreu entre março e junho. Alguns casos atingiram números históricos como o do Reino Unido com uma queda do PIB médio de 2020 superior a 8% quando medido contra o ano anterior.

Recuperação nos últimos meses mostra que faz sentido gastar primeiro e depois reaver via aumento da arrecadação

Nos Estados Unidos, a maior economia do mundo, a queda foi bem menor, mas ainda assim um valor que vai fazer parte dos registros históricos com certeza. O Brasil, apesar de todas as incertezas que vivemos, mostrou uma performance

admirável com uma queda média pouco superior a 4%, mas com uma recuperação bastante forte em vários setores importantes da economia. Como comparação no mundo emergente o México chegou a mais de 8% de queda também.

Mas sem uma ação forte e imediata por parte dos governos - completando a postura agressiva dos Bancos Centrais na política monetária - voltaremos certamente a uma recessão profunda em um momento em que a aplicação de várias vacinas permite trabalhar com um horizonte mais otimista para o controle da pandemia neste ano.

Gosto de acompanhar o caso do Reino Unido pois o Partido Conservador, do ministro Boris Johnson, tem uma longa e conturbada história de conservadorismo fiscal radical em muitas décadas. Pois seu ministro das Finanças foi um dos mais ousados na montagem de um programa de estímulos ao setor privado na recessão do ano passado e agora - apesar de um déficit fiscal recorde que assusta os conservadores - repetiu a mesma dose em fevereiro. Sua única mudança em relação ao primeiro programa foi uma mensagem que deixou bem claro que após uma nova estabilização por conta do sucesso da vacinação da população os ingleses vão ter que pagar - do próprio bolso - os gastos extraordinários incorridos pelo tesouro britânico.

Em outras palavras, no Reino Unido o governo aceitou o fatiamento do novo Plano em duas etapas; na primeira estão os gastos necessários para estabilizar a economia e depois, a fase de aumento de impostos e redução de despesas correntes para estabilizar a dívida pública.

Aqui no Brasil esta forma de agir provocou um pânico no mercado financeiro pela falta de confiança de que o governo Bolsonaro, antes das eleições de 2022, tome as medidas compensatórias necessárias à estabilização de nossa dívida pública. Talvez tenham razões para isto, mas na Medida Provisória aprovada no Senado - e certamente na Câmara de Deputados - as medidas simultâneas de compromisso com a austeridade fiscal foram fortemente desidratadas. Mas de qualquer forma as regras para um novo pacote de estímulos econômicos que dependem da aprovação legislativa estão estabelecidas e concentradas na transferência de recursos para a camada mais pobre da população.

Serão elas suficientes para suportar o pesado impacto de medidas de afastamento social sobre a atividade econômica na espera do progresso da vacinação em massa? Creio que não, pois a nova paralisação das atividades nos setores de serviço e comércio vão atingir empresas já muito enfraquecidas e que dificilmente sobreviverão a novas restrições de suas atividades. O governo deve tomar medidas semelhantes as que estão em vigor no Reino Unido, do tipo bolsa-empresário para as empresas que serão mais afetadas nos próximos meses. Na Inglaterra o governo tem um vasto cardápio de medidas que vão da postergação ou cancelamentos de impostos até o pagamento direto de até 80% dos salários dos funcionários.

A indústria está tendo no Brasil uma proteção conjuntural importante - e pouco percebida pelos analistas mais conservadores - em função dos efeitos de uma taxa de câmbio ultra desvalorizada pela saída maciça e continuada de capitais financeiros de curtos prazo. Com esta situação as vendas no mercado interno crescem pela alta de preços em reais dos produtos e componentes importados e a parcela exportada pelo aumento das margens de lucro. Apesar disto faz sentido um novo programa de adiamento do pagamento de impostos por simples medidas administrativas da Receita Federal. Finalmente o setor agrícola continua sendo o grande vencedor em função da produtividade sistêmica em um quadro de demanda mundial aquecida - e que só tende a aumentar com a recuperação das principais economias do mundo mais à frente - e uma taxa de câmbio generosa para nossos produtores.

Apesar da paranoia fiscal que tomou conta das elites econômicas - principalmente no mercado financeiro e nos principais órgãos da mídia - os efeitos da recuperação da economia nos últimos meses mostram que faz sentido gastar primeiro e posteriormente recuperá-los via aumento da arrecadação. Com o horizonte da vacinação em massa a ser atingido ainda este ano fica mais fortalecido ainda o custo/benefício de um novo pacote fiscal no Brasil para enfrentar os próximos meses.

E, como no Reino Unido, primeiro aumentar os gastos públicos para depois ajustar o crescimento do estoque de dívida pública via um aumento temporário e inteligente da tributação de empresas e pessoas mais ricas, que serão os grandes beneficiários deste novo pacote fiscal.

Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, é presidente do Conselho da Foton Brasil. Foi presidente do BNDES e ministro das Comunicações. Escreve mensalmente às segundas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Kit Varão Bella Arte Pratiko Basic 1,50mx28mm Branco

R\$ 19,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

R\$ 129,90

SANTISTA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Mesa de Jantar Drop 115 cm - Cinamomo c/ Off White Fosco

R\$ 659

HOMEDOCK

Comprar

LINK PATROCINADO

Fogão Esmaltec 4 Bocas Veneza Super com Acendimento Automático – Branco

R\$ 499

CASAS BAHIA

Go !

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Alarmes Verisure Nº1 | Proteção 24h

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Banco Inter eleva recomendação dos papéis da Taesa para compra; preço-alvo é mantido em R\$ 34

Supremo garante sigilo de dados da repatriação

Dados não poderão ser compartilhados nem mesmo com órgãos de investigação

Por Joice Bacelo — Do Rio

08/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas



O Supremo Tribunal Federal (STF) acabou com uma discussão que, desde de 2017, vinha tirando o sono de quem aderiu ao programa de repatriação - o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (Rerct). Está garantido o sigilo das informações que foram prestadas pelos contribuintes no momento da adesão. Significa, na prática, que esses dados não poderão ser compartilhados nem mesmo com órgãos de investigação.

Os ministros decidiram sobre esse tema em julgamento que ocorreu no Plenário Virtual. O resultado foi proferido na noite de sexta-feira. Dos onze integrantes da Corte, dez votaram para garantir a confidencialidade.

Essa era a única discussão relevante que ainda perdurava sobre o programa de repatriação. O sigilo era uma das “regras de ouro”, dizem os advogados que atuam para os contribuintes. Mudar esse ponto agora - com as adesões encerradas e as informações já declaradas -, afirmam, poderia provocar uma “caça às bruxas”. As pessoas ficariam expostas a novas cobranças e investigações, inclusive na esfera penal.

Os brasileiros com dinheiro não declarado no exterior puderam regularizar a situação por meio desse programa. Havia alguns requisitos: a origem do dinheiro tinha que ser lícita e o contribuinte deveria pagar 15% de imposto e 15% de multa sobre os valores declarados. Em troca, era liberado de responder por crimes como sonegação, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

A primeira fase, em 2016, teve a adesão de 25 mil pessoas físicas e 100 empresas, com arrecadação de R\$ 46,8 bilhões. Já na segunda fase do programa, em 2017, aderiram 1.915 pessoas físicas e 20 empresas. A arrecadação foi de R\$ 1,6 bilhão.

A garantia de sigilo está prevista nos parágrafos 1º e 2º do artigo 7º da Lei nº 13.254, de 2016. Esses dispositivos proíbem a divulgação e o compartilhamento das informações dos contribuintes (inclusive com Estados, Distrito Federal e municípios), implicando efeito equivalente à quebra de sigilo fiscal.

A norma foi discutida no STF por meio de uma ação do Partido Socialista Brasileiro (PSB) - ADI 5729. A legenda pedia para que os dispositivos fossem declarados inconstitucionais. A intenção era de que a Receita Federal e o Banco Central pudessem compartilhar os dados declarados com outros órgãos públicos de controle - como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Tribunal de Contas da União.

Segundo o partido, a ação surgiu a partir de uma denúncia dos auditores fiscais de que, por causa do sigilo, os documentos das pessoas e empresas que fizeram as adesões estavam sendo armazenados com o CNPJ da Receita e não com o CPF ou o CNPJ do próprio contribuinte.

Além de considerar a medida desproporcional, afirmava que comprometia as fiscalizações e citava exemplo de pessoas que haviam se utilizado do programa para regularizar recursos de origem ilícita - casos de corrupção especialmente.

Prevaleceu no julgamento o voto do relator, ministro Luís Roberto Barroso. Ele afirma que “não se pode confundir o real propósito da lei de repatriação, que não envolve produto de crime da corrupção, a partir do seu eventual mau uso por um ou outro criminoso”.

De acordo com o ministro, o programa prevê regras claras de exclusão em caso de apresentação de declarações ou documentos falsos. “O país que utiliza estes programas, ao atrair de volta valores de pessoas que expatriaram recursos de maneira irregular, acaba contribuindo para uma postura mais eficiente contra a evasão de divisas”, diz.

Ele acrescenta que o programa é “uma espécie de transação”, autorizada pelo Código Tributário Nacional, e que, nesse contexto, as regras especiais de sigilo são exemplos de garantia dada a quem optou por aderir. As “regras do jogo”, portanto, devem ser mantidas e observadas “a fim de assegurar a expectativa legítima do aderente e proporcionar segurança jurídica na transação”.

O ministro Ricardo Lewandowski foi o único que divergiu do relator. Mas apenas ressaltou que a decisão não alcançaria as informações que digam respeito a recursos com origem ilícita.

“Pode-se considerar uma unanimidade porque a Lei da Repatriação sequer seria acessível a recursos e ativos de origem ilícita”, avalia Hermano Barbosa, sócio do escritório BMA. O advogado diz que a regra do sigilo não é uma exclusividade brasileira. “Foi criada em linha com as orientações da OCDE para os países que pretendessem criar programas especiais de regularização.”

Para ele, a decisão do STF “sinaliza um mensagem importante, inclusive para a própria Receita Federal, sobre a importância da proteção da confiança do particular em suas relações com a administração pública”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Kit Varão Bella Arte Pratico Basic 1,50mx28mm Branco

R\$ 19,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

R\$ 129,90

SANTISTA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Cortina Blackout Pvc Corta 100 % A Luz 2,20 M X 1,30 M Bege

R\$ 56,30

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

Mesa de Jantar Drop 115 cm - Cinamomo c/ Off White Fosco

R\$ 659

HOMEDOCK

Comprar

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Empreendedores de Salvador abrem loja virtual fácil

OLIST